

Semanário

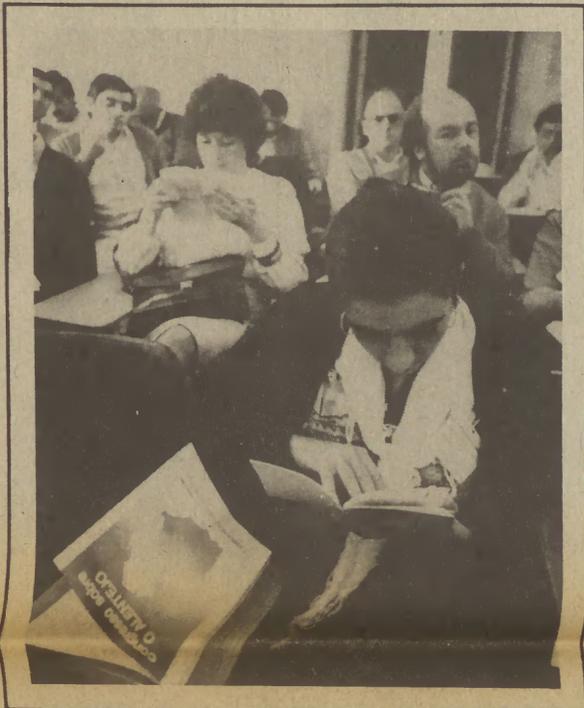
Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 618
31 de Outubro de 1985
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Lisnave em luta

Páginas centrais/Semana



Congresso do Alentejo

Enfrentar o futuro com confiança

Págs. 12 e 13/Semana

DOSSIERS

- APU/honestidade
- APU/diálogo
- APU/competência
- APU/cultura
- APU/à nossa porta
- APU/experiência
- APU/futuro

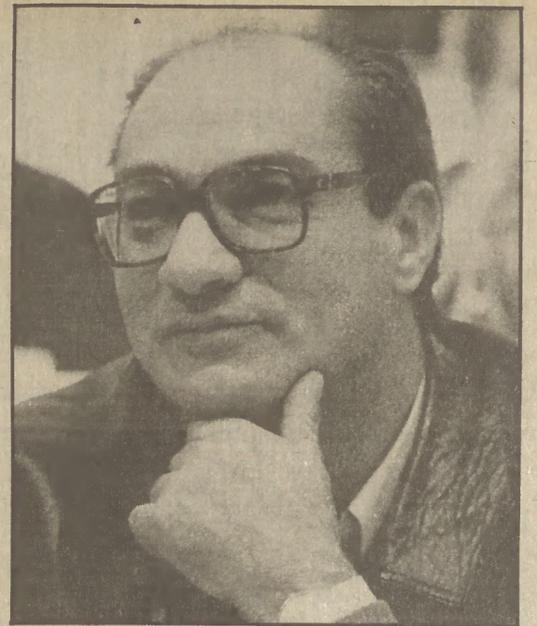
A partir de hoje e até ao número de 12 de Dezembro, o 3.º caderno/ Em Foco do «Avante!» será dedicado à publicação semanal de dossiers sobre a actividade dos eleitos Povo Unido dedicados aos temas indicados.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL

TAREFAS IMEDIATAS

APÓS A IMPORTANTE E FAVORÁVEL MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA

- Não ao governo minoritário PSD
- Manter e reforçar todas as posições da APU nas próximas eleições autárquicas
- Um candidato do PCP nas eleições presidenciais na batalha pela convergência e confluência de apoios e votos de todas as forças e sectores democráticos num só candidato da democracia



O camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP cuja candidatura às eleições presidenciais foi decidida pelo Comité Central do PCP

- Dinamizar e ampliar a hoje e sempre determinante luta de massas
- Avançar na Assembleia da República com iniciativas legislativas para a solução de graves problemas sociais e reposição da legalidade democrática

Tarefas imediatas na nova situação política

A conjuntura portuguesa marcada na hora actual pela instabilidade e agitação próprias dos grandes momentos eleitorais, caracteriza-se por uma notável diversidade e velocidade dos acontecimentos políticos internos.

Acabado de sair de eleições legislativas antecipadas — que provocaram alterações sensíveis no panorama político-parlamentar — e a braços com graves problemas de ordem económica e social, Portugal democrático prepara-se agora para dois novos actos eleitorais constitucionalmente calendarizados, susceptíveis de completar e precisar o quadro político e as perspectivas imediatas da situação nacional actual.

Cavaco Silva foi indigitado primeiro-ministro pelo Presidente Ramalho Eanes. Na segunda-feira reúne a nova Assembleia da República. Com grande probabilidade, no decurso da próxima semana, um governo minoritário PPD/PSD será empossado. Dez dias depois o programa do novo governo será submetido ao parlamento.

Simultaneamente, completado o processo da entrega das candidaturas para as eleições autárquicas, definem-se as forças políticas intervenientes e desenvolve-se já a pré-campanha para o acto eleitoral de 15 de Dezembro. Também as eleições presidenciais começam a ocupar espaço político significativo e a suscitar as atenções das forças democráticas e do povo português.

Significa isto que problemas de grande complexidade se colocam desde já e vão continuar a colocar-se ao nosso movimento operário, popular e democrático e que as instituições democráticas do País vão de novo ser submetidas a uma rude prova de eficiência e prontidão nas respostas.

Sobre esta situação e as novas tarefas que comporta, com um intervalo de menos de um mês da reunião plenária anterior, de novo se pronunciou o Comité Central do PCP.

Na Resolução saída da reunião do dia 28, que noutro local publicamos, o CC do PCP confirma a justeza da análise e das conclusões do Partido na reunião de 10 de Outubro e o papel determinante que conjuntamente com o do movimento operário desempenhou para a modificação positiva da situação nacional.

O Comité Central do PCP clarificou mais uma vez a posição do Partido face à formação de um governo Cavaco Silva do PPD/PSD, apontou as grandes linhas de acção para a campanha eleitoral das autárquicas e decidiu apresentar um candidato próprio às eleições presidenciais — o camarada Ângelo Veloso, membro do CC e da sua Comissão Política.

O CC do PCP analisou as importantes alterações produzidas em resultado das eleições de 6 de Outubro e concluiu que, pese a sua importância e carácter favorável, são ainda insuficientes para conjurar os perigos que ameaçam o povo e a democracia e para possibilitar de imediato «a formação de um governo democrático capaz de resolver os gravíssimos problemas existentes».

As propostas políticas do PCP, para a solução da crise mantêm-se válidas, entre elas a da formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional, «constituído por democratas e patriotas que, pondo de lado interesses estreitos, rivalidades e querelas, se dispo-

nam a um grande esforço conjunto voltado para a concretização de uma nova política visando a solução dos gravíssimos problemas nacionais».

A indignação de Cavaco Silva e a provável formação de um governo PSD é uma solução que tendo a explicá-la a obtenção da maioria relativa dos votos recolhidos nas legislativas de 6 de Outubro não tem claramente condições para assegurar a estabilidade governativa e principalmente dar solução correcta, democrática e patriótica aos gravíssimos problemas nacionais da hora presente.

Trata-se de um governo minoritário de direita que, desde já, e mesmo antes de ser conhecida a sua composição concreta, não pode deixar de suscitar a firme oposição dos trabalhadores e das forças democráticas mais empenhadas na defesa do projecto e das conquistas essenciais da Revolução de Abril.

Cavaco Silva é um dirigente saído da ala mais reacçãoária do PPD/PSD, um dos mais activos obreiros do projecto restauracionista da direita que se propunha, para levar avante, a conquista de «uma maioria, um governo, um presidente».

Cavaco Silva que, com a maioria e o governo da antiga «AD», foi um dos activos e derrotados apoiantes do general Soares Carneiro, vai chefiar agora um governo francamente minoritário e é um dos primeiros apoiantes da «edição actualizada» da candidatura fascista do general de S. Nicolau — o conhecido contra-revolucionário do CDS e discípulo de Marcelo Caetano, Freitas do Amaral —, cuja candidatura à Presidência da República acaba de ser oficialmente apoiada pela actual direcção do PSD.

Cavaco Silva — defensor acérrimo do plano contra-revolucionário renegociado com o PS em Dezembro de 84, interrompido e inutilizado pela derrota da coligação de direita governante e da sua política nas eleições de 6 de Outubro — não tinha nem tem com o PS objecções de fundo àquele plano.

Preparar para a reposição do plano contra-revolucionário derrotado nas eleições, em aliança tácita com o PS, através da manipulação do aparelho de Estado que a conquista do governo lhes proporciona, é, sem dúvida, o objectivo central das forças da direita, capitaneadas por Cavaco Silva e Freitas do Amaral.

Viabilizar, sob a cortina da demagogia, a execução das conhecidas «reformas de estrutura» contra-revolucionárias acordadas com o PS, contando seguramente com o apoio aberto ou disfarçado de Mário Soares e da direcção soarista do PS na futura Assembleia da República e acenando desde já para o apoio do que ele chama de «partidos democráticos», visando claramente o PRD, para a sua política, eis a preocupação fundamental, visível e imediata, de Cavaco Silva e do governo minoritário do PSD.

O futuro governo Cavaco Silva vai tentar iludir sob o manto da demagogia, reivindicações populares das mais sentidas e fugir à correcção das injustiças sociais mais gritantes praticadas pelo governo anterior, de que o PSD era um activo promotor.

É sintomático a mudança da linguagem cavaquista verificada nos últimos dias acerca do drama e do escândalo dos salários em atraso. Antes das eleições garantiu que iria — se fosse governo — acabar com os salários em atraso. Agora que é praticamente governo já diz que a questão dos salários em atraso só pode ser resolvida com a «recuperação económica» o que claramente atrairia para as «calendas gregas» a solução deste angustiante problema dos trabalhadores.

Isto mostra que a luta e a resistência do movimento operário tem de ser intensificada, que as migalhas demagógicas que Cavaco se prepara para dar não respondem nem parcialmente às exigências reais e às urgentes medidas que a situação dos trabalhadores reclama e que a luta e só a luta as conseguirá arrancar.

A um governo Cavaco Silva/PSD abertamente de direita, de base parlamentar minoritária, seria um eufemismo conceder o «benefício da dúvida» que certos sectores interessados na passagem do «programa» governativo na AR agitam desde já para ludíbrio do povo português e para fazer passar o jogo da direita.

A posição do PCP está abertamente definida na Resolução do CC: o PCP opõe-se abertamente ao governo PSD e à sua previsível política.

A «oposição» afirmada anteontem pela Comissão Política do PS ao governo Cavaco Silva/PSD é uma tentativa de mistificação do eleitorado socialista anterior que lhe recusou o voto e dos trabalhadores socialistas que se negaram a secundar ou formularam o seu desacordo com a política de direita do PS e de Mário Soares.

A direcção soarista manobra desde já para tentar colir o previsível descontentamento popular em relação ao governo minoritário Cavaco/PSD, apolando ao mesmo tempo, de maneira aberta ou disfarçada, as suas previsíveis medidas antipopulares e antioperárias.

Quando o socialista Pedro Coelho vem, em nome da Comissão Política do PS, proclamar que a direcção soarista «vai cumprir as indicações do eleitorado no sentido de uma mudança política», é fora de dúvida que os factores da pesada derrota do PS nas eleições de 6 de Outubro pretendem agora ocultar e reforçar as alianças de facto do PS com o PSD e a direita na reposição do seu velho plano contra-revolucionário.

Que isto é assim confirma-o plenamente as alianças PS/PSD e em vários casos com o CDS, contra as autarquias APU nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

Não se trata de quaisquer intentos de garantir o carácter democrático do Poder Local, de imprimir uma dinâmica positiva à resolução dos problemas que enfrentam as populações locais devido à política de estrangulamento e de desprezo pelo bem-estar do povo de que deram sobejas provas ao longo dos anos os dirigentes do PS, do PSD e do CDS.

O objectivo é apelar da direcção das autarquias os eleitos da APU que têm atrás de si um activo de trabalho, de dedicação aos interesses do povo e de honestidade na gestão autárquica incomparável.

Resumo

23

Quarta-feira

Ao discursar na Assembleia Geral da ONU, o Presidente da República sublinha que «o reforço desta organização, vocacionada para a paz e segurança internacionais, constitui tarefa de maior interesse para Portugal». ■ Em conferência de imprensa, a APU salienta que «as equipas experimentadas» que concorrem no distrito de Lisboa permitem alcançar «a maior votação e percentagem de sempre» da APU nas eleições autárquicas. ■ A Comissão negociadora sindical da Frente Comum de Sindicatos da Função Pública mostra-se na disposição de «iniciar as discussões sobre a próxima revisão salarial». ■ A CGTP-IN apela «aos utentes para que recusem pura e simplesmente o pagamento dos aumentos ilegais nos serviços de fisioterapia, análises e radiologia decretados unilateralmente pela Ordem dos Médicos». ■ Começa em Lisboa o VI Congresso Português de Geriatria. ■ Segundo a FENPROF, o Ministério da Educação admite refazer a primeira fase do concurso de professores provisórios. ■ O Tratado de Varsóvia defende o congelamento nuclear. ■ No 40º aniversário da ONU, Perez de Cuellar afirma que as Nações Unidas são indispensáveis à manutenção da paz e ao progresso dos homens. ■ A central sindical argentina denuncia a existência de uma «ofensiva golpista» contra a democracia. ■ Para o presidente angolano, os Estados Unidos deram novo «alento» à política do governo racista de Pretória.

24

Quinta-feira

O elevador da Glória, em Lisboa, tem cem anos. ■ António Arnaut demite-se do PS, denunciando que este partido se transformou «num coute de interesses pessoais onde a intriga, o manobristo e a traficância são o fel do quotidiano». ■ Os resultados finais das eleições legislativas estão finalmente apurados. ■ Começa em Lisboa a Semana do Desarmamento promovida pela Campanha Nacional de Desarmamento. ■ Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, os preços aumentaram 21,5 por cento entre Agosto de 1984 e Setembro de 1985. ■ A Confederação Nacional de Agricultura reclama várias medidas visando minimizar os prejuízos sofridos pelos produtores florestais causados pelos fogos criminosos. ■ No seu discurso das Nações Unidas, Reagan foge às questões sobre o desarmamento. ■ A mulher de Nelson Mandela acusa o primeiro-ministro britânica de ter atitudes fascistas. ■ O rei da Jordânia rejeita a proposta sionista de negociações directas que exclua a OLP. ■ Centenas de milhares de trabalhadores franceses participam numa Jornada Nacional em defesa do emprego.

25

Sexta-feira

Inicia-se em Évora o Congresso sobre o Alentejo. A Comissão Promotora desta importante iniciativa salienta que «o Alentejo tem todas as possibilidades de se transformar numa região diferente do que é actualmente». ■ Um relatório da autoria do Banco de Portugal confirma o brutal agravamento das condições de vida dos portugueses durante 1984. ■ Hoje, quan-

do se comemora a tomada de Lisboa aos mouros, é Dia Nacional dos Castelos. ■ A APU apresenta os seus candidatos pelo distrito de Coimbra. ■ O PRD anuncia concorrer nas eleições autárquicas a 117 Câmaras Municipais. ■ O Parlamento Europeu condena a política de desestabilização seguida pelos Estados Unidos contra a Nicarágua. ■ A Austrália e a Nova Zelândia protestam contra a explosão nuclear subterrânea realizada pela França no atol de Mururoa. ■ O governo argentino declara o estado de sítio por 60 dias, numa tentativa de pôr cobro à escalada de violência que atinge o país. ■ As mulheres da Islândia estão em greve contra a discriminação. ■ É anunciado que o secretário de Estado norte-americano, George Shultz, se deslocará a Moscovo para preparar a cimeira entre Gorbachev e Reagan, que está marcada para os dias 19 e 20 de Novembro.

26

Sábado

Em entrevista à Antena Um, Álvaro Cunhal afirma que quem deixar passar o governo do PSD terá de assumir as suas responsabilidades. ■ Os 300 industriais presentes na III Reunião Nacional de Exportadores concluem que as negociações de Portugal com a CEE não defenderam os interesses nacionais. ■ O cineasta italiano Antonioni encontra-se em Lisboa. ■ Carlos Carvalhas, cabeça de lista pela APU à Câmara Municipal de Lisboa, salienta que a APU se apresenta a estas eleições com um património de trabalho incomparável. ■ O PSD está a ponderar a hipótese de interpor recurso no Tribunal Constitucional dos resultados das eleições legislativas nos círculos de Évora e Braga. ■ Mário Soares pede (e a Comissão Nacional concede-lhe) «tréguas» dentro do PS... ■ Em Londres, 100 mil



pessoas manifestam-se a favor do desarmamento nuclear. ■ O regime racista sul-africano amplia o estado de sítio à província do Cabo. Ao mesmo tempo, assiste-se a uma vaga de prisões de dirigentes da Frente Democrática Unida (UDF). ■ Na Holanda, uma petição com mais de quatro milhões de assinaturas contra a instalação de mísseis nucleares no território é enviada ao governo. ■ Nos Estados Unidos, o défice orçamental atinge um recorde histórico de 211,9 mil milhões de dólares no ano fiscal de 1985, que já encerrou.

27

Domingo

Termina em Évora o Congresso sobre o Alentejo. ■ Para António Arnaut, o socialismo transformou o PS numa «sociedade anónima de irresponsabilidade ilimitada». ■ O Ministério da Saúde autoriza finalmente o transplante de coração em seres humanos, 25 anos depois de Portugal estar preparado para este tipo de interven-

ção. ■ Segundo a CGTP-IN, as despesas com a Segurança Social estão muito longe dos níveis europeus. ■ O Instituto de Meteorologia e Geofísica confirma que a seca prolongada prejudicou a maturação das uvas e da azeitona. ■ É assaltada uma composição da CP. O condutor do comboio encontra-se em estado de coma. ■ Em Londres, Oliver Tambo afirma que «o ANC está firmemente disposto a destruir o "apartheid" na África do Sul, nem que para isso tenha de elevar o conflito a níveis destrutivos». ■ O presidente angolano termina uma visita oficial a Cuba. ■



A Nova Zelândia mostra-se na disposição de continuar a protestar internacionalmente contra os ensaios nucleares franceses no atol de Mururoa. ■ Em encontro com Gorbachev, o primeiro-ministro indiano, Rajiv Gandhi, declara que as propostas soviéticas sobre o desarmamento são «muito positivas».

28

Segunda-feira

Em audiências separadas, o Presidente da República começa a receber os partidos com assento parlamentar, iniciando assim as demarques para a indigitação do primeiro-ministro. ■ O Comité Central do PCP está reunido. ■ Em entrevista ao Diário de Notícias, Freitas do Amaral afirma querer ressuscitar o projecto da AD. ■ O Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional apoia a legalização do sindicato da PSP. ■ Segundo a respectiva federação sindical, no sector da química e da farmacêutica há quase 10 mil trabalhadores com salários em atraso. ■ Segundo um estudo do Instituto Damião de Góis, agora divulgado, o álcool torna os jovens revoltados, angustiados e deprimidos. ■ Na África do Sul, mais sete pessoas foram mortas pela polícia que impediu a realização de 102 reuniões anti-apartheid, sempre evocando o estado de sítio. ■ Os Verdes da RFA têm um ministro no estado do Hesse. ■ Milhares de mulheres filipinas manifestam-se em Manila pela demissão do ditador Marcos.

29

Terça-feira

Na sequência de uma reunião do seu Comité Central o PCP anuncia a candidatura de Ângelo Veloso, membro da Comissão Política, às eleições presidenciais. ■ Cavaco Silva, após audiência com o Presidente da República, declara ter aceite o convite para formar governo. ■ ORT's da Lisnave afirmam que a administração pretende despedir mais 165 trabalhadores. ■ Um relatório da OCDE afirma que Portugal ocupa o penúltimo lugar em competitividade industrial no conjunto dos 24 países que integram a organização. ■ Desmond Tutu afirma nas Nações Unidas que os EUA, RFA e Grã-Bretanha são responsáveis pela situação na África do Sul. ■ A Jordânia e a OLP criam uma «comissão permanente» conjunta para estabelecer linhas de acção política futura. ■ A Grã-Bretanha manifesta a sua oposição ao reforço da cooperação monetária entre os Estados membros da CEE.

A APU vai para as eleições de 15 de Dezembro — nos concelhos e freguesias onde os seus representantes têm realizado uma obra ímpar — com uma base de confiança e de apoio das populações que não deixará de se impor nas eleições autárquicas de fim do ano.

A Resolução do Comité Central de 28 de Outubro, ao mesmo tempo que chama a atenção para os aspectos que distinguem a situação actual da situação de 1982, «factores que criaram uma situação particularmente complexa», define objectivos essenciais para as eleições de 15 de Dezembro, alerta para o papel contraditório do PRD — que certamente não o beneficiará nos seus objectivos políticos — e para a necessidade do voto útil na APU, o único que pode garantir uma gestão autárquica defensora dos interesses populares vitais e do carácter democrático do Poder Local instaurado pelo 25 de Abril. São esses objectivos:

— Manter a presidência das Câmaras e Juntas em que a APU tem actualmente a maioria;

— Obter a presidência de mais Câmaras e Juntas de Freguesia;

— Reforçar as posições da APU nos órgãos onde está em minoria ou onde ainda não tem representação, são objectivos que se impõem a todos os democratas e cidadãos interessados em travar a ofensiva de direita e defender um Poder Local ao serviço da democracia e das populações.

O Comité Central do PCP deteve-se sobre as eleições presidenciais, confirmou os dois objectivos anteriormente apontados à consideração das forças democráticas e do povo português.

Finalmente decidiu apresentar uma candidatura própria, a do camarada Ângelo Veloso, subordinada inteiramente àqueles objectivos fundamentais:

— Derrotar os candidatos da direita, designadamente Freitas do Amaral e Mário Soares;

— Eleger um candidato da democracia que tome a sério o compromisso de, no exercício das suas funções, garantir o cumprimento da Constituição, a legalidade democrática, a firme defesa da soberania e da independência nacional.

«O PCP — declara o Comité Central — continuará até ao extremo limite das possibilidades a lutar para que seja possível o citado acordo ou consenso e a resultante convergência e confluência de apoios e votos de todas as forças e sectores democráticos num só candidato da democracia, de forma a assegurar a sua vitória.»

Na linha de coerência que sempre tem norteado a acção do PCP, a Resolução do Comité Central põe como factor decisivo das imperiosas soluções que a situação nacional coloca na ordem do dia a luta firme e cada vez mais vasta das massas populares.

«Sempre com a classe operária, sempre com o povo — diz-se no final da Resolução do CC — o PCP estará à altura das suas gloriosas tradições nas grandes batalhas políticas a travar na importante conjuntura que, após a grande derrota da direita confirmada nas eleições de 6 de Outubro, vive actualmente o regime democrático português.»

Levar à prática as resoluções do Comité Central é a tarefa imediata de todo o Partido.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português, Rua Soeiro Pereira Gomes —
1699 — Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira,
SARL, Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcargova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa, Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora, Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa, Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 34 668

Comité Central define tarefas imediatas

• Ângelo Veloso candidato às eleições presidenciais

Na passada terça-feira realizou-se no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma conferência de imprensa destinada a divulgar as conclusões da reunião do Comité Central do PCP.

Na conferência de imprensa — em que participaram numerosos jornalistas portugueses e estrangeiros — representaram o PCP Álvaro Cunhal, seu secretário-geral, José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC e Joaquim Pina Moura, membro suplente do Comité Central do Partido.

Como já dissemos, a conferência de imprensa destinou-se a divulgar as conclusões do Comité Central, nomeadamente no que respeita à actual situação política, ao resultado das eleições e às próximas batalhas eleitorais para as autarquias e para a Presidência da República.

Falando em nome do Comité Central, Álvaro Cunhal confirmou a justeza das primeiras apreciações feitas pelo Partido aos resultados das eleições legislativas, salientando, quanto à formação de um Governo minoritário do PSD, que o PCP não o viabilizará por ser já conhecido o programa e a actuação deste Partido à frente do Governo. Foi frisado que a manutenção da política de direita só vai agravar as condições de vida do povo português e tornar a situação ainda mais gravosa.

Álvaro Cunhal salientou ainda que poucas serão as forças que poderão viabilizar um Governo minoritário do PSD. Governo esse que criará uma situação de grande instabilidade, frisou.

Falando relativamente às eleições autárquicas, foi sublinhado serem objectivos da APU manter as maiorias nas Câmaras e Juntas onde já as detém, reforçar as posições da Aliança nos órgãos autárquicos onde já de-

tém posições e eleger pela primeira vez membros da APU em autarquias onde esta força ainda não tem nenhum mandato.

Eleições presidenciais

Na conferência de imprensa foi anunciada a apresentação de um candidato do PCP às eleições presidenciais. Um can-

didato que, segundo foi salientado, terá como um dos seus principais objectivos «lutar até ao extremo limite das possibilidades para que seja possível o consenso e a resultante convergência e confluência de apoios e votos de todas as forças e sectores democráticos num só candidato da democracia».

Instado pelos jornalistas sobre se a apresentação desta candidatura não contrariaria a convergência de votos num candidato democrático, Álvaro Cunhal salientou que o PCP «não tem uma atitude seguidista» e que o apelo do PCP «não se fará por

imposição». Relembrando o documento do Comité Central do PCP: «o PCP mantém inteira liberdade de acção e de decisão no que respeita às eleições presidenciais, incluindo a eventual ida às urnas».

Esta afirmação, no entanto, não impede que se continue a conjugar todos os esforços para a existência de um candidato democrático para vencer as eleições. Lembrando ser negativa a cristalização e irreversibilidade de posições, Álvaro Cunhal afirmou que «apostamos na vitória e não na derrota de um candidato da democracia».



A conferência de imprensa realizada anteontem no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes



O camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP designado candidato do PCP às próximas eleições presidenciais na reunião do Comité Central de segunda-feira

Ângelo Veloso, de 55 anos de idade, é natural do Porto, cidade onde tirou o Curso Geral dos Liceus, tendo frequentado mais tarde as universidades do Porto e de Lisboa. A origem da sua família é transmontana, tendo seu pai, conhecido médico especialista, assumido claras posições antifascistas e, por isso, sofrido ao longo da sua vida sucessivas marginalizações profissionais e perseguições políticas.

O candidato do PCP às eleições presidenciais participou activamente no movimento estudantil e enfrentou, desde o liceu, choques com entidades escolares. Em 1949, assumiu posições dirigentes no movimento universitário do Porto em pró-associações de estudantes.

Ainda em 1949 aderiu ao Partido Comunista Português. Iniciou então a sua actividade política organizada no MUD Juvenil, vindo depois a ser membro da Comissão Distrital do Porto. Em 1949/50 vai para Lisboa frequentar o ISCEF. Pertence à Direcção Universitária de Lisboa do MUD Juvenil e destaca-se no movimento universitário, associativo e político. Na sequência de acções de protesto contra a reunião da NATO em Lisboa, é preso pela PIDE em início de 1950, com outros 16 estudantes universitários. Desde finais desse ano torna-se membro destacado da Comissão Central do MUD Juvenil.

Em 1955, na sequência da vaga repressiva associada à libertação de Goa, é de novo preso pela PIDE. É réu do processo que envolve 82 democratas e partidários da paz. Condenado como membro da Comissão Central do MUD Juvenil sai da prisão em meados de 1959, sujeito a medidas de segurança. Em fins desse mesmo ano prossegue a luta política na clandestinidade.

É sucessivamente responsável pelo Sector Intelectual de Lisboa, pela Organização Regional do Ribatejo e pela Organização Regional de Lisboa.

Em 1966 é eleito suplente do Comité Central do PCP e em 1967 seu membro efectivo.

Em 1969, na sequência das greves de Lisboa, é preso pela terceira vez e condenado em penas que ultrapassavam os 7 anos e medidas de segurança. Sofreu no total mais de 10 anos de prisão.

É libertado em 26 de Abril de 1974, no Forte de Peniche, pelas Forças Armadas.

Desde então vive no Porto.

Responsável pelas organizações partidárias do Norte do país, foi eleito suplente da Comissão Política do Comité Central no VIII Congresso e para membro efectivo no X Congresso do PCP.

Foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e tem sido sucessivamente eleito, desde 1976, para a Assembleia da República, pelo círculo do Porto.

ARCO ÍRIS
Wanda Wassilewska

Quando a Alemanha atacou a Rússia, Wanda acompanhou de perto os exércitos russos como correspondente de guerra. Do que viu e sentiu nasceu **Arco-Íris**, um lancinante grito de humanidade no meio da hecatombe.

COLECCÃO
«RESISTÊNCIA»

edições
Avante!



Levadas às últimas consequências as ideias do artigo «Ainda o espectro militar e a árvore presidencial» que Eduardo Lourenço inseriu no último número de «O Jornal», ser-se-ia forçado a concluir que o autor, a verificar-se a presença de um militar na segunda volta das eleições presidenciais, votaria no prof. Freitas do Amaral — se este for o outro candidato!

Na verdade, Eduardo Lourenço poderá querer fazer alguma apologia que não explicita, mas o que claramente afirma como conclusão do seu escrito é que «**só uma candidatura civil vitoriosa nos livrará deste equívoco**» que é o de saber se precisamos ou não de um rei. Considerando que E.L. defende que um militar na Presidência da República constitui uma reminiscência monárquica que veementemente condena, a execução desta análise do que considera o essencial hoje levá-lo-ia a dar o seu voto ao civil Freitas, se única alternativa contra um qualquer militar. Para quantos considerem Eduardo Lourenço um democrata, a conclusão surge como verdadeiramente absurda. Mas a questão é que ela é inteiramente lógica, decorrente mesmo do conjunto de ideias que ele próprio formula.

Eduardo Lourenço pretende, ao longo de uma página, demonstrar que as contradições essenciais que se colocam ao regime democrático português (como, convenhamos, a qualquer outra democracia) não são as que se reportam à acção das forças antidemocráticas: em seu entender, a linha divisória passa entre a sociedade civil e... as Forças Armadas.

Não parece um exercício de prodigiosa inteligência (digamos mesmo que é coisa bem do senso comum) concluir que há civis fascistas e civis democratas, que há militares fascistas e militares democratas. Mas tais diferenças são, para Eduardo Lourenço, secundárias: fascistas ou democratas, todos os militares são militares, enquanto, democratas ou fascistas, todos os civis são civis. Constatação que será indiscutivelmente exacta, mas francamente insuficiente para qualquer elementar análise política.

Note-se que a diligência na aplicação do seu ponto de vista leva mesmo o autor a afirmar que a «**proliferação de candidaturas militares, cujo único objectivo é o de perpetuar sobre a Nação uma tutela simbólica que dura há meio século, é simplesmente intolerável (...)** sessenta anos bastam». Passando sobre as pessoais intolerâncias do autor, verifica-se assim que há para ele uma linha única e essencial na política portuguesa do último meio século que inclui o fascismo e a democracia de Abril! Mais importante que o fim da PIDE, a nacionalização da CUF, o direito à greve, a liberdade de imprensa, o fim da guerra colonial que dividem o último meio século português entre fascismo e democracia, mais importante é o facto de que Américo Tomás era almirante e Ramalho Eanes é general! Eduardo Lourenço não enjeita sequer socorrer-se das teorias (digamos) de Sá Carneiro: «**ou teremos — escreve — de reconhecer “a posteriori”, que as desconfianças e o processo de intenção que o falecido líder do PSD manteve até à sua morte em relação à “casta militar” (...)** tinham algum fundamento?». Cada um escolhe as epígrafes e referências que entende e prefere, mas convirá não esquecer que as «desconfianças» de Sá Carneiro parece não terem abrangido o general fascista Soares Carneiro — por exemplo.

Dever-se-iam acrescentar outros pontos à reflexão. Considera Eduardo Lourenço que o fascismo do iniludivelmente civil ditador Salazar foi um puro caso de tutela das Forças Armadas sobre o País? Considera que Carmona, Craveiro, Tomás foram a expressão acabada do exercício de uma ditadura militar? Considera que é legítima, que corresponde até ao sentir do povo português (questão importante para qualquer democrata, ou não será?) a petulante sobrançeria com que fala dos homens que fizeram o 25 de Abril? Considera de algum rigor intelectual o recurso a conceitos tão dúbios e nebulosos como «tradições sul-americanas», «terceiro mundo», «pesada factura do nosso arcaísmo político», etc.?

Nada dúvida ou nebulosa é a realidade: o que a democracia portuguesa necessita é de ter em Belém um Presidente da República que seja um democrata, que garanta o cumprimento da Constituição, a legalidade democrática, a firme defesa da soberania e independência nacionais. Que seja civil ou militar — é um falso problema. Agora o que já não é um falso problema é que, para ser eleito, esse Presidente da República democrata necessitará do apoio e dos votos de todas as forças e sectores democráticos.

Donde, o que se torna necessário é que o candidato que a democracia necessita conjugue as duas condições: **ser democrata e reunir os apoios necessários.**

Estas é que são as questões fundamentais. Porque os espectros que ainda pairam sobre a democracia portuguesa não são o «espectro militar» de que fala no título do seu artigo: é o espectro dos salários em atraso, do desemprego, da ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, da corrupção, da Lei de Segurança Interna. O espectro do fascismo.

Entre democratas e fascistas, Eduardo Lourenço escolhe civis. Entre civis e militares — nós escolhemos democratas

■ RC

PCP

Saudação ao PC da Venezuela

O Comité Central do Partido Comunista Português envia as suas fraternais e calorosas saudações ao 7.º Congresso do Partido Comunista da Venezuela e, por intermédio dos seus delegados, a todos os comunistas, à classe operária e aos trabalhadores da Venezuela.

O PCP segue com interesse a situação no vosso país e a luta dos comunistas venezuelanos em defesa dos interesses da classe operária e dos trabalhadores, contra o congelamento dos salários, o aumento da inflação e do desemprego, pela salvaguarda de direitos e regalias económicas e sociais ameaçados, em defesa da independência nacional. O PCP expressa o seu apreço pela luta do PCV contra as imposições do FMI e para que a Venezuela assumia uma posição de dignidade patrió-

tica em relação ao problema da dívida externa e à política de exploração e opressão neocolonialista que os EUA procuram impor aos povos e países da América Central e Latina.

O vosso 7.º Congresso tem lugar numa situação internacional carregada de perigos para a paz, a liberdade e a independência dos povos. A responsabilidade de uma tal situação cabe inteiramente ao imperialismo, e em primeiro lugar ao imperialismo norte-americano que aspira à hegemonia mundial. A política de autêntico terrorismo de estado praticada e estimulada pela administração Reagan (bem patente nos recentes acontecimentos no Mediterrâneo Oriental), o prosseguimento da corrida aos armamentos na terra e agora a sua extensão ao espaço cósmico,

são expressões particularmente graves desta política que firmemente condenamos. Política que os povos da América Latina e das Caraíbas sofrem na própria carne e contra a qual desenvolvem uma luta corajosa que está modificando a situação nesta vasta região do globo no sentido da independência nacional, da democracia e do progresso social.

Solidário com a luta dos comunistas venezuelanos, o PCP aproveita esta ocasião para expressar também a sua activa solidariedade a Cuba socialista, à revolução sandinista da Nicarágua, à luta heróica dos patriotas de El Salvador e a todos os povos que na América Latina lutam pela sua libertação, pela defesa da soberania nacional, contra o imperialismo, pela defesa da paz mundial. O PCP expressa ainda

a sua inteira confiança nas possibilidades de defender a paz e assegurar o prosseguimento do processo de emancipação dos trabalhadores e dos povos considerando que para tal é necessário fortalecer a unidade do movimento comunista internacional e a cooperação e a acção comum de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

(...)

Fazemos votos para que os trabalhos do vosso 7.º Congresso sejam coroados de êxito e exprimidos a nossa vontade de desenvolver as tradicionais relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos na base do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, e no interesse da causa comum do progresso social e da paz.

Nacional

Tarrafal

Primeiros presos entraram há 49 anos

Na passada terça-feira passaram-se 49 anos sobre a chegada do primeiro grupo de 150 presos ao Campo da Morte Lenta. Foi a 29 de Outubro de 1936 que os primeiros antifascistas desembarcaram do navio «Luanda» com destino ao Campo de Concentração do Tarrafal.

Ao longo dos dezanove anos que durou o Tarrafal, muitos foram os homens que por lá passaram do seu crime de escrever a palavra Homem com maiúscula. Só 136 presos do campo de

concentração — que muitos mais por lá passaram — somaram quase novecentos anos de prisão.

Os primeiros a lá chegar foram os protagonistas da Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, da Revolta da Marinha Grande, da greve dos Laticínios da Madeira, o dirigente anarquista Mário Castelhamo e o secretário-geral do PCP Bento Gonçalves. Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP, foi o

último preso do Campo da Morte Lenta. Saiu a 26 de Janeiro de 1954.

Em prefácio ao livro «Tarrafal — Testemunhos» diria Chico Miguel: «O Campo de Concentração do Tarrafal foi criado pelo governo fascista de Salazar para suprimir fisicamente os antifascistas mais combativos e para, ao mesmo tempo, atemorizar todos os que, ansiosos de liberdade, combatiam a tirania salazarista. O Tarrafal não foi nunca, e

também não o deverá ser agora, um assunto que só dissesse respeito aos que por lá passaram. Muito pelo contrário, é necessário ver o Tarrafal como ele realmente foi, em todas as suas facetas e como uma parte da grande prisão que era Portugal dominado pelo fascismo. Sem essa apreciação correcta do que foi o Tarrafal não poderíamos compreender toda a enorme responsabilidade dos governantes que o criaram e o mantiveram durante 19 anos (1936/1954)».

URAP participa em simpósio internacional

A URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) participou recentemente num simpósio médico internacional organizado pela Federação Internacional dos Resistentes, que se realizou na Hungria.

No final do simpósio, os participantes — médicos de 15 paí-

ses europeus — aprovaram um «apelo à consciência pública» onde sublinham a importância de negociações de desarmamento de modo a que se obtenha o termo dos ensaios nucleares, a não militarização do espaço e a redução progressiva, equilibrada e controlada das armas de destrui-

ção massiva e dos armamentos clássicos.

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses foi representada pelo médico Fernando Rodrigues que apresentou duas comunicações, uma da sua autoria, de António Esteves e Francisco Guilherme Ferreira, e outra

de Ludgero Pinto Basto. As comunicações versaram, respectivamente, sobre «destruição antes da detonação em Portugal no âmbito da saúde» e sobre «as dificuldades actuais na organização da assistência médico-social aos resistentes antifascistas portugueses».

África do Sul A violência não salvará o apartheid



Fim de ano na URSS

De 24 de Dezembro a 2 de Janeiro realiza-se uma excursão de jovens à União Soviética. Os jovens que nela se inscreverem poderão assim festejar a passagem de ano em Moscovo e visitar Leninegrado.

Uma vez que cada viagem — com tudo incluído — custa apenas 70 contos e que a lotação é

limitada a 34 pessoas, todos os interessados devem desde já fazer contas ao dinheiro e entrar em contacto com a Juventude Comunista Portuguesa, na Rua Sousa Martins, n.º 8, em Lisboa.

Aqui fica o desejo de que tenham uma boa viagem e uma ainda melhor estadia naquelas duas cidades soviéticas.

Resolução do Comité Central do PCP

Tarefas imediatas na nova situação política

No dia 28 de Outubro realizou-se uma reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português, tendo como ponto único dos trabalhos o exame da situação política e das tarefas imediatas do Partido.

1

MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA

1. O Comité Central confirma a análise anteriormente feita acerca da evolução da situação política nos últimos meses que culminou nas eleições de 6 de Outubro — cujo resultado global foi a condenação vigorosa pelo povo português da política de direita seguida nos últimos anos, designadamente pelo governo de coligação PS/PSD.

2. O Comité Central confirma a conclusão de que se verificou uma importante e favorável modificação da situação política tendo como traços mais salientes:

- a) A demissão, a derrota e o afastamento do poder do governo PS/PSD tendo como Primeiro-Ministro Mário Soares.
- b) A interrupção e a inutilização do plano contra-revolucionário da coligação PS/PSD que tinha como objectivo a liquidação no primeiro semestre de 1985 das conquistas democráticas do povo português.
- c) A falência das coligações de direita (com ou sem PS) e a dificuldade de refazer tais coligações dado o maior isolamento dos partidos reaccionários, designadamente pela perda no imediato do seu aliado principal (o PS com Mário Soares).
- d) A alteração do quadro partidário e da arrumação e correlação das forças políticas com a estagnação da direita e a queda vertical do PS, a manutenção no essencial da força e influência do PCP e da APU, e a criação e o expressivo resultado eleitoral do novo partido, o PRD.

3. O Comité Central sublinha como importante elemento para a compreensão da situação política actual e das suas perspectivas, a consciência de que para a modificação positiva que se verificou na situação política, nomeadamente a derrota do governo e da política de direita e do plano contra-revolucionário, foi determinante o papel do PCP e do movimento operário.

4. As importantes alterações verificadas na situação política não são bastantes para afastar os perigos que continuam a pesar sobre o povo português e a democracia, nem para viabilizar no imediato a formação de um governo democrático que resolva os gravíssimos problemas existentes. Criam entretanto uma situação nova que abre a perspectiva real de uma nova fase da democracia portuguesa que se caracterize pela sua consolidação e pela concretização de uma nova política ao serviço do povo e do País.

5. O Comité Central considera que a compreensão por todos os democratas e patriotas desta modificação favorável resultante dos acontecimentos políticos dos últimos meses que culminaram nas eleições antecipadas de 6 de Outubro, é essencial com vista à definição de uma orientação justa para a acção democrática que possibilite, na evolução ulterior da situação, a concretização de uma alternativa democrática.

6. O Comité Central decide continuar e ampliar a acção de esclarecimento acerca dos novos traços característicos da situação política e das perspectivas a curto e a médio prazo.

2

FORMAÇÃO DO GOVERNO

1. Aproximando-se o momento da formação de um novo governo, torna-se indispensável uma vez mais clarificar a atitude do PCP.

2. A experiência já demonstrou que está condenada ao fracasso qualquer tentativa de prosseguir a política de direita seguida nos últimos 9 anos e desenvolvida ultimamente pelo governo PS/PSD, política que conduziu o país à profunda crise económica, financeira e social em que se encontra.

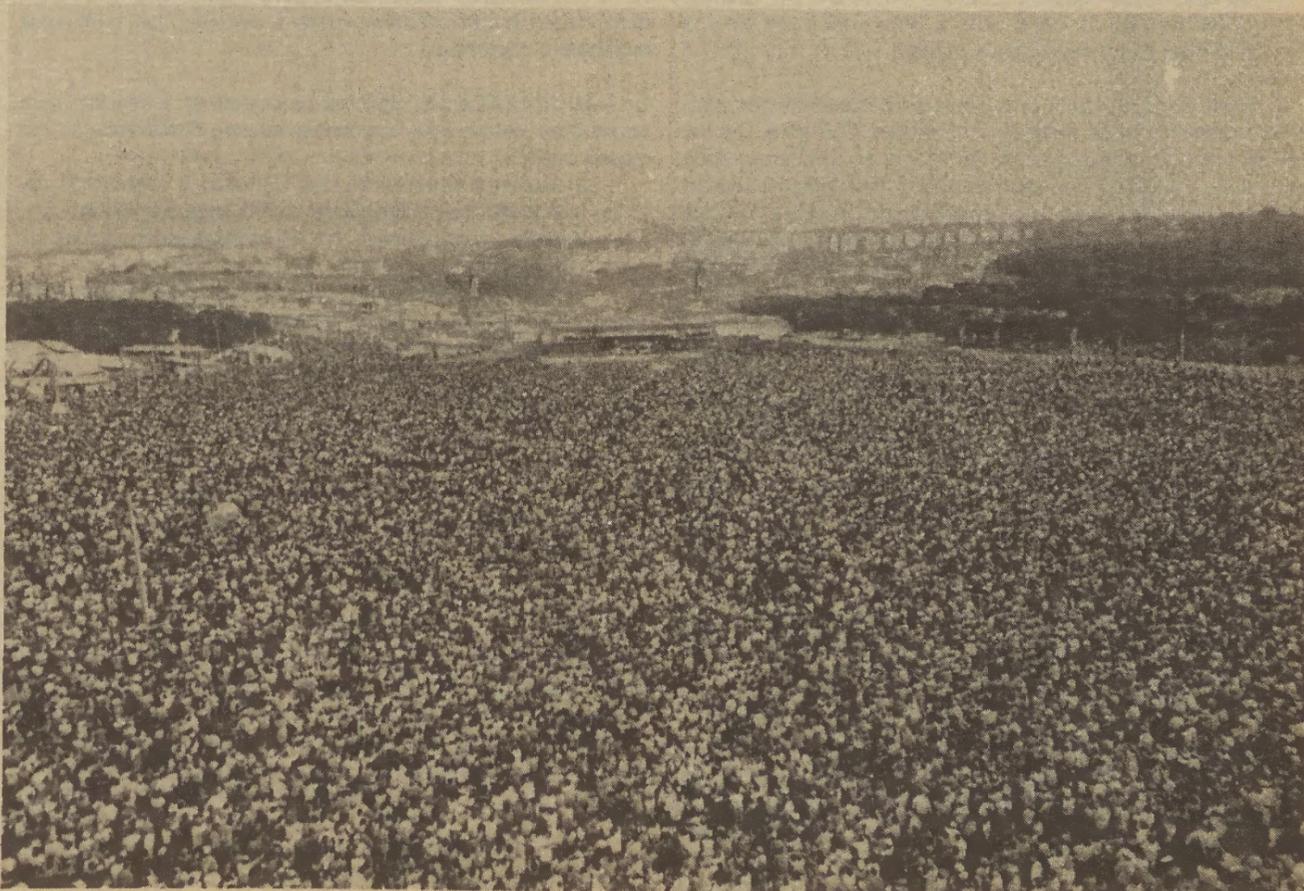
3. Assim, está também condenado ao fracasso qualquer novo governo de direita. No quadro institucional actualmente existente está comprometido o sistema de coligações maioritárias de direita (com ou sem o PS). Onde fracassou o governo da chamada «maior maioria de sempre», fracassará um governo minoritário.

4. O Comité Central torna claro que o PCP, respeitando a aspiração popular a uma mudança democrática manifestada nos resultados das eleições legislativas, se oporá firmemente à formação de um governo do PSD que significaria sem dúvida a tentativa de prosseguimento da política cujo fracasso, derrota e condenação foi confirmada pelo povo português em 6 de Outubro.

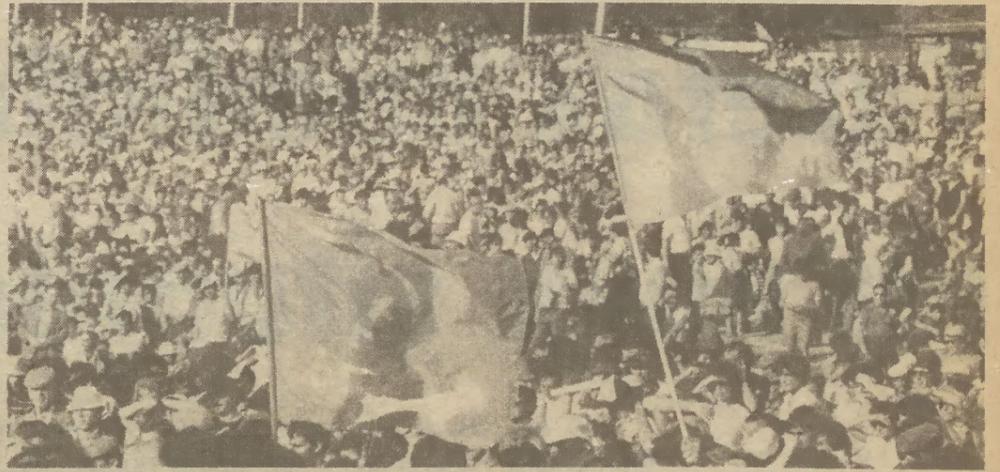
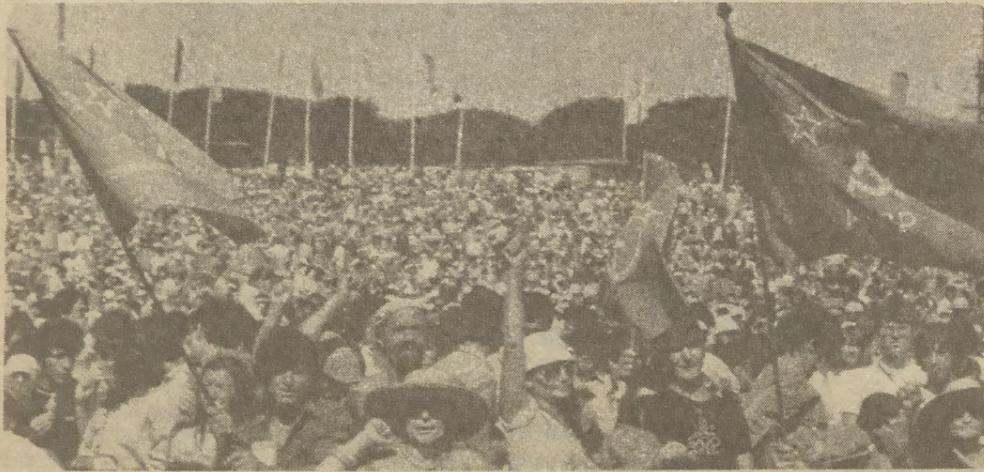
5. A nova arrumação e correlação de forças no País e na Assembleia da República — com a impossibilidade prática da formação de um governo de coligação maioritária e a inevitável instabilidade de qualquer governo minoritário — confirma inteiramente a justeza da proposta do PCP para a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional, constituído por democratas e patriotas que, pondo de lado interesses estreitos, rivalidades e querelas, se disponham a um grande esforço voltado para a concretização de uma nova política visando a solução dos gravíssimos problemas nacionais.

6. O Comité Central tem por certo que, na situação actual, qualquer outra solução governativa não só será extremamente instável, como será incapaz de resolver os graves problemas do povo e do País. A formar-se um novo governo de direita, os factos e a evolução dos acontecimentos colocarão a curto prazo na ordem do dia a necessidade de uma diferente solução governativa.

7. O PCP não compartilhará assim qualquer responsabilidade pela formação e viabilização de um novo governo de direita, pela consequente abertura de um período de instabilidade governativa e institucional, pelo adiamento das soluções que a situação do povo e do País imperativamente reclamam.



Resolução do Comité Central do PCP



3

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

1. As eleições autárquicas de 15 de Dezembro de 1985 vão realizar-se numa situação que se distingue da situação existente quando das eleições autárquicas de 1982 por quatro principais factores:

— Primeiro: a derrota recente da política e dos planos da direita com a demissão do governo de Mário Soares PS/PSD, a dissolução da Assembleia da República e as eleições antecipadas de 6 de Outubro.

— Segundo: a redução da base de apoio social, político, eleitoral do PS e das forças da direita consideradas em conjunto.

— Terceiro: a vergonhosa operação contra o poder local democrático que constitui o facto de o PS e o PSD, quase sempre com o apoio do CDS, se apresentarem em listas conjuntas em 41 dos 55 municípios de maioria APU e em numerosas freguesias. A amplitude destes acordos mostra que o PS, o PSD e o CDS, sem prejuízo das rivalidades e divergências conjunturais, mantêm a identidade dos seus objectivos contra a democracia, o Portugal de Abril e o poder local democrático.

— Quarto: a concorrência de um novo partido, o PRD, com um papel contraditório. Por um lado, há situações em que poderá contribuir, embora de forma insegura, para enfraquecer as posições do PS, PSD e CDS. Por outro lado, nos casos concretos das Câmaras de maioria APU, o PRD não só não tem qualquer possibilidade de ganhar as eleições como o voto no PRD apenas pode contribuir para que a lista única de direita (PS/PSD/CDS) seja a mais votada.

2. Estes factores criam uma situação particularmente complexa relativamente às eleições autárquicas. O Comité Central conclui que esta situação exige do PCP e da APU um grande empenhamento para que os resultados das eleições confirmem o enfraquecimento das posições da direita e não só mantenham as posições da Aliança Povo Unido como conduzam ao reforço das suas posições em numerosas autarquias.

3. Para este objectivo é de particular importância sublinhar a acumulação de uma enorme experiência e a ampliação da obra notável realizada pela APU nas autarquias, em maioria ou minoria, constituindo uma afirmação clara da superioridade dos seus métodos democráticos de gestão e da sua política de diálogo e de unidade em torno da resolução de problemas concretos, — o que é reconhecido pelos mais diversos sectores políticos e crescentemente pelas populações.

4. Definem-se como direcções fundamentais da campanha eleitoral para as autarquias:

- A ampla divulgação da obra realizada e do trabalho honesto e competente realizado pelos órgãos autárquicos de maioria APU e pelos eleitos da APU em minoria, assim como das listas APU e dos seus programas;
- A crítica fundamentada à gestão dos órgãos autárquicos de maioria PS, PSD ou CDS e a apresentação das listas e programas da APU como alternativa segura a essa gestão, devido à experiência adquirida, ao trabalho realizado e às provas dadas;
- O desmascaramento, nas autarquias de maioria

APU, do significado, objectivos e perigos das ligações do PS e PSD em numerosos casos com o apoio do CDS;

- O esclarecimento em cada situação concreta do papel do voto nas listas do PRD e em especial o carácter negativo desse voto nas autarquias de maioria APU onde não tem qualquer possibilidade de ganhar as eleições e se exige ganhar o eleitorado democrático para a necessidade de concentrar os votos nas listas da APU, como indispensável para manter a gestão democrática e impedir o assalto aos órgãos autárquicos pelas forças de direita (PS, PSD, CDS);
- O esclarecimento do papel negativo da dispersão de voto em listas esquerdistas;
- O esclarecimento acerca da necessidade do voto na APU, como o único voto seguro nos interesses das populações e no funcionamento eficaz e democrático das autarquias e o combate a qualquer deslocação de votos APU para outras forças políticas.

5. Definindo direcções gerais da campanha eleitoral, o Comité Central salienta a necessidade de, em cada concelho e freguesia, ter em conta as condições concretas existentes.

6. A defesa e o reforço das posições e da gestão da APU nas autarquias é do interesse vital das populações respectivas e um elemento indispensável para a defesa do poder local democrático e um contributo para a solução dos problemas regionais e nacionais.

7. O Comité Central confirma os objectivos essenciais para as eleições autárquicas a alcançar através duma votação em massa na APU:

- Manter a Presidência das Câmaras e Juntas nos casos em que actualmente a APU tem a maioria;
- Obter a Presidência em mais Câmaras e Juntas de Freguesia;
- Reforçar as posições da APU nos órgãos onde está em minoria ou obter representação pela primeira vez nos casos em que não tem existido.

4

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

1. O Comité Central confirma dois objectivos fundamentais que nas eleições presidenciais se devem colocar às forças democráticas e ao povo português:

- derrotar os candidatos da direita, designadamente Freitas do Amaral e Mário Soares;
- Eleger um candidato da democracia que tome o sério compromisso de, no exercício das suas funções, garantir o cumprimento da Constituição, a legalidade democrática, a firme defesa da soberania e independência nacionais.

2. O Comité Central insiste em que é condição indispensável para que estes objectivos fundamentais sejam alcançados o acordo ou o consenso verificado das forças e sectores políticos e sociais que, com o seu apoio e o seu voto, têm de assegurar a vitória do candidato da Democracia. Esse indispensável apoio constitui um critério fundamental para a opção por um candidato democrático.

3. Suscitam por isso sérias reservas e críticas, atitudes não conformes com esta imperiosa necessidade, designadamente:

- o avanço de candidaturas como definitivas e irreversíveis sem que o acordo ou consenso tenha sido alcançado, acompanhado de tentativas para a inviabilização de soluções de convergência;
- a cristalização de atitudes e posições contraditórias e contenciosas no campo democrático;
- a precipitação de factos consumados no que respeita a candidatos democráticos.

4. O Comité Central esclarece que o PCP não tem até ao momento presente compromisso de qualquer espécie em relação a qualquer candidatura e não está disposto a qualquer atitude seguidista.

5. O PCP continuará até ao extremo limite das possibilidades a lutar para que seja possível o citado acordo ou consenso e a resultante convergência e confluência de apoios e votos de todas as forças e sectores democráticos num só candidato da democracia, de forma a assegurar a sua vitória.

6. Sem em nada contrariar esta orientação, mas tendo em conta a situação existente, o Comité Central do PCP resolve apresentar no imediato um candidato do PCP às eleições presidenciais — o que significa que o PCP mantém inteira liberdade de acção e de decisão no que respeita às eleições presidenciais, incluindo a eventual ida às urnas.

7. O Comité Central resolveu apresentar como candidato do PCP às eleições presidenciais o camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do CC do PCP.

8. O Comité Central do PCP faz um apelo a todos os democratas e patriotas para que, colocando acima de quaisquer outras considerações o carácter imperioso de uma vitória democrática nas eleições presidenciais, empenhem com urgência os seus esforços para que seja alcançado o consenso necessário de forma a que os apoios e votos se venham a concentrar num só candidato da democracia.



5

ACÇÃO PARLAMENTAR

1. Na luta contra a formação de um governo de direita e contra a continuação de uma política de direita, e na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e da população laboriosa, do regime democrático e das suas conquistas e dos interesses nacionais, o Grupo Parlamentar do PCP é chamado a desempenhar um papel de particular importância na actual conjuntura política e institucional.

2. O Comité Central encarrega o Grupo Parlamentar do PCP de utilizar os meios que a Constituição e o Regimento da Assembleia da República lhe permitem para contrariar a formação de um governo de direita e a tentativa de um novo governo prosseguir a política do Governo PS/PSD.

3. De acordo com o Programa Eleitoral do PCP e com o Programa de Máxima Urgência da APU, o Comité Central encarrega o Grupo Parlamentar do PCP de proceder à apresentação, nos primeiros dias de trabalho da nova Assembleia da República, de iniciativas legislativas e outras visando designadamente:

- a) a solução de situações sociais de particular gravidade como o pagamento dos salários em atraso, alargamento do apoio aos desempregados incluindo os jovens à procura do primeiro emprego, a actualização das reformas, aposentações e pensões, o aumento dos abonos de família e demais subsídios da segurança social, a revogação da lei do aumento das rendas, um novo regime de controlo dos preços dos medicamentos;
- b) travar a ofensiva contra as empresas públicas e nacionalizadas e a reforma agrária visando a sua destruição, através de decisões e medidas tendentes à reposição da legalidade democrática no sector público e no sector agrícola;
- c) repôr a legalidade democrática na comunicação social;
- d) reforçar o poder local democrático, no domínio das finanças locais através da delimitação de competências da administração central e do poder local;
- e) propor inquéritos e outras medidas que promovam o efectivo combate à corrupção;
- f) repôr a democraticidade no funcionamento da Assembleia da República e revogar os escandalosos aumentos dos vencimentos dos membros do governo e deputados.
- g) defender a independência, soberania e segurança de Portugal.

4. O Comité Central salienta a necessidade de estreita ligação entre a acção parlamentar, a acção política e a luta de massas.

6

LUTA POPULAR

1. A demissão do Governo PS/PSD, a dissolução da Assembleia da República e as eleições antecipadas de 6 de Outubro, bem como as próximas eleições autárquicas e presidenciais têm absorvido nos últimos meses e tendem a continuar a absorver grande parte da acção política nos próximos tempos.

2. Salientando a importância das eleições e a necessidade de lhes consagrar, na actual fase da vida nacional, grande parte dos esforços e energias, o Comité Central sublinha que a luta de massas continua a ser na situação presente uma direcção fundamental da acção popular e democrática.

3. Seria um erro basilar do movimento operário, popular e democrático, esperar passivamente que o futuro governo venha a resolver os gravíssimos problemas que atingem o povo e o País.

4. É de particular importância sublinhar que qualquer governo de direita que se venha a formar no quadro da composição partidária da nova Assembleia da República, terá mais dificuldades em se opor frontalmente às justas reivindicações e reclamações dos trabalhadores e das massas populares.

5. Um governo PSD, se vier a ser viabilizado na Assembleia da República (e só o poderá ser pelo PS e pelo PRD), ficará fortemente condicionado por diversos factores:

- a) não dispôr de uma maioria de deputados nem de uma base de apoio social, política e eleitoral suficientemente ampla e segura;
- b) dispôr apenas da tolerância ou do apoio limitado e incerto de outros partidos que não quererão comprometer-se de forma evidente numa política antipopular;
- c) ter ele próprio necessidade, em vésperas de novas eleições (autárquicas e presidenciais) de não provocar descontentamento que atinja a sua própria base de apoio;
- d) ter de defrontar na Assembleia da República a oposição do Grupo Parlamentar do PCP e de outros democratas e ter contra si o descontentamento e a luta de vastíssimos sectores da população e a oposição firme, dinâmica e organizada do movimento operário e popular.

6. O Comité Central sublinha ser essencial para o sucesso da luta com objectivos concretos e imediatos não deixar a iniciativa a um futuro governo e desde já definir as reivindicações, proclamá-las e lutar por elas.

7. A gravidade dos problemas existentes exige que seja prontamente empreendida e dinamizada a luta dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos jovens, das mulheres, dos intelectuais e quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, das camadas mais desfavorecidas da população como os reformados e os deficientes com objectivos concretos imediatos.

8. Na situação actual mantém-se inteiramente válido o carácter determinante da intervenção e da luta de massas na evolução da situação política nacional.

7

ACÇÃO DO PARTIDO

1. A campanha para as eleições de 6 de Outubro foi um esclarecedor e exaltante testemunho da força organizada do PCP, da sua capacidade de realização e da sua ligação com as massas trabalhadoras.

2. Assim como o PCP desempenhou papel determinante na luta que conduziu à demissão e derrota do Governo PS/PSD e à modificação positiva da situação política resultante das eleições de 6 de Outubro, também na situação actual depende de forma decisiva da acção do Partido que se venham a concretizar as favoráveis perspectivas no sentido de uma alternativa democrática.

3. Sempre com a classe operária, sempre com o povo, o Partido Comunista Português estará à altura das suas gloriosas tradições nas grandes batalhas políticas a travar na importante conjuntura que, após a grande derrota da direita confirmada nas eleições de 6 de Outubro, vive actualmente o regime democrático português.

28 de Outubro de 1985

O Comité Central do Partido Comunista Português



Poder Local

No distrito de Lisboa os objectivos são novas vitórias APU

Que fizemos, como fizemos, quem somos, que nos propomos fazer, eis algumas das questões a que a APU respondeu na Conferência de Imprensa realizada na passada semana, ao apresentar publicamente os cabeças de lista do Povo Unido às Câmaras e Assembleias Municipais do distrito de Lisboa. Um distrito em que a APU se apresenta como segunda força eleitoral (com a percentagem de 30,6 por cento na votação para as assembleias municipais em 1983), e com um «sucesso assinalável nas eleições realizadas, passando entre 1976 e 1982 de 1 para 5 câmaras, de 19 para 60 freguesias, aumentando 126 mil votos (mais 56,2%) e atingindo os 30,6% no conjunto do distrito».

Em documento distribuído no encontro com a comunicação social, os candidatos APU afirmam ser a composição social do distrito «favorável a grandes deslocamentos do eleitorado que, desentando com o PS e partidos de direita, procura uma mudança e aproxima-se mais hoje das forças democráticas, particularmente da APU que acumulou grande prestígio nas populações pela obra autárquica realizada».

Como pode ainda ler-se nesse documento, a população dos concelhos e freguesias de maioria APU, aumentou de 196 282 em 1976 para cerca de um milhão em 1982 (mais precisamente 918 642), correspondendo cerca de um terço deste número a população que vive em 23 freguesias APU em concelhos onde dominam outras forças políticas (PS, PSD, e CDS).

Cumprir

Afirmaram os candidatos que, aproximando-se o actual mandato do seu final, «a APU cumpriu e em alguns casos ultrapassou os seus programas eleitorais». Num muito sintético balanço do trabalho feito em 5 municípios de maioria Povo Unido, abrangendo uma população de 763 517 pessoas os números do que foi realizado são esclarecedores:

A rede eléctrica abarange, por exemplo, 96 por cento do total dessa população, contra os 42 por cento que se verificavam em Abril de 1974, sublinhando-se o caso de Sobral de Monte Agraço, que passou de 45 para cem por cento; no caso da rede domiciliária de água, ela atinge actualmente 86 por cento, contra 61; a rede de esgotos serve 82 por cento da população, contra 58; a recolha do lixo atinge os 100 por cento em alguns concelhos — de 60 para 100 na Amadora, de 20 para 90 na Azambu-

ja, de 20 para 100 no Sobral, de 48 para 100 por cento em Vila Franca de Xira.

Os números respeitantes a outras obras e benfeitorias são também dignos de nota. Comparando-se o existente, em unidades, em 1974 com o que hoje se regista, a diferença é muito grande:

O número de lavadouros subiu de 99 para 127; o de sanitários de 44 para 69; existem hoje 9 centros de dia na Amadora, 12 em Loures, 4 em Vila Franca de Xira. O número de infantários subiu de 4 para 30; o de parques infantis, de 10 para 176; o de cemitérios de 39 para 45; o de mercados de 22 para 48; o de feiras de 6 para 17.

Quanto a escolas: registam-se hoje 15 escolas pré-primárias; o número de salas de aula da Primária subiu de 345 para 806; as escolas preparatórias, que eram 9 são hoje 26; as secundárias passaram de 5 para 22; das

duas bibliotecas existentes passou-se para 88 — sendo Loures o concelho que detém o recorde, com 67 bibliotecas.

O mesmo se pode mostrar quanto aos centros de saúde, postos médicos e clínicas, que aumentaram respectivamente de 4 para 16, de 11 para 18, de 1 para 4. Os grupos de teatro, que eram 3, são hoje 27; as colectividades viram o seu número aumentar de 88 para 356; os grupos corais, inexistentes nesses concelhos, são agora 19; os ranchos, que eram 11, são hoje 37. No que toca aos campos de jogos, há actualmente 84, para os 35 que havia em 1974; há 11 pavilhões gimnodesportivos, em comparação com os 4 então existentes; os polivalentes, só em Vila Franca de Xira, em que havia 5, são hoje 23!

E, sublinharam no encontro com a imprensa, não se contabilizaram aqui muitas acções de carácter desportivo, recreativo, cultural e social, acrescentando-

se que o volume de obras só foi possível graças aos empreendimentos por administração directa, e ao aumento do parque de máquinas que as tornou realizáveis — só em 1983/84 foram adquiridas mais 96 máquinas. Destacou-se por outro lado a melhoria e o aumento de técnicos e de trabalhadores dos municípios e o trabalho voluntário das populações e das organizações destas, nomeadamente das Comissões de Moradores.

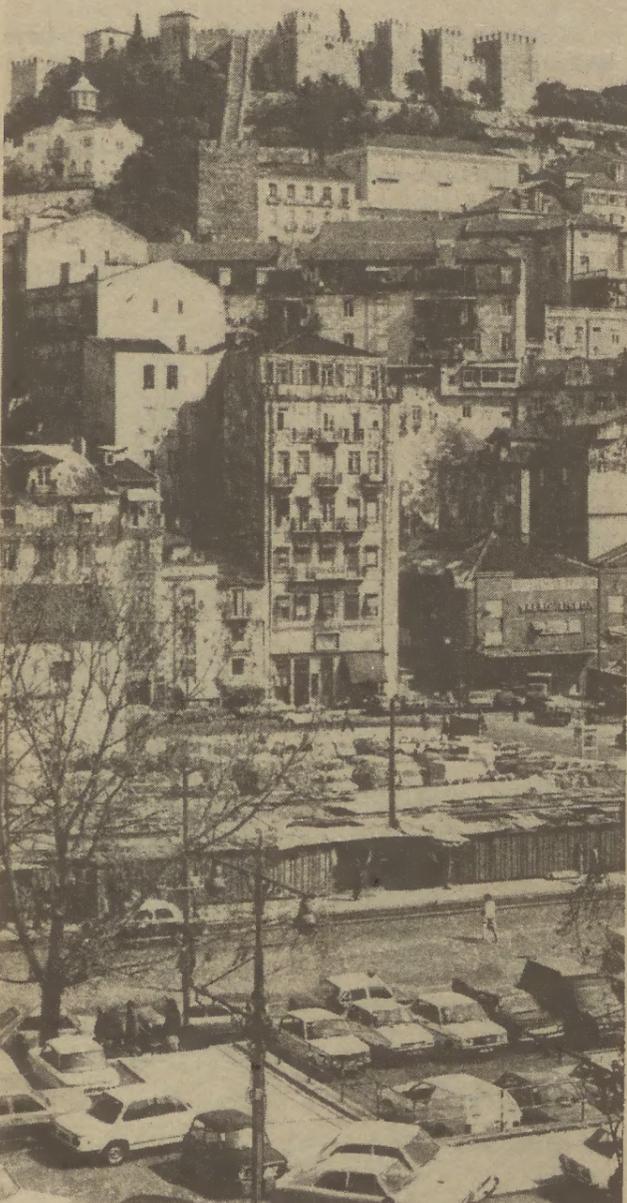
Um estilo

Embora sintético, o balanço do trabalho feito não se ficou por aqui. E significado especial foi atribuído às realizações levadas a cabo pela APU em municípios onde o Povo Unido não detém a presidência, dispondo no entanto de pelouros.

Foi sobre o estilo de actuação da APU, por outro lado, que o



Uma alternativa para Lisboa



«Dar à cidade e à população de Lisboa uma gestão que a defenda e sirva os seus interesses»

«Somos uma candidatura assente no prestígio crescente da APU junto das populações, na confirmação, na prática, da qualidade do trabalho da Aliança Povo Unido nas Autarquias», afirmou o camarada Carlos Carvalhas, na sessão de apresentação dos candidatos APU para os órgãos autárquicos da capital. O cabeça de lista do Povo Unido para a Câmara Municipal de Lisboa falou, no cinema Alvalade, na passada sexta-feira, tendo a seu lado os cabeças de lista para as 53 freguesias e para a Assembleia Municipal de Lisboa.

Carlos Carvalhas, perante o salão completamente cheio, realçou o significado da sessão, que ultrapassou «as margens de uma iniciativa estritamente partidária», pois se tratava «de uma iniciativa pública da força que em melhores condições se apresenta para dar à cidade e à população de Lisboa uma gestão que a defenda e sirva os seus interesses».

Alternativa

Apresentando a APU como «a principal alternativa eleitoral, a força capaz de alterar radicalmente uma gestão que vem arrastando Lisboa para níveis de alarmante degradação urbana e social», o candidato à presidência da CML recordou «o património de conhecimentos e experiência incomparáveis» do Povo Unido, «protagonizado pelo trabalho, honestidade e competência demonstrados».

«Apresentamo-nos a estas eleições», afirmou, «como a alternativa necessária e inadiável à actual gestão. Alternativa que decorre de a APU ser uma força com profundo conhecimento da cidade e dos seus bairros, dos seus problemas e das soluções para os resolver. A APU conhece a cidade como ninguém e como ninguém se identifica com os sentimentos, as aspirações e a vontade do povo de Lisboa. Alternativa por termos sido a única força que combateu constante e coerentemente a gestão ruinosa de Abecasis».

«Alternativa», disse ainda, «que assenta igualmente no facto de ser a APU a força que mais eficazmente pode dar solução a problemas de uma cidade que em larga medida se identificam com os de uma região gerida eficaz e competentemente por Câmaras Municipais de maioria APU.»

Carlos Carvalhas fez notar que «estamos perante uma oportunidade importante e um momento crucial de salvar Lisboa da cruzada que contra ela a gestão municipal vem

desenvolvendo nos últimos 6 anos» e que este é o momento de «poder fazer reflectir globalmente o sentido da gestão a que Lisboa tem sido sujeita, de afastar a possibilidade de futuros desmandos contra a cidade, de a defender e recuperar».

«Terramoto lento»

O candidato chamou a atenção para o facto de a capital do país se encontrar hoje «num dos momentos mais críticos da sua história urbana, sujeita a uma política de devastação de 'terramoto lento'».

Que gestão para reflectir o curso ruinoso daquela a que Lisboa tem sido sujeita?

Carlos Carvalhas definiu os traços gerais de uma nova política:

«Uma gestão planeada, ordenada, colegial, de rigor e dinamismo, transparente, que privilegie o diálogo e a participação entre os eleitos, a população e os municípios circundantes, que dê resposta aos mais instantes problemas habitacionais de falta de equipamentos colectivos, que enfrente com eficácia os problemas dos bairros de lata, da anarquia dos transportes, dos espaços verdes, da salubridade.»

Um programa

Anunciando a apresentação para breve de um programa global de gestão para a cidade, Carlos Carvalhas, que também se referiu a um plano de medidas de emergência, definiu assim os aspectos a desenvolver nos próximos 4 anos:

«Um programa que tenha em conta a necessária e indispensável alteração dos critérios de gestão, a luta pela alteração do nível de financiamento do município e de rentabilização dos recursos financeiros disponíveis, o lançamento imediato de um concurso público para elaboração de um novo plano director municipal, a supressão progressiva e planificada de carências em equipamento social nomeadamente escolas, creches, jardins infantis, equipamento para idosos, a preservação do património edificado, a introdução de melhorias imediatas em bairros pobres e degradados da cidade e o lançamento de acções que visem o seu definitivo realojamento, de obras indispensáveis ao saneamento da cidade e à despoluição do Tejo, a melhoria e a criação de novos espaços verdes, reordenamento da rede viária, das condições de trânsito e de transportes na cidade de Lisboa.»

Poder Local



Para o distrito, os objectivos são claros: novas vitórias APU para que o trabalho, a honestidade e a competência cheguem a mais concelhos. O rumo está traçado

documento tornado público insistiu: «Trabalho, Honestidade, Competência, Participação, Diálogo, Experiência», tais foram as palavras empregadas para definir esse estilo «aplicado na gestão colectiva realizada pelos eleitos e participada pelas populações, com reuniões, jornadas de trabalho». Aplicado também «no saber ouvir todos e sempre, no colaborar na resolução dos problemas das populações mesmo quando estão em minoria nos órgãos».

«Ao fim destes anos», foi sublinhado, «a APU adquiriu uma grande experiência colectiva e as populações reconhecem essa experiência votando de forma crescente na APU. Nas autarquias a prática da APU tem sido o melhor fundamento para os eleitores optarem por uma gestão alternativa à gestão incompetente e corrupta das outras forças políticas».

A descentralização efectiva, para as freguesias, levada a cabo pelas câmaras onde a APU é maioritária foi apontada como exemplo, também, desse estilo: «As câmaras onde a APU está em maioria têm transferido para as freguesias mais que 20 por cento das verbas e não apenas os 5 por cento que a lei determina. No caso de Vila Franca de Xira a verba transferida ultrapassa os 40 por cento. Novos progressos neste processo de descentralização exigem — e por isso a APU se bate — a possibilidade legal de, no mínimo, as juntas disporem de um eleito a tempo inteiro».

Propostas

Apresentando-se a estas eleições «como a mais importante força nas autarquias da área metropolitana de Lisboa» e afirmando que a experiência mostrou que, sem a APU «é impossível resolver os problemas dos concelhos e da região», os participantes no encontro com a im-

prensa deram a conhecer a composição das listas — «equipas experimentadas» — propostas para as Câmaras e Assembleias Municipais do distrito.

E, sem que se tratasse de aprofundar as propostas de trabalho nos diversos programas eleitorais por concelho e freguesia, apontaram algumas linhas gerais para o trabalho nas autarquias, que vão no sentido do aprofundamento e do melhoramento do trabalho até agora desenvolvido.

Partindo, depois, do significado das anteriores eleições legislativas — que «confirmaram a derrota política do Governo PS/PSD pela luta das populações» o documento distribuído no encontro realça o significado de haverem caído os projectos do pacote autárquico e de revisão das leis eleitorais, manifestando a confiança de que as próximas eleições de 15 de Dezembro possam dar um contributo maior ao recuo desses projectos com uma forte votação APU, «única força que os rejeita de forma inequívoca».

Quanto aos objectivos eleitorais e às perspectivas da APU para estas eleições, destaca-se o empenhamento em alcançar a «maior votação e percentagem de sempre».

No distrito, a Aliança Povo Unido pretende «manter e reforçar as posições nos municípios e 61 freguesias de maioria APU, reforçando posições e obtendo novas maiorias absolutas que anulem os efeitos pretendidos com as 'coligações' do PS, PPD e CDS e o boicote que os seus eleitos têm procurado realizar e que permitam uma melhor solução dos problemas das populações».

Finalmente, a APU empenha-se em «obter novas vitórias, conquistando novas maiorias quer em concelhos quer em freguesias, objectivos possíveis e perfeitamente ao alcance da Aliança Povo Unido no Distrito de Lisboa».

Estão à espera que Alfama caia?!...

Já sabíamos que a Câmara de Abecasis mandava cercar prédios que, em Alfama, ameaçam ruir, com correntes de desvio de peões e «avisos» com o sinal de trânsito indicando «Queda de pedras», mas ignorávamos que também mandava cartas aos moradores deste popular bairro da capital advertindo para que não utilizem a casa de banho, não vá a casa desabar. Esta e outras denúncias foram feitas a semana passada na Junta de Freguesia de São Miguel (uma das duas que constituem o bairro de Alfama — a outra é Santo Estêvão), durante uma conferência de imprensa dada pelo Gabinete Local para a Recuperação de Alfama — G.L.R.A. (ver junto), em mais um esforço para alertar a opinião pública para a grave situação que se vive neste popular bairro da capital.

Além dos dois presidentes das Juntas envolvidas na questão de Alfama (ambas de maioria relativa APU), estavam presentes na mesa diversos técnicos membros do G.L.R.A. e ainda numerosa assistência, todos moradores de Alfama com graves dificuldades nas suas habitações. Quando, mais tarde, entrevistaram, foi como se um dique de problemas se abrisse. Mas antes disso os representantes do G.L.R.A. expuseram a situação.

Começou por se referir a origem deste gabinete e das preocupações sobre Alfama («o

guns pontos de vista avançados pelo Gabinete Local. Entretanto apesar de tal proposta camarária — que no quadro de dois despachos recentes da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo poderia lançar finalmente «as coordenadas por onde se poderia orientar e enquadrar a recuperação de Alfama» — ter sido anunciada com grande alarde, por Abecasis em inícios de Agosto (e à revelia da Câmara), nada foi criado e activado até ao momento.

E o momento é grave. Mais um inverno e, a não se toma-



O que é o GLRA

O Gabinete Local para a Recuperação de Alfama (GLRA) constituiu-se, por iniciativa das Juntas de Freguesia de Santo Estêvão e São Miguel, em Maio de 1984, tendo sido o seu funcionamento formalizado nas respectivas Assembleias de Freguesia, e, como se explicou na conferência de imprensa, «nele têm colaborado, para além dos moradores e das colectividades de cultura e recreio do bairro, um conjunto de técnicos onde se incluem, entre outros, arquitectos, engenheiros, historiadores, jornalistas, psicólogos e sociólogos».

Em Outubro de 1984 o GLRA lançou um documento intitulado «Alfama - Morte ou Recuperação?», que foi divulgado no bairro e objecto de debates públicos em várias das colectividades, «tendo igualmente enorme repercussão nos órgãos de Comunicação Social (jornais e Rádio), que passaram a prestar grande atenção a Alfama, às suas características e problemas», com foi dito na CI.

Entre outras diligências, o GLRA reuniu com o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em Maio de 1985, tendo o engenheiro Abecasis garantido o lançamento a curto prazo das acções para a recuperação de Alfama, através dum gabinete técnico da CML e em colaboração com o GLRA.

Só que, até agora, ainda não se viu nada...

processo teve início há quase quatro anos, ao olhar-se para duas graves situações: a grande degradação dos prédios e património e a galopante terciarização da zona», tendo-se editado um primeiro documento intitulado «Alfama — Morte ou Recuperação?», da responsabilidade das duas Juntas de Freguesia, começando-se a partir daí a juntar gente e mais gente interessada em defender este património e em procurar soluções para a grave situação em que se encontram muitos dos seus moradores. Nascia assim o G.L.R.A que prosseguiu as diligências para alertar os responsáveis — Câmara e Governo — e exigir medidas urgentes, avançando ao mesmo tempo com um fundamentado levantamento dos problemas e abalizadas propostas de actuação.

Abecasis prometeu em Agosto último entregar o processo com a proposta camarária para a recuperação de Alfama, mas só agora o fez. Uma análise a tal proposta, feita pelo G.L.R.A. considera-a muito fraca e abordando mal os problemas, embora contemplando (ou aproveitando?) al-

rem medidas, a catástrofe pode desabar sobre o bairro e os seus moradores. Alinhemos apenas, sem mais comentários, a catadupa de queixas, denúncias e apelos dramáticos feitos pelos moradores presentes, identificando-se, dando moradas, convidando os jornalistas a visitarem as suas casas para que pudessem «denunciar a nossa desgraça»:

«Ainda ontem caiu uma janela na Calçadinha de Santo Estêvão, não morreu ninguém debaixo porque não calhou. Agora se se mexe naquilo, cai o resto»; «Ante-ontem estava a fazer o almoço e caíram-me pedras na panela; agora faço a cozinha no quarto»; «À noite estou sempre a ouvir cair terra, mesmo sem ninguém a andar pelo prédio»; «Recebi uma carta da Câmara a dizer-me para não utilizar a casa de banho, senão caía tudo»; «Há dias uma criança caiu de um andar para o outro e partiu as omoplatas: tinham andado a fazer obras e deixaram um buraco na escada»; «o meu senhorio diz que me vá embora, que ele não faz obras. O que ele quer é pô-

-me dali para fora para depois alugar aquilo para escritórios»; «Não posso servir-me da casa de banho, não posso cozinhar porque cal entulho na cozinha e tudo isto sem ter ninguém a morar por cima de mim!»; «um senhor da televisão que ia para filmar a minha casa, não filmou nada porque teve medo de subir a escada. Ainda morro aqui! — dizia ele — e não entrou»; «Há árvores que estão a arrombar quar-

tos»; «Quando foi a festa do PS ali no Terreiro do Paço, os foguetes começaram a fazer cair calça»; «Tenho uma vizinha com a casa escorada, a casa está inclinada e a de cima tem um prumo a segurar o telhado», etc., etc., etc.

Dramático, não?! Parece que só a Câmara de Abecasis e os Governos de direita que vamos tendo não se apercebem disso. Devem estar à espera da catástrofe para se passearem sobre ela... de helicóptero.

Medidas cautelares

São as seguintes, as propostas de medidas cautelares com carácter de urgência avançadas pelo Gabinete Local para a Recuperação de Alfama e apresentadas à imprensa na passada semana (transcrevermos o texto na íntegra):

«No protocolo a estabelecer entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa não poderão ser licenciadas sem prévia informação das Juntas de Freguesia da área em que se localizem:

«1. — Todos os processos de obra, demolição, obra nova, remodelação e ampliação que entrem nos serviços da CML e sejam localizados em Alfama não poderão ser licenciados sem prévia informação das Juntas de Freguesia da área em que se localizem.

«2. — Independentemente da apreciação, caso a caso, não deverão ser, em princípio, licenciadas obras que:

a) visem a alteração das funções existentes, salvo quando se tratar da implantação de equipamento social beneficiando o conjunto da população de Alfama;

b) ocupem espaços livres existentes ou alterem as suas condições de desafogo e insolação;

c) afectem as características actuais do espaço urbano de Alfama, pelo aumento da volumetria existente ou substituição de materiais das fachadas, coberturas e caixilharia, salvo quando se tratar de medidas urgentes de conservação;

d) comprometam, de forma previsível, o futuro Plano de Salvaguarda de Alfama».

Trabalhadores

Lisnave

Por um acordo negociado e que funcione

Reunida há cerca de uma semana na Margueira, a Assembleia Geral de Trabalhadores da Lisnave tomou decisões de inegável importância para o futuro daquela empresa do sector empresarial do Estado que, nos últimos cinco anos, contribuiu com cerca de 600 milhões de dólares para a entrada de divisas no nosso país. Entre essas decisões e propostas incluiu-se um pagamento escalonado dos salários em atraso, a anulação dos despedimentos e a discussão da Reivindicação/85, para que seja aplicada ainda durante o ano em curso.

«Os trabalhadores são os principais interessados em manter a empresa em pleno aproveitamento das suas capacidades» — afirma a Assembleia (AGT). Desse modo, foram definidas «as bases programáticas nas quais deve assentar um possível acordo entre a administração e os trabalhadores por um período de seis meses após a sua celebração, responsabilizando-se durante este período pela reparação dos navios dentro de prazos realistas». As conclusões da AGT do passado dia 22, aprovadas «por esmagadora maioria com um voto contra», preconizam, quanto à «reorganização da empresa» (ver caixa) cinco medidas realistas e possíveis de pôr em prática se, como reclama a AGT, qualquer acordo passar pela formalização do mesmo com a comissão de trabalhadores (CT), na sua qualidade de «órgão que representa todos os trabalhadores da Lisnave».

A Lisnave tem sido utilizada como um banco

«A Lisnave tem vindo a ser utilizada como um banco em relação às empresas associadas»,

Depois de lembrarem que «o que se passa na Lisnave espelha bem a situação que se vive no País», os trabalhadores reunidos em Assembleia Geral atribuem a responsabilidade por essa situação à «política de desastre que tem sido conduzida pelos sucessivos governos» desde 1976 — ano do início da política de recuperação capitalista, que data do primeiro governo do

mãos dadas com a administração da Margueira os governantes PS/PSD «provocaram, criminosamente, uma verdadeira crise na empresa» para, no rescaldo de miséria e fome, «tentarem alcançar os seus objectivos. É neste sentido que surge o não pagamento de salários, a tentativa de despedimento colectivo e o agravamento das condições de

Deve ser pago já um mês de salário

Segundo as conclusões da AGT, deve ser pago imediatamente a todos os trabalhadores um mês por conta dos salários atrasados. Os normais devem ser pagos pontualmente ao fim de cada mês.

As cartas de despedimento devem ser anuladas.

A amortização da dívida aos trabalhadores deve ser calendarizada a partir de Outubro.

A resolução aprovada na AGT, que propõe uma «reunão conjunta entre as ORTs, a administração e o Ministério do Trabalho», mandata aquelas organizações representativas para «desenvolverem acções consoante a posição da administração» quando da entrega do mesmo documento aprovado pela Assembleia.

A resolução inclui ainda um parágrafo sobre a «melhoria das condições de higiene e segurança no trabalho». Aí se reivindica o cumprimento das «respectivas leis» e a satisfação das necessidades dos trabalhadores. Os materiais de protecção devem ser adequados ao cabal desempenho das funções.



Entre os participantes na II Conferência de Organização Sindical a presença das comissões de trabalhadores

O reforço da unidade é um dos objectivos da Conferência Sindical

Na próxima segunda-feira inicia-se a II Conferência de Organização Sindical. Convoçada pela CGTP-IN, a iniciativa, descentralizada e aberta a todas as associações sindicais independentemente da filiação, prolonga-se até ao próximo sábado, dia 9.

Como já anunciamos, os objectivos centrais da Conferência são a consolidação e reforço da CGTP-IN; a dinamização de toda a actividade sindical; e a revitalização da acção dos sindicatos, designadamente no local de trabalho.

Entre os objectivos da II Conferência

requer largo destaque o fortalecimento da unidade do movimento sindical e o combate ao divisionismo, «designadamente em sectores ou camadas mais vulneráveis à sua influência».

Participam na Conferência, se-

gundo o seu documento-base, «associações sindicais (sindicatos, federações, unities); comissões intersindicais; comissões sindicais; delegados sindicais; comissões de trabalhadores; e comissões coordenadoras de comissões de trabalhadores sectoriais ou regionais».

Reorganização

No que respeita à «reorganização da empresa», a AGT da Lisnave propõe:

«a) Que se estudem medidas de saneamento integral, de modo a dinamizar as estruturas da empresa e a acabar com a estrutura elevada de vícios próprios de uma gestão desordenada de que resulta um profundo desaproveitamento das capacidades existentes nos diversos sectores, provocando a subida acelerada dos custos e despesas da empresa;

«b) Que se simplifique e dinamize a pesada estrutura hierárquica a nível superior;

«c) Que se desenvolva uma maior agressividade comercial no mercado tradicional (interno e externo) e captação de novos mercados;

«d) Que seja reactivado o sector das Novas Construções;

«e) Que, em termos futuros, se corte com os elevados investimentos não produtivos, especialmente na direcção administrativa, cujos resultados anteriores têm comprovado a sua inutilidade e esbanjamento».

sublinha a AGT. Recorde-se que, desde 1976, foi constituído a partir dos estaleiros, onde pontificam os Mellos, um grupo de cerca de 20 empresas.

Enquanto que a Lisnave era descapitalizada e se endividava, a administração não tomou «quaisquer medidas de saneamento financeiro».

Embora «insistentemente reclamadas pelos trabalhadores», essas medidas eram substituídas pelo recurso sistemático a empréstimos de curto prazo, que conduziram precisamente à criação daquelas 20 empresas e à «grave situação» da Lisnave.

Política de terra queimada

Afirma a AGT que «entre 1980 e 1983 o acréscimo do endividamento bancário a curto prazo verificado na Lisnave foi absorvido em 60 por cento pelas empresas associadas — isto para além de diversos custos dessas empresas serem imputados à Lisnave».

A situação da empresa seria hoje «bastante diferente» — reafirma a AGT — se os governos e a administração tivessem «aplicado as medidas preconizadas pelos trabalhadores».

PS sozinho. Aquele que é considerado «pelos próprios clientes o melhor estaleiro de reparação naval do mundo», salienta a AGT, foi vítima de «uma política de terra queimada».

Dessa política é «exemplo flagrante» a do último Governo. De

vida e de trabalho dos trabalhadores da Lisnave».

Neste ambiente, afirma a AGT, «os trabalhadores têm sido os únicos a assumir as suas responsabilidades, apresentando soluções para os problemas concretos».

Utentes devem recusar aumentos ilegais «decretados» pela Ordem dos Médicos

«É absolutamente intolerável que, num regime democrático, uma organização como a Ordem dos Médicos se arroge o direito de decidir unilateralmente o pagamento de metade do custo de serviços médicos a que os utentes têm direito gratuitamente».

Esta firme posição de repúdio, acompanhada de um apelo aos utentes para que «recusem pura e simplesmente o pagamento dos aumentos ilegais nos serviços de fisioterapia, análises e radiologia», foi tomada pela CGTP-IN, depois de a Ordem dos Médicos «em colaboração com alguns sectores» clínicos ter decidido «unilateralmente aumentar em 50 por cento» o preços daqueles serviços.

A CGTP-IN considera esta atitude «absolutamente ilegal».

Conflito fictício

O comportamento da Ordem neste caso tem sido ultimamente acompanhado de críticas ao ministro da Saúde.

Maldonado Gonet (PS) até há pouco tempo muito bem visto pela Ordem seria, para a CGTP, parte activa num conflito «artificial» com aquela organização a quem recusaria «o aumento das convenções por prestação de

serviços privados aos utentes dos serviços médicos-sociais». A CGTP-IN critica também «energicamente» o comportamento do ministro.

«Entre ambos (Ordem e ministro), salienta a CGTP, sempre se tem verificado uma coincidência de posições, como foi o caso por exemplo das tentativas de despedimento de milhares de médicos policlínicos». Por outro lado, «durante os dois anos de Governo PS/PSD, a Ordem dos Médicos nunca encontrou razões para criticar o ministro da Saúde. Pelo contrário, sempre lhe teceu os mais rasgados encómios, considerando-o «um raio de esperança» (editorial da Revista da Ordem, em Julho de 1983), «o melhor ministro do sector» (entrevista a «A Capital» em Setembro do mesmo ano), ou «os Executivos anteriores ignoraram os médicos... e neste momento está a ser feito alguma coisa de positivo» («Diário de Notícias», 24.12.84). Porquê tão súbita mudan-

Segurança Social

A secretária de Estado da Segurança Social (PPD) disse recentemente numa reunião do Conselho da Europa (ou no âmbito dessa deslocação) que se depara a Portugal «um grave problema de financiamento, que impedirá manter por muitos mais anos o actual nível de prestações, a menos que se tomem medidas urgentes». Disse ainda Leonor Beleza que os países do

Conselho da Europa enfrentam «problemas similares». Depois de perguntar se a secretária de Estado desconhece que «em Portugal as despesas com a Segurança Social (SS) não atinjam 15 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto na Europa rondam os 30 por cento», a CGTP-IN, atribuindo as declarações da deputada

A CGTP atribui a ignorância ou má-fé declarações da secretária de Estado

pelo PSD a «ignorância ou má-fé», sublinha que os problemas desse tipo em Portugal não são nada similares aos do Conselho da Europa, pois «quer as despesas sociais, quer o nível de prestações da SS são muito inferiores aos dos países europeus». Além disso, a CGTP considera que «não é tolerável que uma responsável do Governo admita,

recusar à negociação do aumento das convenções com a medicina privada, metendo assim a mão no bolso dos beneficiários dos serviços médico-sociais. Daí o apelo da CGTP à recusa pura e simples do «pagamento dos aumentos ilegais nos serviços de fisioterapia, análises e radiologia, «decretados» pela Ordem dos Médicos» abusivamente.

LUTAS E TAREFAS

• A Centrel, que emprega actualmente perto de 3400 trabalhadores, admite a possibilidade de reduzir o seu pessoal. Se se confirmar a intenção manifestada vai para três meses, aquela empresa, que produz equipamento telefónico, tentará eliminar uns 500 postos de trabalho. A direcção da Centrel, considerada o maior complexo industrial português no ramo das telecomunicações e da electrónica, não poderia suportar uma alegada diminuição de encomendas dos CTT/TLP nos próximos 11/12 meses, devido, segundo veio a público, à substituição gradual das centrais telefónicas electromecânicas pelas chamadas digitais. Recorde-se que a Centrel foi precisamente uma das empresas contempladas pelo Governo PS/PSD com a adjudicação do fornecimento dessas centrais, que envolvem novas tecnologias. Os sindicatos, especialmente o SIESI (Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) já manifestaram a sua total oposição a quaisquer medidas que impliquem perda de postos de trabalho e principalmente despedimentos. Na verdade, seria abusivo que, precisamente na altura em que acaba de realizar-se segundo tudo leva a crer, um bom negócio, a Centrel começasse por ampliá-lo à custa da redução do seu pessoal, ou da eliminação dos postos de trabalho.

• Entre 5 e 7 de Novembro próximo há eleições para a comissão e subcomissões de trabalhadores da Quimigal. Segundo a convocatória, os actos eleitorais decorrem «dentro do horário, nos locais estabelecidos no regulamento eleitoral e de acordo com os estatutos da CT aprovados em 13 de Dezembro de 1979».

As ORT's daquela empresa pública acusavam, entretanto o conselho de gerência de ter dado «cobertura às acções de propiedade e ilegalidade cometidas pela hierarquia de fábrica de óleos».

Contra essas acções e na sequência de um plenário de trabalhadores no dia 8, efectuou-se «uma acção de luta com concentração junto aos portões (no Barreiro) o que originou a interrupção temporária da circulação de viaturas». As ORT's enviaram esforços no sentido do diálogo com o conselho de gerência. Se necessário, recorrerão a um novo plenário geral de trabalhadores. Recorde-se que o anúncio recente de um contrato-programa para a empresa implicaria um forte despedimento colectivo, ou outro recurso destinado a diminuir os efectivos da empresa. Seriam despedidos à volta de três mil trabalhadores.

• As ORT's da Torralta anunciam nova greve pelo pagamento dos salários em atraso. Em plenários a realizar com os trabalhadores, as suas organizações representativas vão pôr à sua consideração uma proposta de greve a realizar no final deste mês. As formas de luta anteriores, incluindo paralisações de trabalho, designadamente em Tróia, não foram suficientes para levar a administração a pagar os atrasados e a garantir o pagamento pontual dos próximos meses. A administração daquela empresa turística fez depender o pagamento das remunerações em dívida do recebimento de meio milhão de contos de uma entidade bancária. Segundo o conselho nacional da Federação da Hotelaria, a CT e a comissão intersindical, o protocolo já foi assinado com a banca para a entrega daquela verba. A fonte desta informação, foi, se-

gundo as ORT's, a própria administração, através de representantes seus em Tróia. As ORT's apelam à «unidade na acção», à «determinação e vontade de vencer», que considere fundamentais para o recebimento dos atrasados e a normalização dos pagamentos ao fim do mês. Entretanto, anunciaram diligências junto da Secretaria de Estado do Tesouro e da União de Bancos Portugueses no sentido de se informarem sobre «empréstimos que a administração diz já ter negociado» com aquelas entidades.

• Os sindicatos consideram «perigosa uma profunda transformação na Secretaria de Estado dos Transportes. Num plenário da Federação sindical do sector (FESTRU) foi condenada a política daquele órgão do Governo «sob a responsabilidade do PS». Reunidos no dia 23 os sindicatos da FESTRU consideraram necessário demitir os conselhos de gerência das empresas de transporte nacionalizadas. A legalidade deve ser reposta; deve acabar o compadrio nas admissões de pessoal; a repressão sobre activistas sindicais deve terminar; a discriminação profissional e salarial não pode continuar. Concluiu ainda o plenário da FESTRU que se deve dar posse aos gestores eleitos pelos trabalhadores. O plenário de sindicatos recorda que a Secretaria de Estado dos Transportes «tem feito ouvidos de mercador às questões apresentadas pelos trabalhadores; incentivou e deu cobertura à destruição de empresas públicas de transportes; manteve e nomeou gestores que hoje são alvo (caso da RN, por exemplo) de investigação por parte da Alta Autoridade contra a Corrupção; estimulou a admissão de pessoal por compadrio; tentou implementar legislação» que feria profundamente interesses, direitos e garantias dos trabalhadores. O plenário da FESTRU decidiu participar activamente na II Conferência de Organização Sindical, promovida pela CGTP, e discutir os documentos a apresentar no III Congresso da Federação, marcado para 18 e 19 de Janeiro de 1986.



Defender a Quimigal, com os trabalhadores



O acordo que os trabalhadores hoje reivindicam na Lisnave foi precedido de lutas praticamente ininterruptas durante os últimos anos (Na foto: apoio da população em Almada, Julho de 1983)

Trabalhadores

Salários em atraso

Das promessas à reivindicação e à luta

Os salários em atraso foi tema muito agitado durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República. Nenhum dos partidos concorrentes deixou de falar no caso. Dos principais responsáveis por essa epidemia ouviu-se até a indicação de pronto remédio, que não teria sido aplicado mais cedo devido tão só, segundo o «candidato» do PS, ao processo de ruptura da coligação lançado pelo PSD. Nas tomadas de posição sobre o assunto distingam-se desde já e muito claramente as reivindicações das promessas, distinguem-se entre a luta e o aproveitamento demagógico que chegou até ao absurdo. Sublinhe-se que, no entanto e por várias vezes, os salários em atraso foram apresentados pelos partidos do Governo como uma das medidas de austeridade postas em prática pela coligação.

Os partidos da direita, com relevo notório para os do Governo PS e PSD, tentaram, por outro lado, fazer crer que o fenómeno das dívidas salariais se deve a falências adiadas, a situações de emprego fictício, que necessitariam de ser postas no são, isto é, lançando num «saúdavel» desemprego mais umas dezenas de milhares de trabalhadores.

Sabe-se como esta falsa análise da questão tem sido combatida nos últimos três anos pelo movimento sindical unitário, pelo PCP e pelas outras forças democráticas interessadas em acabar com os salários em atraso.

Sem negar as dificuldades reais de muitas empresas obrigadas a deixar de cumprir os seus compromissos para com os trabalhadores, foi várias vezes assinalado o facto de a maioria inultrável dos salários em atraso

se verificar em empresas viáveis a necessitar de remodelações, por vezes profundas, é certo, mas principalmente carecidas de crédito em condições muito diferentes das actuais, assim como de vontade política para estabilizar e fazer caminhar em frente o sector empresarial do Estado.

É com efeito neste sector, que como se sabe engloba as maiores empresas industriais do País, que os salários atrasados mostram uma das suas características principais, quer dizer não acessórias. É nesse sector, efectivamente, que os salários em atraso mais sobressaem como substituição do despedimento colectivo, forçando ou tentando forçar centenas ou milhares de trabalhadores a rescindirem os seus contratos e, se possível, a prescindirem das indemnizações a que legalmente teriam direito

em condições normais.

Na metalurgia, no têxtil, na química, na marinha mercante, na indústria de construção e reparação naval, na metalomecânica pesada tem-se procurado fazer da redução do pessoal uma condição indispensável para a viabilização de empresas ou de grupos empresariais.

Tanto no sector público como no privado, os salários em atraso são a primeira ameaça séria aos postos de trabalho. Da redução dos efectivos dependeria para a banca, o Governo, conselhos de gerência e outras administrações, como a do IPE (Investimentos e Participações do Estado) o futuro empresarial através de contratos de viabilização ou de contratos-programa, como se lhes tem chamado ultimamente.

O estímulo ao emprego precário

A primeira vista pareceria que grandes unidades industriais e grupos financeiros não poderiam sobreviver sem reduzir substancialmente o emprego.

Mas o que se tem verificado é que os postos de trabalho efectivos, logo que há despedimentos, são preenchidos por contratados a prazo em condições sempre piores e muitas vezes sem res-



Messa: um dos casos de mais nítido desprezo pelos direitos de quem trabalha

peitar sequer as respectivas condições legais.

Fugir a encargos fixos e desarticular a organização dos trabalhadores nas empresas é um dos primeiros objectivos dos que adoptam os salários em atraso como preparação para despedimentos em massa.

Por outro lado, a epidemia dos salários atrasados — e quem diz salários diz outras remunerações, subsídios, retroactivos, etc. — tem servido para a obtenção de chorudos subsídios governamentais, alegadamente destinados a manter os postos de trabalho.

É público há bastante tempo que a aplicação desses subsídios não tem sido controlada e que as verbas servem para tudo menos para os fins a que foram destinadas inicialmente.

Há numerosas situações ilegais que por exemplo a Inspeção do Trabalho nada faz para deter.

A posição do Ministério do

Trabalho é conhecida. Segundo o seu titular ainda em funções, o Governo não teria que intervir no assunto dos atrasados, porque não lhe cabe «substituir as entidades patronais remissas». Se o fizesse, no entender do ministro Amândio de Azevedo (PSD) «violaria regras de concorrência e subvencionaria empresas inviáveis».

Nada mais claro — claro até ao absurdo. O ministro PPD, incansável defensor do «pacote laboral», julga que ainda se vive no período do capitalismo «concorrencial» e que os salários em atraso constituem uma forma de concorrência entre empresas viáveis e inviáveis. Seria caricato se não fosse de esperar, vinda de quem vem, semelhante asserção.

Mas é por estas e por outras que os salários em atraso ganham realmente foros de medida de austeridade. Ilegalidades flagrantes, tão flagrantes que atingem o próprio direito elementaríssimo ao salário por trabalho prestado, não mereceram durante anos mais do que palavras e escassas — a não ser nos períodos eleitorais — da parte de Executivos eles próprios responsáveis pela nomeação de muitas dessas «entidades patronais remissas» no sector empresarial do Estado.

É certo que, após prolongada luta — e por vezes com êxito — contra as dívidas salariais, o Governo PS/PSD se viu obrigado a aprovar, ou a fazer aprovar através da sua maioria de então na Assembleia da República, um arremedo de legislação sobre os salários em atraso. Mas tudo ficou na mesma, ou pior, visto que a política geradora dos salários em atraso persistiu e a própria legislação só é aplicável às empresas que tenham requerido a falência, e os trabalhadores só adquirem direito a um subsídio em condições muito especiais. Que se saiba até agora nenhum salário em atraso foi pago recorrendo àquela legislação, se assim se pode chamar, do PS/PSD.

Pelos traços gerais aqui alinhados se pode entender que nada há a esperar das «broas» eleitorais. As promessas e facilidades, que pela voz de Almeida Santos chegaram ao ponto de expressar que os salários em atraso só ainda não estavam

pagos porque o PSD não quis, não são mais que águas passadas. No entanto, por elas se reconhece até onde vão as responsabilidades do Governo PS/PSD no estabelecimento dos salários em atraso como medida de austeridade.

As vias são a reivindicação e a luta

Contudo não seria de estranhar um segundo fôlego na campanha de promessas que caracterizou o período eleitoral. O próprio Governo vai precisar de demagogia. Os mesmos que recusaram repetidamente as propostas do PCP na Assembleia da República para solucionar a questão dos salários em atraso, é natural que pretendam fazer esquecer isso, levantando agora a bandeira de que só eles é que estão em condições de solucionar o caso.

É oportuno e indispensável recordar que desde sempre os trabalhadores organizados se bateram pelo pagamento dos salários a tempo e horas. Ao mesmo tempo que apoiavam as medidas propostas pelo PCP, os sindicatos, a CGTP-IN e todo o movimento sindical unitário reivindicavam, como continuam a fazê-lo, o pagamento dos salários em atraso e as negociações nesse sentido com os representantes dos trabalhadores.

Logo que abriu a Assembleia da República o PCP apresentará, como se sabe, novas propostas para a resolução desse e de outros problemas urgentes.

Mas a iniciativa das massas trabalhadoras organizadas no movimento sindical unitário e os seus órgãos representativos, designadamente a CGTP-IN, continuarão a bater-se nos locais de trabalho e onde for necessário contra a situação inadmissível em que se encontram milhares e milhares de agregados familiares e mesmo povoações inteiras (como é o caso de Valongo, sede da CIFA, e até certo ponto, do Tramagal) que além dos salários por pagar têm ainda outro motivo de reivindicação e luta: a instauração de uma política diferente da que permitiu que essa calamidade dos salários em atraso alastrasse pelo País.



A reivindicação dos salários em atraso tem sido sempre acompanhada da defesa do direito ao trabalho

PCP

Sábado, dia de festa

Novo Centro do PCP em Alpiarça

• O programa da inauguração

Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, participará no próximo sábado no comício a realizar na jornada festiva de inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP, na vila ribatejana de Alpiarça (distrito de Santarém).

O programa inclui uma manhã desportiva, com início às 9 horas, e com provas para todas as idades, a disputar nas imediações do Centro de Trabalho,

onde funcionam as inscrições.

Por volta das 13 horas haverá um almoço-convívio, no campo da feira (instalações municipais), com carneiro e febras na brasa.

O momento simbólico da inauguração da nova casa do Partido, seguido do comício, ocorrerá às 15 horas. Depois, será a visita às instalações e um programa de variedades com a participação de «Os Amigos da Marinha Grande». Está previsto um es-

pectáculo variado, com canções e poesia. Local: o salão do novo Centro do PCP. Também aqui, a partir das 21 horas, será a oportunidade para um pezinho de dança, num animado bailorico ao som do conjunto «Ponto 5+1».

Tudo indica que sábado será dia de festa e de convívio em Alpiarça. A Comissão Concelhia local do PCP convida a população alpiarcense e todos os camaradas e amigos dos concelhos vizinhos para esta iniciativa.

Comissão Distrital de Portalegre

• Reunião plenária em Alter do Chão

Nas instalações da Casa do Povo de Alter do Chão, vai efectuar-se no próximo sábado, dia 2, uma reunião plenária da Comissão Distrital de Portalegre do PCP, alargada a todos os cabeças de lista da APU às próximas eleições autárquicas (Câmaras, Assembleias Municipais e de Freguesia).

Também participam na reunião

activistas do trabalho autárquico.

O debate das principais questões relacionadas com o acto eleitoral de 15 de Dezembro e a apresentação dos cabeças de lista da APU às diferentes Câmaras Municipais do distrito de Portalegre contam-se entre os principais momentos desta reunião plenária, cuja parte final será aberta à população.

O início dos trabalhos está previsto para as 10 horas. Recordar-se que este distrito do Alto Alentejo inclui os seguintes concelhos: **Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte do Sor, Portalegre e Sousel.**



Almada

Comunistas apostam numa campanha dinâmica

• Encontro concelhio da APU marcado para 30 de Novembro

A nova situação política criada após as eleições de 6 de Outubro e as tarefas do PCP para o sector das autarquias foram temas desenvolvidos no recente plenário de quadros da organização concelhia de Almada do PCP, que reuniu 185 militantes comunistas no Clube Recreativo do Feijó.

Entre os participantes encontravam-se 78 candidatos aos órgãos autárquicos deste concelho da Margem Sul. Presentes, entre outros camaradas, Luís Sá e José Vieira, do Comité Central, o último presidente do município

de Almada e cabeça-de-lista da APU nas eleições de 15 de Dezembro.

A convocação de um encontro concelhio da Aliança Povo Unido para o próximo dia 30 de Novembro, no âmbito dum crescente esforço para a dinamização do trabalho unitário, conta-se entre as decisões tomadas no plenário efectuado no sábado, no Feijó, e que reuniu uma presença significativa de mulheres (26 por cento dos participantes).

O debate manifestou a necessidade de uma campanha dinâmica com vista ao acto eleitoral de Dezembro. Não esquecendo

as responsabilidades do Partido na vida concelhia, designadamente no capítulo da gestão autárquica, o plenário chamou a atenção para o perfil aberto, de diálogo e de contacto directo com as populações, que deve caracterizar a campanha da APU, na sequência, aliás, de uma prática já corrente neste concelho da APU.

Outras direcções de trabalho focadas no debate relacionam-se com as iniciativas e preocupações com a juventude (a JCP tem um papel essencial a desempenhar), a coordenação entre os eleitos e os trabalhadores das autarquias, e a continuação de uma prática já conhecida por parte dos elementos do «Povo Unido» com responsabilidades no Poder Local: a iniciativa «APU presta contas» — uma acção que leva os autarcas junto das populações para lhes explicar os avanços, os atrasos ou os cumprimentos dos planos previamente estabelecidos.

O plenário do Feijó salientou, igualmente, a necessidade do completo desmascaramento da coligação de direita que se vai apresentar ao eleitorado a 15 de Dezembro em Almada. Assim, para a Câmara Municipal juntaram-se oficialmente o PSD/PS e, significativamente, o CDS só concorre à Assembleia Municipal...

O plenário concelhio aprovou por unanimidade e aclamação duas moções: uma sobre os salários em atraso (situação dramática que afecta mais de 7 mil trabalhadores no concelho de Almada) e outra sobre a situação na África do Sul, numa condenação vigorosa do *apartheid* e de quem lhe dá suporte no campo internacional. Refira-se ainda a saudação aos reformados no Dia da Terceira Idade.

O debate realizado no Feijó registou 33 intervenções.

Conferência de Genebra

Em representação do Partido Comunista Português, deslocou-se a Genebra, para participar na Conferência Internacional em favor da Paz e da Reunificação da Coreia, o deputado Joaquim Miranda.

Camaradas Falecidos

Américo Ribeiro dos Santos

Ferrovário reformado, faleceu recentemente o nosso camarada **Américo Ribeiro dos Santos**, da organização concelhia do Barreiro. Apesar dos seus 80 anos, completados em Setembro último, foi um camarada com exemplar trabalho de empenhamento e dedicação ao Partido, desenvolvendo sempre com rigor e entusiasmo as tarefas que lhe estavam atribuídas. Durante vários anos trabalhou na tesouraria da Comissão Concelhia do Barreiro. Um acidente vascular cerebral cortou o passo ao valoroso

militante comunista, que se preparava para novas tarefas na freguesia de Verderena, recém-criada no concelho do Barreiro.

José Almeida Silva

Pessoa estimada e considerada em toda a zona, faleceu há dias o nosso camarada **José Almeida Silva**, comerciante, residia em Palhais (Charneca da Caparica), no concelho de Almada.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas desparecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.



ÉVORA
Plenário distrital no sábado

Convocado pelo Executivo da Comissão Distrital do Partido, vai realizar-se no próximo sábado, dia 2, no Palácio D. Manuel, um plenário de quadros do PCP do distrito de Évora. Da proposta da ordem de trabalhos constam dois pontos: análise da situação política e tarefas que se colocam à organização do Partido na nova situação político-partidária; e as eleições autárquicas — debate de propostas, orientações e medidas para uma grande vitória da Aliança Povo Unido.

O plenário decorrerá entre as 10 e as 18 e 30 horas.

Nacional

Congresso sobre o Alentejo

Riquezas e potencialidades há falta a vontade política

• Debate amplo e aberto

Satisfazendo uma aspiração acautelada há mais de meio século por sucessivas gerações, realizou-se no último fim-de-semana, em Évora, o **Congresso sobre o Alentejo**. Reunindo mais de 600 pessoas — uma lista onde avultam em abundância nomes de reconhecido valor intelectual e científico —, este Congresso afirmou-se como um acontecimento de transcendente importância que ultrapassa inevitavelmente a fronteira regional, durante o qual foi possível analisar de forma séria e profunda as grandes questões, problemas e realidades do Alentejo bem como as formas e os meios necessário para o seu adequado desenvolvimento.

Tendo como cenário as magníficas instalações da Universidade de Évora (bela e inestimável peça do nosso património histórico monumental) foram cerca de 40 horas de trabalho ao longo de três dias no decorrer dos quais se conseguiu pela primeira vez — e este não foi um mérito menor do Congresso e da sua Comissão Promotora — sistematizar uma quantidade enorme de assuntos, propostas e opiniões que se encontravam dispersos, em suma condensar numa reflexão comum as pro-

cupações, o esforço, a investigação e o conhecimento individual e colectivo de muitos homens e mulheres interessados na problemática alentejana e nas grandes questões que dizem respeito aos interesses do nosso povo e do País.

Pensar no futuro

E a que conduziu esse frutuoso e animado debate verificado ao longo das onze mesas em que se aprofundaram as linhas

temáticas do Congresso? Qual a grande linha de força que é possível aduzir das cerca de 150 comunicações escritas — na sua maioria de grande nível e rigor técnico e científico — apresentadas por qualificados técnicos e intelectuais e também por operários, empregados e estudantes?

O próprio lema do Congresso — **Semeando Novos Rumos** — oferece-nos uma pista para se compreenderem, quer as razões que estiveram na origem da iniciativa, quer ainda aquela que terá sido, talvez, a preocupação dominante dos congressistas e naturalmente dos próprios trabalhos: como vai ser o futuro? O que é preciso fazer? O que é que se vai fazer?

Ora, do que nos foi dado observar, a grande mensagem que saiu do Congresso dirigida às autoridades oficiais e ao País é de que o Alentejo não está disposto a continuar a ser marginalizado e esquecido, a ser incluído entre os parentes pobres do País, a estar condenado à estag-



nação económica e à regressão social com o seu cortejo de desemprego, envelhecimento da população e diminuição dos seus rendimentos face ao nível médio nacional.

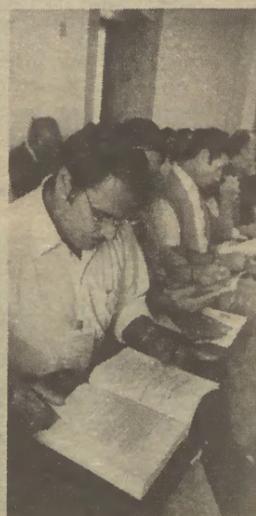
Economicamente deprimida por razões que se prendem com a estrutura fundiária, com a es-

cashez de água e com a ausência de uma política de desenvolvimento regional, o Alentejo possui entretanto, não apenas enormíssimas potencialidades como também os projectos necessários para o aproveitamento das mesmas.

E foi isso que o Congresso

tratou de afirmar de forma clara e inequívoca tendo sido possível obter — pese embora a diversidade de pontos de vista — uma larga convergência de opiniões sempre que se tratou do fundamental.

Como nos dizia João Paulo Velez, director do «Diário do



Valioso património cultural

Culminando um programa que durante toda a semana animara com diversas manifestações artísticas e culturais a cidade de Évora, realizou-se no domingo, dia de encerramento dos trabalhos, um desfile de coros alentejanos e ranchos folclóricos que reuniu perto de meia centena de grupos e mais de um milhar de participantes.

Desfilando pelas ruas da histórica cidade, onde acolheram o aplauso de quantos enchem os passeios, dando a conhecer o seu canto e a sua dança, os grupos que foram a Évora no passado domingo por iniciativa da Casa do Alentejo, prestaram um valioso contributo para a divulgação do valioso património cultural alentejano.

Durante a semana que antecedeu o Congresso estiveram também patentes quatro exposições no Palácio D. Manuel, a saber: uma de fotografia dedicada a temas alentejanos; outra de artesanato; outra ainda de arqueologia naval (não esqueçamos a extensa costa atlântica do Alentejo); e, por fim, uma dedicada aos novos pintores alentejanos.

No D. Manuel registaram-se ainda projecções de filmes e no Garcia de Resende houve lugar para a música e o teatro.



O canto e a dança, nas ruas de Évora

Alentejo» e membro da Comissão Promotora, «nenhuma razão de carácter sociopolítico pode justificar a marginalização a que o Alentejo tem sido votado».

Ora, talvez tenha sido justamente a percepção desta realidade que permitiu que apesar das divisões sociais existentes no Alentejo — recordemos quantos recebiam as transformações estruturais indispensáveis ao progresso — o Congresso tenha recolhido tão vastos e diversos apoios desde a primeira hora e tenha logrado obter nos seus trabalhos uma tão grande unidade de pontos de vista.

É que estava claro não apenas o reconhecimento do Alentejo enquanto identidade própria nos planos físico, socioeconómico e cultural como também a indispensabilidade da regionalização e de grandes projectos de desenvolvimento como o Alqueva e Sines, a Reforma Agrária e o aproveitamento integral dos recursos mineiros.

Nacional

Atraso não é uma fatalidade

Sistematicamente esquecido pelo Terreiro do Paço o Alentejo apresenta-se hoje como uma região com baixos índices de desenvolvimento que estão na origem de uma população envelhecida, preocupantes sintomas de desertificação, grandes carências ao nível do ensino e formação profissional e uma predominância das actividades agrícolas.

Ocupando 35 por cento do território nacional, o Alentejo tem apenas 6 por cento da população, ou seja, enquanto no País a média de habitantes por quilómetro quadrado é de 105, no conjunto dos distritos alentejanos a média é de 20 habitantes na mesma área.

35 mil desempregados, 14 mil jovens à procura do primeiro emprego e mais de 130 mil habitantes com idade superior aos 15 anos que não sabem ler e escrever, constituem mais alguns números que elucidam de forma

quase dramática a realidade social existente na região.

Mas será este quadro desolador uma fatalidade? Estarão os alentejanos e o Alentejo irremediavelmente condenados à estagnação e a estes baixos índices de desenvolvimento?

A resposta é obviamente que não! Os alentejanos sabem-no bem e a realização deste Congresso veio trazer uma importante achega aos que assim pensam, sistematizando ideias e provando com factos e números que é possível alterar radicalmente a situação existente.

Para tanto — e isso foi amplamente demonstrado — basta que se aproveitem as potencialidades e os respectivos projectos para o efeito elaborados, a primeira das quais é sem dúvida a existência de uma população activa esforçada, capaz e consciente.

Alliás, as contas até estão bem

de fazer. Já pensou o leitor como seria hoje toda aquela região ou como virá a ser quando por exemplo o seu solo, reconhecidamente aceite como tendo grandes aptidões agrícolas (mais de 35 por cento são dos melhores solos — classe A, B e C), for devidamente aproveitado?

E quando a enorme riqueza de água existente no Guadiana deixar de se perder no mar e for aproveitada?

E quando se explorar, por outro lado, aquele vasto e riquíssimo subsolo onde, por exemplo, se encontram 54,6 por cento das reservas nacionais de urânio (Niza) ou as maiores jazidas de cobre da Europa (Aljustrel e Neves/Corvo) com reservas superiores a 200 milhões de toneladas?

E que dizer ainda das rochas ornamentais que saem da região constituindo 90 por cento da produção nacional ou dos xistos

de Mourão e Barrancos, dos mármore de Borba ou dos granitos de Arraiolos, Évora e Arronches?

E como se desenvolverá a agricultura na região quando a Reforma Agrária deixar de ser impiedosamente atacada como tem vindo a ser desde há vários anos por sucessivos governos e os seus trabalhadores passarem a ser acarinados e apoiados nas suas unidades colectivas de produção que já provaram ser as formas mais modernas e rentáveis de exploração?

E no dia em que o Plano de Rega do Alentejo for por diante — incluindo o aproveitamento do Alqueva — permitindo a irrigação de 200 mil hectares, criando dezenas de milhar de postos de trabalho, modificando em suma o panorama agrícola da região?

Ficam as perguntas. As respostas, essas, estamos em crer que dispensam grandes exercícios de imaginação.



Com enormes recursos e potencialidades, nada justifica a estagnação económica em que se encontra a região alentejana. Só no seu riquíssimo subsolo existem as maiores jazidas de cobre da Europa, para não falar no urânio (54,6 por cento dos recursos nacionais) das rochas ornamentais, dos mármore, dos xistos ou dos granitos



Sessão de encerramento

• Saudação do Presidente da República

Contando com a participação de congressistas e convidados, a sessão de encerramento do Congresso sobre o Alentejo decorreu no Teatro Garcia de Resende.

A Urbano Tavares Rodrigues, Beatriz Ruivo e Leopoldo de Almeida coube a leitura do documento-síntese no qual se consubstanciam as principais conclusões retiradas pelas presidências das mesas das onze secções em que se dividiram os temas do Congresso.

Falando em nome da Comissão Promotora, João Andrade Santos, vereador da Câmara Municipal de Évora, proferiu a intervenção de encerramento tendo, a dado passo, depois de caracterizar a forma como decorreu esta realização, sublinhado alguns aspectos que explicam a actual estagnação económica da região.

A este respeito, afirmou o orador que a «estrutura fundiária está na base do facto de a riqueza gerada na agricultura ser em boa parte transferida para fora da região, ocasionando desinvestimento». «É-lhe também imputável — acentuou — a subutilização dos factores de produção terra e mão-de-obra».

Detendo-se mais adiante sobre o papel das autarquias neste contexto adverso, salientou a acção positiva destes órgãos e a sua especial «intervenção para a manutenção dos postos de trabalho, no apoio à Reforma Agrária, ao artesanato, às pequenas e médias empresas e também à sua acção política em prol dos grandes projectos de desenvolvimento, a par dos seus investimentos em obras públicas».

Não podendo estar presente, o Presidente da República, general Ramalho Eanes, enviou uma mensagem ao Congresso na qual manifesta o seu «apreço

pela iniciativa e pelos resultados alcançados».

Depois de lembrar que é na «discussão aberta e construtiva que todos nós devemos procurar as soluções dos problemas» o chefe de Estado sublinha que os «principais destinatários dos trabalhos que aqui decorreram durante três dias — as mulheres e os homens do Alentejo — há

muito que aguardam a solução dos problemas do despovoamento, da falta de infra-estruturas sociais, do baixo rendimento 'per capita', do desemprego, do analfabetismo, da satisfação das necessidades básicas».

No decorrer da sessão interveio ainda Domingos Xarepe, presidente da direcção da Casa do Alentejo.



Alqueva: um projecto indispensável ao desenvolvimento do Alentejo que urge prosseguir. Para além da valia energética, as águas do Guadiana que hoje se perdem no mar permitirão irrigar cerca de 200 mil hectares e criar dezenas de milhar de postos de trabalho, modificando por completo a face agrícola da região

40 horas de trabalhos

Iniciado com uma sessão oficial de abertura que decorreu às 18 horas de sexta-feira, no Teatro Garcia de Resende, os trabalhos do Congresso prolongaram-se até à tarde de domingo, altura em que se procedeu ao seu encerramento, no mesmo local.

As restantes sessões decorreram nas instalações da Universidade de Évora tendo a apresentação e discussão das comunicações sido distribuídas por onze mesas que preenchiam a totalidade das três grandes linhas temáticas propostas aos congressistas: o homem e o seu enquadramento social e cultural; recursos, ciência e técnica; economia e desenvolvimento regional.

Entre as entidades que patrocinaram e apoiaram esta iniciativa contam-se a Associação Comercial do Distrito de Évora, a Associação dos Desportos Amadores de Portalegre, a Associação dos Municípios do Distrito de Beja, várias câmaras municipais do região, a Casa do Alentejo, a Comissão de Defesa do Alqueva, o Jornal Diário do Alentejo, o Secretariado das UCP's/Cooperativas do Distrito de Évora, a União dos Sindicatos do Distrito de Évora e a Universidade de Évora.

Com perto de centena e meia de comunicações escritas a precederem quase sempre um debate vivo — algumas vezes mesmo apaixonado — o Congresso Sobre o Alentejo constituiu ainda um repositório único de conhecimentos, opiniões e experiências que em boa altura a comissão promotora entendeu reunir em livro.

Nesse sentido solicitou aos participantes que entregassem as suas comunicações com antecedência e o resultado — e aqui reside a novidade — foi que por ocasião do congresso estivessem já à disposição de todos os interessados nada mais nada menos do que dois grossos volumes que totalizam 1083 páginas, aguardando-se para breve a publicação de um terceiro contendo as restantes intervenções chegadas já fora de horas.

Se atendermos a que a grande maioria das intervenções foi elaborada na base de vastos conhecimentos e experiências e, em muitos casos, de aturadas investigações, resta-nos concluir que no seu conjunto este três livros contém opiniões, propostas e soluções de enormíssima validade nos diversos domínios da vida socioeconómica e cultural do Alentejo.

Internacional

África do Sul

A demagogia das sanções económicas

O agravamento da crise económica, política e social que se vive na África do Sul, fruto directo do ascenso da luta de massas contra o regime de *apartheid*, está a reflectir-se cada vez mais no posicionamento da comunidade internacional face àquele país.

A multiplicidade de informações divulgadas sobre esta questão, nomeadamente no que se refere às tão controversas sanções económicas, correm no entanto o risco de induzir em erro os observadores menos atentos, criando a falsa impressão dum empenhamento que está longe de se registar das principais potências capitalistas na batalha pela liquidação do regime de Pretória.

Importa, nesta fase decisiva do processo sul-africano, distinguir dois tipos completamente diferentes, ainda que interdependentes, de questões: as reacções políticas e o comportamento face aos interesses económicos.

É sem dúvida importante e representa uma iniludível vitória das forças progressistas sul-africanas, o facto de um número crescente de países, em particular os capitalistas, assumirem posições públicas de condenação do *apartheid* e anunciarem a imposição de sanções de ordem variável, incluindo económicas, contra o regime de Pieter Botha. Uma tal atitude por parte de países que desde longa data encham os seus cofres com o fruto da super-exploração dos trabalhadores sul-africanos, resulta não de uma qualquer súbita tomada de consciência da degradante carácter do *apartheid*, do racismo e da exploração quase escrava da população negra, mas sim da força crescente da luta de libertação do povo da África do Sul e da solidariedade internacional com essa mesma luta.

Hoje poucos são os regimes que se atrevem a defender abertamente a continuação do *apartheid* ou a manifestar-lhe o seu apoio. Os mais moderados fazem da necessidade de reformas de humanização do regime, de maior justiça social.

Como se traduz esta realidade política nos estreitos laços dos interesses capitalistas com o *apartheid* é uma questão bem diferente.

Cerca de 90 por cento dos investimentos estrangeiros na África do Sul estão distribuídos pela Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Alemanha Federal, a França e a Suíça. De acordo com os dados disponíveis, o comércio daqueles países com a África do Sul, no ano passado, ultrapassou os dez mil milhões de dólares. Acresce ainda que mais de mil corporações multinacionais sediadas nos referidos países ocupam posições de relevo nos principais sectores da economia sul-africana, sendo do conhecimento geral as violações ao embargo decretado pelo Conselho de Segurança da ONU em 1977 no que respeita ao fornecimento de armas à África do Sul.

Esta situação tem vindo a alterar-se gradualmente desde Setembro do ano passado, altura em que se agudizou a crise económica e política do regime de

apartheid, sendo no entanto notórias as diferenças no posicionamento assumido pelas empresas e pelos governos dos países capitalistas. Como diferentes são as motivações que as provocam.

O receio do capital

Os lucros fáceis, seguros e fabulosos que as empresas ocidentais retiravam da África do Sul foram postos em causa de forma drástica com a aceleração da crise do regime. Os investimentos estrangeiros no país tornaram-se num risco crescente que levou à perda de confiança dos investidores. Fiéis às suas próprias regras, os capitalistas começaram a tomar medidas para proteger os seus interesses na África do Sul.

Companhias houve que limitaram as suas operações, outras que foram liquidando os seus negócios. Alguns bancos chegaram mesmo ao ponto de recusarem a concessão de empréstimos a curto prazo à África do Sul. O reflexo desta fuga, discreta embora, de capitais, não se fez esperar, pondo a nu a artificialidade da solidez económica do *apartheid*.

O desemprego, que atinge um quarto da população negra, faz-se sentir pela primeira vez entre os brancos; a inflação aumenta para os 17% e o «rand» (moeda nacional) entra em queda livre, chegando aos 35 centimos do dólar. Pela primeira vez na história da África do Sul a emigração branca ultrapassou o número de entradas no país.

Paralelamente, a nível internacional, desenvolvem-se campanhas de boicote às empresas que colaboram com o *apartheid*,

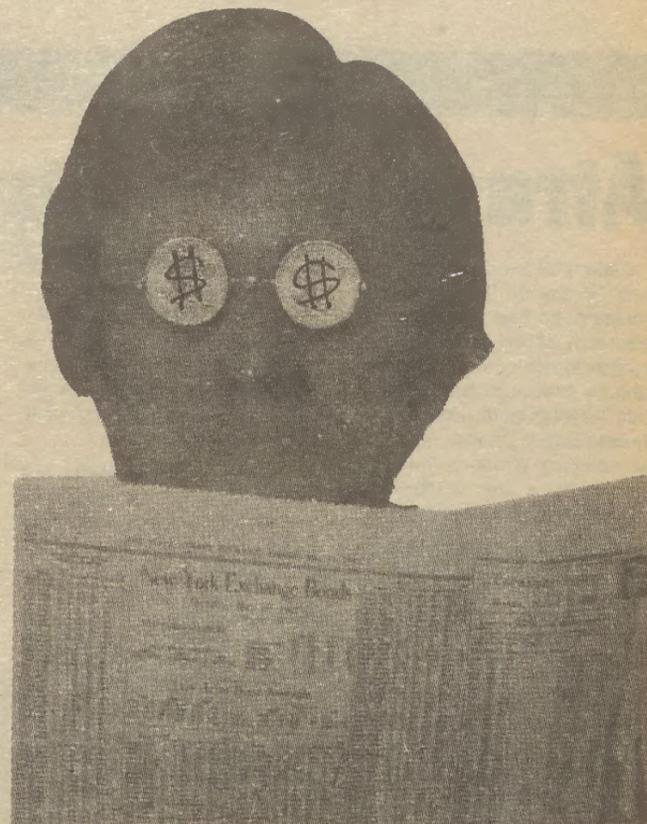
fazendo crescer o receio do capital.

Cite-se a título de exemplo a decisão de inúmeras universidades norte-americanas de liquidarem os seus investimentos na África do Sul; a iniciativa desenvolvida nos EUA pela Associação Nacional para o Progresso das Populações de cor, que a partir de Janeiro próximo boicotará os 350 consórcios norte-americanos na África do Sul; a acção dos sindicatos australianos, que decidiram durante uma semana recusar receber aviões sul-africanos, cortar as comunicações por correio e outras com aquele país, não efectuar cargas e descargas nos navios da África do Sul, bem como boicotar às companhias australianas vinculadas à África do Sul.

Não é necessário ser-se especialista de questões económicas para entender como acções deste tipo, se generalizadas e conjugadas com medidas a nível oficial dos países capitalistas, levariam rapidamente o *apartheid* ao colapso. Até agora, no entanto, nenhuma medida séria foi tomada nesse sentido pese embora toda a campanha demagógica que tem sido desenvolvida para fazer crer o contrário.

Medidas demagógicas

Divididos entre o seu apoio ao regime de Pretória (último bastião em África da «civilização cristã e ocidental») que tão fácil e lucrativo acesso lhe tem permitido às ricas matérias-primas de que dispõe a África do Sul e a Namíbia ocupada, e as pressões cada vez maiores das forças progressistas que condenam o *apartheid*, os países ocidentais



foram forçados, a contragosto, a dar alguns passos no domínio das sanções económicas. Ineficazes, na maioria dos casos.

Veja-se o exemplo dos Estados Unidos. Numa jogada de antecipação, a administração Reagan apresentou em Setembro ao Congresso uma proposta de «punição» do *apartheid*, destinada a fazer sentir a Pretória a necessidade de reformar o seu regime, não a liquidação do mesmo. Incluía a cessação da concessão de créditos bancários (o que os bancos já tinham começado a negar à África do Sul); a proibição de venda àquele país de computadores, materiais físicos e tecnologia nuclear (matéria que consta da lei sobre não proliferação nuclear de 1978); e interrupção da importação de «krugerrand», moedas de ouro de uma onça (cujo comércio a África do Sul já reorientara para a Europa Ocidental e Extremo Oriente, e que nos EUA circulam exclusivamente entre os numismatas).

A ineficácia destas medidas torna-se notória se se tiver presente o vasto leque de matérias-primas estratégicas que a África

do Sul fornece aos EUA: 55 por cento do minério de crómio, 49 por cento da platina, 44 por cento do vanádio, 39 por cento do magnésio e quase 61 por cento de todo o cobalto importado pelos EUA. De salientar que todas aquelas matérias são estrategicamente importantes para a indústria de guerra norte-americana.

Com ligeiras diferenças, a Europa Ocidental seguiu o exemplo de Washington, pedindo medidas de cosmética que modifiquem a aparência mas não o conteúdo do regime de Pretória.

Os acontecimentos que se registam todos os dias na África do Sul, como a imposição do estado de emergência agora na província do Cabo, mostram que a crise foi já longe demais para que seja possível fazê-la retroceder com «panos quentes».

Não entender que a luta de libertação do povo sul-africano é irreversível revela, no mínimo, falta de visão política a médio prazo. Um erro que provocará sem dúvida muito derramamento inútil de sangue e que terá de ser pago mais cedo ou mais tarde.

Estado de sítio na Argentina

O governo do presidente Raul Alfonsín decretou na passada sexta-feira o Estado de sítio em todo o país, por um período de 60 dias. Esta medida, tomada em vésperas das eleições legislativas do próximo domingo, as primeiras dos últimos 20 anos, surge na sequência de uma série de atentados bombistas levados a cabo por organizações de extrema-direita.

De acordo com as declarações de representantes do governo argentino, Raul Alfonsín teria tentado evitar uma tal medida, dadas as suas implicações possíveis no decorrer da campanha eleitoral; no entanto, os protestos levantados pela prisão ordenada pelo governo de 12 indivíduos, incluindo seis militares, três dos quais no activo, implicados numa tentativa de golpe, precipitou a situação. De acordo com a Constituição da Argentina, o executivo só dispõe de tais poderes numa situação de Estado de sítio.

Eleições no Brasil em 1986

O Congresso brasileiro aprovou a semana passada a legislação que cria as condições para a realização de eleições para a Assembleia Constituinte em 15 de Novembro do próximo ano e a sua entrada em funções em 31 de Janeiro de 1987.

A principal tarefa da Assembleia Constituinte será a revisão da constituição, considerada fundamental para desmantelar a base legal que deu cobertura à ditadura militar dos últimos 21 anos. Aquele órgão terá igualmente poderes legislativos.

Entretanto, em várias cidades brasileiras, milhares de pessoas participaram no «dia de luta contra a dívida externa», organizada pelas organizações sindicais. O objectivo da acção, resultante dum encontro de sindicalistas e políticos efectuado em Havana para discutir o problema da dívida externa dos países

latino-americanos, foi o de condenar a política seguida pelo FMI e pelos credores do Brasil, que impõe à população sacrifícios crescentes sem qualquer esperança de melhorar as suas condições de vida.

Recorda-se que a dívida externa da América Latina, no global, ultrapassa já os 360 mil milhões de dólares.

Manifestações nas Filipinas

Cresce o movimento de protesto popular contra a ditadura de Ferdinand Marcos, presidente das Filipinas. No passado fim-de-semana milhares de pessoas manifestaram-se junto ao palácio presidencial em protesto contra o assassinato de dois estudantes que participavam numa marcha de camponeses que exigiam uma verdadeira reforma agrária. Nem o aparato policial em torno do palácio, isolado com arame farpado, conseguiu desmobilizar os manifestantes que gritavam «Marcos assassino».

Na segunda-feira uma outra manifestação, esta de mulheres, exigiu a demissão do ditador, denunciando o apoio dos EUA ao seu regime ditatorial.

Este poderoso movimento de protesto das mulheres, afirma um comunicado divulgado a propósito, provoca medo à ditadura que tem agora de fazer frente não apenas às camadas oprimidas, mas a metade da população filipina.

Troca de prisioneiros em El Salvador

A filha do presidente salvadorenho Napoleon Duarte, raptada há cerca de mês e meio juntamente com uma amiga, foi

libertada a semana passada no âmbito de um acordo entre os guerrilheiros e o presidente.

Representantes estrangeiros e membros da igreja salvadorenha intervieram na troca de prisioneiros que levou à libertação pela ditadura de 22 presos políticos e 96 guerrilheiros.

Entretanto, a decisão de Napoleon Duarte de libertar os 118 presos em troca da filha e da amiga está a ser aproveitada pelas forças de extrema-direita do país que o acusam de incapacidade na resolução dos confrontos com a guerrilha. O descrédito de Duarte, que malgrado toda a ajuda norte-americana se revela impotente para pôr termo à guerra civil devido ao crescente apoio popular à luta contra a ditadura, poderá levar a curto prazo ao seu afastamento do Poder.

O Chile contra a ditadura

O secretário-geral do Partido Comunista do Chile, camarada Luis Corvalán, afirmou recentemente num artigo publicado no «Neus Deutschland» que o regime fascista de Pinochet vive os seus mais difíceis momentos, abalado pelas grandes lutas populares que se registam no Chile.

As jornadas de protesto, salienta, criaram uma nova situação. Pinochet foi já abandonado pela maioria dos seus amigos da direita. Surgem discrepâncias entre os membros do seu gabinete e lutas nas forças armadas. Pode-se também constatar que foi a ditadura que conduziu o país ao caos económico.

Segundo o camarada Corvalán, o mais provável é que os dias futuros no Chile sejam muitos duros, sendo convicção dos comunistas que a evolução mais provável dos acontecimentos conduzirá a um confronto decisivo entre o povo e a ditadura.

Internacional

A Paz em notícias

Estamos no limiar do Ano Internacional da Paz: o que só poderá ter um significado concreto com a participação de todos nós. Participação urgente, porque o que está em causa — e não é demais repeti-lo sempre, repeti-lo tantas vezes quanto as que forem necessárias — é a vida, a revolução que se impõe no plano do relacionamento internacional para que a própria sobrevivência seja possível.

Assim, a lógica da revolução técnico-científica colocou na ordem do dia a coexistência pacífica, o fim da corrida aos armamentos, a cooperação internacional na resposta a múltiplos problemas globais — como a única opção possível para que o futuro seja realidade.

E o desafio que se coloca é: a resposta dos povos, das forças progressistas, da comunidade socialista, e mesmo simplesmente de todos os sectores políticos e socioeconómicos com uma visão realista do nosso tempo, tem que estar à altura. Tem que impor uma nova política, uma nova mentalidade. É essa a tarefa decisiva da nossa era. Por isso também estamos no Ano Internacional da Paz. É justo salientar, ainda que em mosaico heterogéneo de exemplos, que passos estão a ser dados nesse sentido.

A receita

«A cooperação e não a confrontação, imperativo da era nuclear.»

Foi com este lema que o Movimento dos médicos pela prevenção de uma guerra nuclear se reuniu no seu 5.º Congresso, em Budapeste, em Julho de 1985. Deste Congresso saiu um Apelo particularmente dirigido aos Estados Unidos e à União Soviética. Um Apelo que é uma «receita» para a sobrevivência.

«Como primeira medida, recomendamos uma moratória sobre todas as explosões nucleares. A

A Paz nas lutas populares

Mais de 700 mil pessoas, em diversas cidades japonesas, participaram em manifestações contra os armamentos nucleares, e pelo fim imediato dos ensaios nucleares. Copenhague, capital da Dinamarca, reuniu nas suas ruas, pelo menos quatro dezenas de milhares de manifestantes, para assinalar o início próximo do Ano Internacional da Paz e contra a instalação dos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. Em Londres, 250 mil pessoas — a maior manifesta-

ao chanceler Helmut Kohl, recusam a participação no projecto norte-americano da militarização do Espaço.

São acções realizadas apenas nestes últimos dias. Testemunho das amplas possibilidades do movimento da Paz a nível internacional.

Tratado de Varsóvia por uma viragem para melhor

A Conferência do Comité Político consultivo dos países membros do Tratado de Varsóvia reuniu-se há dias em Sófia. «Pela eliminação do perigo nuclear e por uma viragem para melhor nos assuntos europeus e mundiais» é o título da declaração final, que só por si simboliza o carácter de uma política.

O Apelo saído da cimeira inclui todo um programa de transformação da vida internacional, para que a paz seja possível: proibição das armas cósmicas ofensivas e redução em 50 por cento das armas nucleares norte-americanas e soviéticas que possam mutuamente atingir o território do outro (segundo a proposta anteriormente avançada pela União Soviética); suspensão das explosões nucleares; congelamento, a partir de 1986, do número de efectivos das respectivas Forças Armadas e dos orçamentos militares; fim do estacionamento de armas nucleares na Europa, com o objectivo da futura completa eliminação dessas armas do continente; um acordo entre a NATO e o Tratado de Varsóvia de não-utilização da força; redução das despesas com fins armamentistas, também na Europa; libertação do continente das armas químicas; a mais rápida solução dos conflitos existentes e medidas para evitar novos focos de tensão.

Semana do desarmamento em Portugal

A Semana de desarmamento das Nações Unidas foi também comemorada no nosso país. Prepara-se o Ano Internacional da Paz.

A Semana incluiu, como actividades específicas, o lançamento de um Apelo, a publicação de um cartaz e a realização de uma sessão pública. Actividades centrais a que haverá que somar outras, nomeadamente da iniciativa dos professores.

O Apelo aponta para objectivos fundamentais: parar a corrida suicida para o abismo nuclear; travar o imenso esbanjamento de recursos, naturais e financeiros, na corrida aos armamentos; impedir a transformação do espaço cósmico num enorme e devastador campo de batalha; congelar a instalação de novos mísseis nucleares; congelar o desenvolvimento de novos e mais perigosos sistemas de armas nucleares; iniciar, de facto, o desarmamento geral, simultâneo e controlado, única via para garantir uma paz duradoura.

Objectivos que constituirão uma base necessária para diversificadas actividades a desenvolver no ano que se avizinha. Na certeza de que não há fronteira entre Paz e desenvolvimento, entre política interna e externa. Duas faces de uma mesma moeda. Uma batalha comum em que todos estaremos duplamente empenhados.

Angola propõe quebrar a ambiguidade nas relações com Portugal

A Assembleia Geral da ONU, que assinalou a recente passagem do 40.º aniversário da organização, constituiu como se esperava um ponto alto da política internacional, tanto pelo teor das intervenções proferidas pelos mais altos dignitários dos vários países membros, como pela realização de múltiplos encontros paralelos tendo como tema de fundo as relações entre Estados.

Nesse âmbito, e no que se refere a Portugal, merece particular destaque o encontro entre o presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, e o chefe do Estado português, general Ramalho Eanes, pelo contributo que pode representar para o desbloqueamento do clima de tensão que tem existido entre os dois países.

Quebrar a ambiguidade na política do Governo português em relação a Angola foi, de acordo com um comentário da Angop sobre o assunto, a preocupação central do dirigente angolano. Cabe dizer que «ambígua» é o mínimo que se pode chamar à posição das autoridades portuguesas nos últimos anos no que se refere ao relacionamento com os novos países africanos de expressão oficial portuguesa e, muito em particular, com Angola. Para ser mais explícito, à posição dos governos liderados por Mário Soares.

Nos últimos dois anos, como a parte angolana fez notar, o entendimento entre os dois países tornou-se mais difícil devido à complacência que continuam a encontrar em Portugal os grupos de fantoches angolanos ao serviço da África do Sul, os contra-revolucionários da Unita de Jonas Savimbi que têm em Lisboa o seu principal centro de propaganda e de organização na Europa.

A impunidade com que os membros da Unita utilizam o território português para acções cujo objectivo confesso é a organização de actividades de espionagem e sabotagem que provoquem a desestabilização da revolução na RPA, não pode, como é por demais evidente, ser aceite por Angola.

Pesem embora as conhecidas diferenças entre o Presidente da República e o governo PS/PSD, não pode deixar de ser recordado, como o fazem os angolanos, que a base fundamental do desenvolvimento das relações de cooperação mutuamente vantajosas entre Estados assenta, em primeiro lugar, no respeito da soberania e independência de cada país e no cumprimento por ambas as partes das normas que regem as relações entre Estados. Designadamente, a não ingerência nos respectivos assuntos internos.

Não tem sido essa a prática do governo PS/PSD, agora moribundo. Na verdade, as autoridades não só nada têm feito para impedir as actividades da Unita em território nacional, mesmo depois da Procuradoria-Geral da República ter vindo a público afirmar que elas são passíveis de procedimento judicial, como se têm prestado de forma muito clara a servir de ponte de ligação com o regime de Pretória, no cabal cumprimento dos planos de ingerência do imperialismo norte-americano na África Austral.

Uma atitude responsável

A ambiguidade — chamemos-lhes assim — da política do governo nos últimos dois anos não podia ser maior. Às afirmações de circunspectância das melhores intenções não tem correspondido qualquer acção prática que contemple as legítimas preocupações de Angola. Muito pelo contrário, as acções só se têm registado em sentido inverso. Recorde-se, por exemplo, as recentes visitas de destacados representantes do regime racista de Pretória, numa altura em que a condenação e liquidação do *apartheid* é uma exigência da comunidade internacional, e em que Angola sofre directamente as consequências da sua política de agressão, que mereceu o repúdio generalizado das Nações Unidas.



Recorde-se a propósito que a «Ambiguidade» do governo português vai tão longe que apoia naquela Organização os ataques de Pretória a Angola, em socorro da Unita, ao mesmo tempo que recebe em Lisboa o *major* de Joanesburgo e permite a realização de conferências de imprensa daquele grupo fantoche em Lisboa, para «explicar as razões» das derrotas sofridas frente às FAPLA's.

Difícil será, como as autoridades angolanas várias vezes têm feito notar, não admitir a existência de certas forças políticas estreitamente ligadas ao aparelho de Estado português que continuam a não reconhecer a legitimidade do Estado angolano e a depositar esperanças em Savimbi, em prejuízo dos próprios interesses nacionais.

Diferente tem sido a posição angolana, que malgrado todas as dificuldades e numa manifestação da maior responsabilidade não se tem poupado a esforços para conseguir a normalização das relações entre os dois países.

Salienta-se, neste âmbito, o importante trabalho de Angola para o esclarecimento da justiça das suas posições a nível internacional, a par com a batalha sem tréguas contra os invasores sul-africanos e os bandos da Unita, sem ceder a pressões externas que objectivamente visam inverter o processo revolucionário em curso.

A recente deslocação a Angola de peritos da ONU encarregues de apreciar os prejuízos causados pela última agressão sul-africana no sudoeste angolano, que para além das vidas humanas perdidas provocou danos que ultrapassam os cinquenta milhões de dólares, é já um resultado dessa atitude responsável e coerente das autoridades angolanas. Como o é também a nova diligência do camarada Eduardo dos Santos, junto de Ramalho Eanes, em Nova Iorque, com vista ao desanuviamento das relações bilaterais.

O relacionamento da cooperação entre Portugal e Angola exige uma confiança mútua até agora inexistente, com prejuízo dos interesses nacionais. Cabe a todos defendê-la.



moratória deveria ficar em vigor até a conclusão de um tratado proibindo todos os ensaios.

«Uma moratória sobre os ensaios seria um sinal para o mundo inteiro da seriedade do vosso empenhamento em fazer retroceder a corrida aos armamentos. Seria uma mensagem de esperança e também um sinal oportuno.»

A União Soviética declarou unilateralmente uma moratória nesse sentido. Os médicos pela prevenção de uma guerra nuclear foram galardoados com o prémio Nobel da Paz (que nem sempre bate na porta certa, mas talvez significativamente tão bem tenha sido atribuído este ano). Os comentários são desnecessários. Os factos falam por si.

ção realizada na capital britânica nos últimos dois anos — exigiram o desarmamento nuclear. Mais de cem mil pessoas desfilaram nas ruas de Bruxelas contra a instalação de mísseis norte-americanos em território belga.

Na Holanda, foram recolhidas cerca de 4 milhões de assinaturas contra a possibilidade de instalação de mísseis norte-americanos no país (que o governo de Haia deverá definir no próximo dia 1 de Novembro); o Comité contra os mísseis convocou 15 mil pessoas para simbolicamente entregarem a petição ao governo. Também em Espanha se realizam acções simbólicas pela paz e contra a integração do país na NATO. Na RFA, mais de 300 cientistas, em carta aberta

Internacional

Reagan na ONU Que política?

O 40.º aniversário da ONU foi comemorado pelo presidente da maior potência imperialista — os Estados Unidos — da forma mais condigna, ou seja, mais adequada à política real que tem vindo a ser desenvolvida por Washington: com um discurso que em termos gerais pode ser considerado **uma provocação**. E que, simultaneamente, prima por uma outra característica não menos significativa: a sua **inadequação à realidade do mundo actual**; à vontade e ao sentir de muitos e muitos milhões de pessoas no planeta, ao equilíbrio de forças do mundo contemporâneo; à própria realidade, da era que vivemos que nunca pode ser escamoteada — a era nuclear, a era da revolução técnico-científica.

A propósito do que Reagan disse...

Em síntese o presidente norte-americano foi à sede das Nações Unidas afirmar que a Casa Branca (ou o complexo militar-industrial?) não está nada interessada em debater sobre desarmamento, discutir a questão central das armas nucleares e muito menos pôr em causa o novo e incomensurável passo qualitativo na escalada armamentista, o projecto da «guerra das estrelas».

O seu empenho vai todo para a provocação: identificar processos revolucionários com a actividade política externa dos países socialistas, em particular da URSS. O retomar da velha tese de um «terrorismo internacional» de que a cabeça estaria em Moscovo... A dupla falsificação insultuosa quanto à política de paz da URSS, e quanto ao carácter nacional e popular dos movimentos revolucionários.

E assim citou, como é hábito, o Afeganistão, o Kampuchea, a

Etiópia, Angola e a Nicarágua.

Digamos que entrou num terreno excessivamente comprometedor, não para a União Soviética, como é óbvio, mas para os Estados Unidos.

Os exemplos

Os exemplos seriam inumeráveis. Vamos cingir-nos a uns poucos.

● Em Junho passado, chefes dos bandos contra-revolucionários do Afeganistão, Nicarágua, Kampuchea e os «veteranos» emigrados cubanos, reuniram-se em território angolano, numa zona onde a UNITA tem (ou tinha) base, com o indispensável apoio da África do Sul. A iniciativa pertenceu formalmente à organização ultra-reaccionária norte-americana «Cidadãos da América». Os terroristas reunidos receberam uma mensagem do presidente norte-americano, afirmando: «os vossos objectivos são os nossos objectivos!».

Mais recentemente, há apenas algumas semanas, realizou-se uma reunião com idêntico carácter no estado americano do

Texas. Num hotel de Dallas, cerca de 300 criminosos profissionais, prepararam planos de sabotagem e terrorismo. A organização do encontro pertenceu à Liga Mundial Anticomunista e ao Conselho Americano da Liberdade Universal, duas entre as múltiplas organizações anticomunistas e ultra-reaccionárias, alimentadas pelas forças mais retrógradas do capitalismo, forças hoje também com assento na Casa Branca.

● Na madrugada de 25 de Outubro de 1983, há dois anos, a pequena ilha de **Granada** foi invadida, o regime derrubado, as forças progressistas perseguidas. O pretexto, se assim lhe podemos chamar: a «defesa» de estudantes americanos no país, que aliás não tinham pedido para ser defendidos...; a existência de um aeroporto civil, que se dizia militar (e hoje o é de facto); ou até a «defesa da democracia» na ilha. Em síntese, os próprios pretextos invocados constituem já de si a defesa do «direito» de ingerência na vida interna de outros Estados.

Granada é hoje um país ocupado, com um governo fantoche. Um acto de pura pirataria de que a gravidade foi logo salientada. Acto sem paralelo em tempos já bem menos favoráveis ao impe-



Granada foi há dois anos. Um exemplo inequívoco da prática de terrorismo de Estado promovida por Washington

nal), que partidos e organizações com um carácter fundamentalmente burguês acabam por assumir atitudes de reserva ou mesmo condenação em relação à Casa Branca. Numa resolução contraditória, o Parlamento europeu (da CEE), pediu há poucos dias o fim «da política desestabilizadora levada a cabo pelos Estados Unidos e condena o apoio prestado, do exterior, à agressão contra-revolucionária».

No que respeita a Angola, o imperialismo conta com a intervenção directa da África do Sul. Mas para além de tão preciosa colaboração do criminoso e condenado regime do *apartheid*, aposta em auxílios mais directos. É esse o sentido da rejeição da Emenda Clark pelo Congresso, que legaliza os auxílios à Unita, abrindo caminho ao reforço dos fornecimentos ao bando terroris-

te na sua envergadura) movimentos populares. Países em vias de desenvolvimento, mesmo com governos intimamente ligados ao capital, põem em causa a política económica do imperialismo, e uma das suas monstruosas consequências: a dívida, impagável. O socialismo avança com sistemáticas e bem concretas propostas para o desarmamento. A moratória relativa aos ensaios nucleares (unilateralmente assumida pela URSS), também uma exigência do movimento dos médicos para a Paz, galardoado com o prémio Nobel, parece surgir como um objectivo mobilizador para amplos movimentos populares.

Longe vão os dias das guerras sujas da Coreia e do Viet-



Em reunião recentemente realizada, representantes das tribus da fronteira, no Afeganistão, afirmaram o seu empenho no processo revolucionário e condenaram a prática terrorista dos bandos armados

rialismo. Daí a escolha criteriosa de um pequeno país que então vivia uma delicada situação interna no plano político.

O que não nos deve levar a subestimar os múltiplos actos de ingerência actual de facto centrados nos exemplos referidos por Reagan. Exemplos virados «da cabeça para os pés».

● Essa é a realidade, da **Nicarágua a Angola**. Mas não só. Na Nicarágua, o defrontar da política terrorista dos Estados Unidos, concretizada através da organização e abastecimento dos bandos armados, e dos apoios múltiplos à contra-revolução interna, faz parte da vida quotidiana de um povo. Quer pelos assassinatos, pelas casas, escolas e colheitas destruídas nas zonas fronteiriças, quer pelo desvio de esforços e de fundos nas tarefas da paz, da reconstrução, do desenvolvimento, inerentes à construção de uma nova sociedade. Uma realidade igualmente condicionada pela ameaça constante de uma intervenção militar directa. De facto, o apoio imperialista à contra-revolução assume um carácter tão aberto (com os custos possíveis para o próprio capital a nível internacio-

na. Aliás é significativa não só a conclusão, mas a própria forma do debate quanto aos auxílios à Unita (claro que formalmente não militares...). Os congressistas falam de «combatentes da liberdade», e afirmam que se pode haver auxílio aos seus congéneres da Nicarágua nada logicamente pode impedir que o mesmo seja válido em Angola, ou em relação a quaisquer outros bandos armados. É a lógica do capital.

ta. Aliás é significativa não só a conclusão, mas a própria forma do debate quanto aos auxílios à Unita (claro que formalmente não militares...). Os congressistas falam de «combatentes da liberdade», e afirmam que se pode haver auxílio aos seus congéneres da Nicarágua nada logicamente pode impedir que o mesmo seja válido em Angola, ou em relação a quaisquer outros bandos armados. É a lógica do capital.

O que Reagan não disse

Em vésperas da «cimeira» terrorista de Dallas, realizou-se uma manifestação de repúdio pela sua realização. Nestes dias realizaram-se em vários países da Europa (e Japão) grandes manifestações contra as armas nucleares, objectivamente viradas contra a política do imperialismo no domínio vital da Paz. Na África do Sul, no Chile — e muitos outros exemplos haveria que referir —, desenvolvem-se importantes (ainda que naturalmente diferentes, nomeadamen-

ta. Aliás é significativa não só a conclusão, mas a própria forma do debate quanto aos auxílios à Unita (claro que formalmente não militares...). Os congressistas falam de «combatentes da liberdade», e afirmam que se pode haver auxílio aos seus congéneres da Nicarágua nada logicamente pode impedir que o mesmo seja válido em Angola, ou em relação a quaisquer outros bandos armados. É a lógica do capital.

ta. Aliás é significativa não só a conclusão, mas a própria forma do debate quanto aos auxílios à Unita (claro que formalmente não militares...). Os congressistas falam de «combatentes da liberdade», e afirmam que se pode haver auxílio aos seus congéneres da Nicarágua nada logicamente pode impedir que o mesmo seja válido em Angola, ou em relação a quaisquer outros bandos armados. É a lógica do capital.

ta. Aliás é significativa não só a conclusão, mas a própria forma do debate quanto aos auxílios à Unita (claro que formalmente não militares...). Os congressistas falam de «combatentes da liberdade», e afirmam que se pode haver auxílio aos seus congéneres da Nicarágua nada logicamente pode impedir que o mesmo seja válido em Angola, ou em relação a quaisquer outros bandos armados. É a lógica do capital.

«Culminando um intenso trabalho político e vencendo as grandes dificuldades e perigos levantados pela clandestinidade, o Partido Comunista Português realizou o seu VI Congresso. (...)

«Encerrando os debates, o VI Congresso do Partido Comunista Português aprovou um apelo dirigido à classe operária, ao Povo português e a todos os antifascistas. O apelo chama os operários, os assalariados rurais, os pescadores, os camponeses, a juventude, os soldados, os intelectuais, as mulheres, à luta pela defesa dos seus interesses imediatos. Fazendo a síntese dos resultados colhidos nos debates do Congresso, o apelo apresenta as reivindicações fundamentais, as formas de organização e as formas de luta dos principais sectores do movimento popular.

«Dirigindo-se a todo o Povo português e a todos os antifascistas, o VI Congresso lança-lhes um vibrante apelo:

«Unamo-nos na luta pela Liberdade!»

(«Grande Vitória Política» — «Realizou-se o VI Congresso do Partido Comunista Português» — «Avante!», VI Série, n.º 360, Outubro de 1965)

Avante!

«Salazar desaparece finalmente da cena política. Numa lenta agonia que deu tempo aos fascistas para estabelecerem um plano de acção e impedir a explosão da revolta popular, o ditador odiado vive ainda. Politicamente morreu. Agravam-se subitamente as contradições do regime. Abrem-se novas possibilidades ao movimento democrático. Mas, como sibilhou a «Proclamação do Partido Comunista Português» de 22 de Setembro, o desaparecimento de Salazar não significa só por si o fim do fascismo. Os fascistas não entregarão o poder de livre vontade. Só o Povo português, só as massas populares, só a acção unida e organizada dos democratas portugueses, só o desencadeamento de um grande e poderoso movimento nacional pela liberdade poderá desalojar os fascistas do governo e instaurar em Portugal um regime democrático. Só o Povo português, pela sua luta decidida, corajosa, insistente, incansável e confiante poderá enterrar a ditadura com o ditador.»

(«Só a Luta Popular Porá Fim à Ditadura» — «Avante!», VI Série, n.º 396, Outubro-Novembro de 1968)

AVANTE!

«A radicalização política da pequena burguesia por um lado e as vacilações e desorientações por outro, estão criando um tipo curioso de «políticos»: os professores da Rrevolução. «Rrevolução com dois RR, pois com um só R, para eles, não é suficientemente Rrevolucionário.

«Não procurem essa gente nas oficinas, nem nos campos, nem nas batalhas de classe, nem nas lutas diárias contra o fascismo, nem nas organizações clandestinas. Não, não é aí o seu lugar. Eles não querem confundir-se com os militantes e as massas em luta.» (...)

«No seu entender está errado tudo quanto fazem em Portugal as organizações operárias e democráticas. Eles sim, sabem como se deve fazer a Revolução. O seu papel histórico é crítico e ensinar. É cómodo e faz vista.» (...)

«Ó valentões do verbalismo! É tanta a sua sabedoria anticomunista e anti-soviética, que um dia destes, se o «marcelismo» (de quem apreciam os métodos) faz uma reforma universitária, só por incúria os não convidará para catedráticos de «Ciências Sociais» nas universidades portuguesas a fim de ensinarem à irrequieta e irreverente juventude a dirigir a sua vontade combativa contra o Partido Comunista e as demais forças antifascistas. E tudo em nome da Revolução.»

(«Professores da Rrevolução» — «Avante!», VI Série, n.º 421, Outubro de 1970)

Carta ao Senado norte-americano

No dia 4 de Setembro mais um crime foi cometido pelos contra-revolucionários afegãos. Um avião civil da companhia aérea afegã Bakhtar, que efectuava um voo regular, foi abatido por um foguetão terra-ar, parte do armamento fornecido por Washington aos bandos armados. Morreram 52 pessoas. O silêncio caiu sobre o crime. A informação — esmagadoramente controlada pelas centrais capitalistas de distribuição de notícias — calou-se.

Transcrevemos aqui uma significativa carta dos familiares das vítimas do terrorismo (organizado, financiado e armado por Washington), dirigida ao Senado norte-americano.

«Afirmando-se embora defensores da liberdade e da democracia, na verdade violais gravemente os seus princípios. Primeiro, metendo nas mãos dos vossos mercenários as armas mortíferas. Depois, tendo conhecimento do número das suas vítimas, «chorais» os mortos. Isto nada tem a ver com a defesa dos direitos do homem e da justiça. Fostes vós que pusestes à disposição dos contra-revolucionários afegãos os foguetões, dos quais um matou 52 afegãos.

«Os meios dirigentes dos Estados Unidos praticam uma política de terrorismo de Estado. Armas americanas matam, em cada hora que passa, centenas de pessoas em numerosos lugares do planeta. A pretexto de um ataque contra um navio americano no Golfo de Tonquim, o imperialismo americano desencadeou a guerra suja do Vietnam. A pretexto da ameaça à vida de cidadãos norte-americanos, os Estados Unidos enviaram as suas tropas para território do Líbano. Os mercenários treinados por instrutores americanos continuam a dedicar-se ao arbítrio e a praticar excessos em terra afegã. No entanto não foi vertido sangue americano no Afeganistão. Nenhum navio ou avião americano foi detido ou abatido no Afeganistão.

«Porquê então fazeis correr o sangue de milhares de afegãos inocentes? Jamais esqueceremos os assassinos que se meiam a morte em terra afegã, e os seus protectores.»

Em Foco

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 618

31 de Outubro de 1985

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

honestidade



POVO UNIDO

Afirmar a honestidade da gestão APU nas autarquias é falar de uma realidade conhecida e reconhecida unanimemente em todo o País, mesmo pelos mais confessos adversários da democracia. Sublinhar a verticalidade do comportamento pessoal e colectivo da APU nos órgãos do Poder Local democrático seria, por outro lado, fácil através do simples evocar do contraste gritante oferecido pela generalizada prática das outras forças políticas.

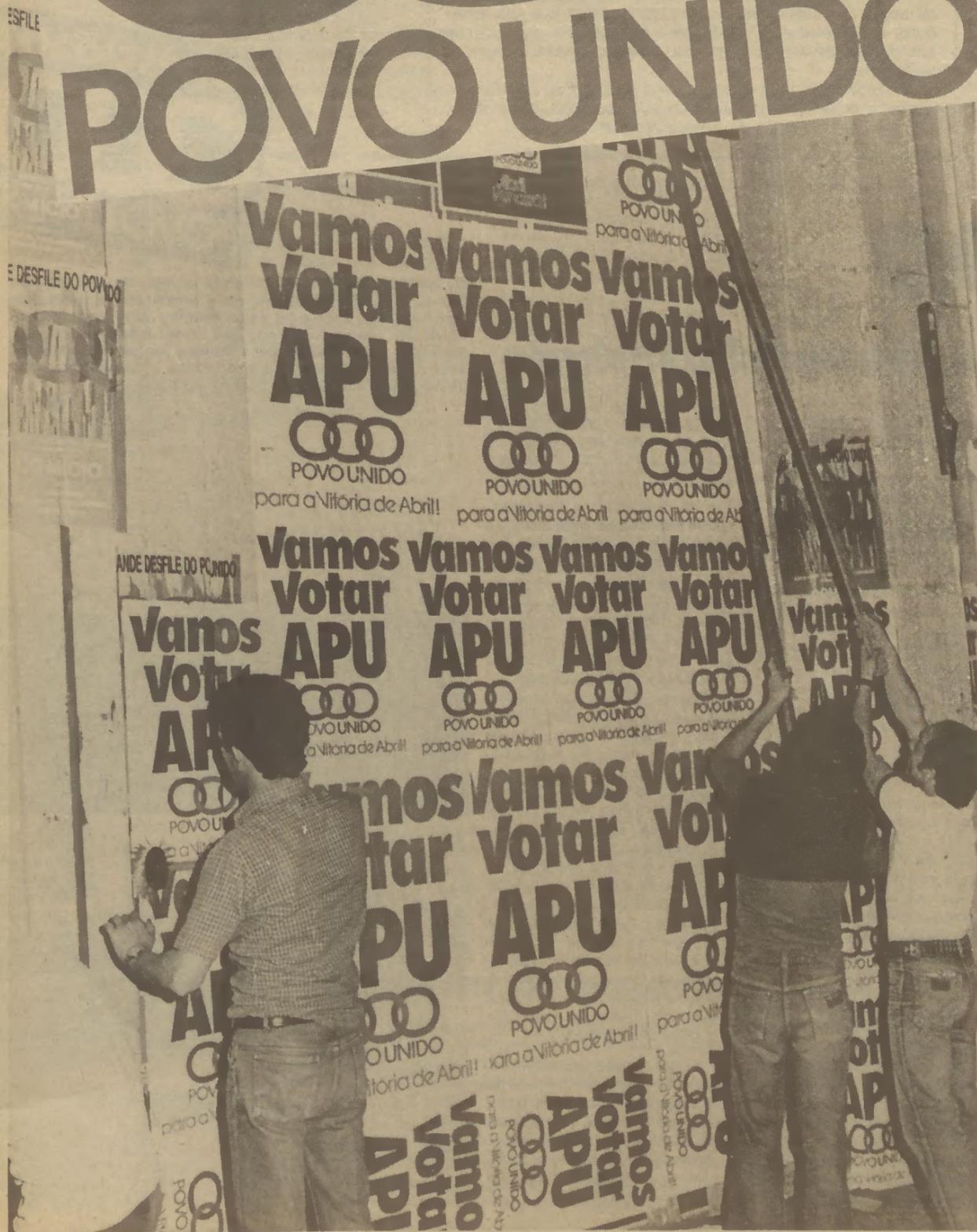
Em vésperas de eleições autárquicas, torna-se indispensável — e muito especialmente face a uma Comunicação Social ela própria corrompida pelo servilismo à política de direita — avivar alguns traços essenciais do exemplo de uma prática política cuja seriedade e isenção se radica nos próprios princípios democráticos e na ligação permanente aos interesses do povo e do País que são o eixo da vida das forças políticas e dos independentes que integram a Aliança Povo Unido.

A honestidade de que falamos manifesta-se em formas várias.

É, sem dúvida, a pura honestidade pessoal dos eleitos que encaram as funções que lhes são atribuídas pelo voto popular exclusivamente como uma tarefa ao serviço das populações e jamais como benefício próprio ou fonte de benesses. Pareceria que tal devese constituir um princípio universal válido para todos — mas sabemos que assim não sucede. Ao mesmo tempo que se acumulam os puros casos de polícia sobre os escândalos, as corrupções, os favoritismos de autarcas PS, PSD e CDS, os eleitos APU constituem a AECOD para onde veiculam grande parte dos legais proventos que recebem do exercício das suas funções autárquicas para serem utilizados em obras de benefício das populações.

Mas, além do porte honesto de cada um, avulta a honestidade da própria gestão. O respeito pelos preceitos legais e pelo funcionamento colegial dos órgãos autárquicos; a liminar recusa de compadrios, favoritismos, clientelismos numa prática quotidiana sem segregações políticas, sociais ou quaisquer outras; o cumprimento metucioso dos planos e dos projectos anunciados, uma ligação constante com as populações; a total transparência da gestão, o rigor das contabilidades, o controlo das despesas e das receitas, a constante defesa dos interesses dos patrimónios autárquicos; a prática de uma política de verdade, de frontalidade, sem demagogias nem eleitoralismos, sem cedências nem compromissos escusos.

Tão só, em resumo, a gestão autárquica de acordo com o Portugal de Abril.



Um traço bem marcante do cunho de honestidade impresso pela Aliança Povo Unido à sua gestão autárquica tem sido, ao longo dos anos, o cumprimento rigoroso dos planos e projectos na base dos quais as listas APU se apresentaram ao eleitorado.

Contrastando com a desenfreada demagogia eleitoralista de promessas e promessas jamais cumpridas que constituem triste e desprestigante marca das forças de direita — PS incluído — os balanços da actividade dos executivos APU nos órgãos do Poder Local democrático caracteriza-se pela sistemática correspondência das palavras e dos actos, dos projectos e das realidades.

Parece possível afirmar que três razões essenciais confluem para este indelével resultado.

Em primeiro lugar, um conhecimento profundo das realidades locais e nacionais por parte não só dos candidatos APU individualmente considerados mas também — e essencialmente — resultado do trabalho colectivo, continuado e persistente das organizações políticas que constituem a Aliança Povo Unido, e muito especialmente da vasta e influente organização do PCP.

Na realidade, nenhuma outra força política portuguesa pode apresentar o vasto manancial de estudo e análise das realidades do País como o constituído pelas Conferências Nacionais do PCP sobre questões económicas e sobre a própria gestão autárquica, parte de um permanente cuidado (evidenciado também e por exemplo na actividade do Grupo Parlamentar) na consideração de todos os aspectos da realidade nacional. Paralelamente, a existência e acção da vasta organização de base do PCP, a sua militante atenção aos problemas da vida e do quotidiano dos trabalhadores e de todo o povo, a pesquisa e análise feita com trabalhadores e técnicos com e sem partido, a sua íntima ligação às massas constituem igualmente um ímpar manancial de factos, ideias e anseios que solidamente escoram os planos e programas de actividade da APU.

Em segundo lugar, um realismo e uma visão da política enquanto serviço face às populações que constitui em si própria uma condenação actuante da demagogia, da promessa eleitoralista irrealizável, da mentira e da manipulação. Do

Cumprir programas

— uma afirmação de honestidade

largo e exacto conhecimento da realidade, a gestão APU retira conclusões e projectos pautados simultaneamente pelos reais interesses das comunidades e exequíveis à luz dos meios existentes e dos esforços necessários. Nem obras de fachada nem promessas mirabolantes, bem pelo contrário o esforço de melhoria efectiva da vida tornado possível pela correcta utilização dos meios e atribuições do Poder Local democrático e pelo empenhamento colectivo nas realizações de interesse comum.

Em terceiro lugar, é inseparável do sistemático cumprimento dos programas eleitorais da Aliança Povo Unido a capacidade de trabalho e de realização que constitui reconhecido traço comum dos eleitos APU.

Tais características são inseparáveis da profunda e constante ligação das forças políticas aliadas na APU, e nomeadamente do PCP, à classe operária e a todos os trabalhadores. Nessa ligação encontram raízes não só a dedicação, o empenhamento e a operatividade dos eleitos da Aliança Povo Unido, mas também o seu estilo profundamente democrático em todo o dia-a-dia da gestão autárquica.

Se a APU é já em si própria a confluência de um vasto leque de posicionamentos políticos identificados pela vontade de reforçar e desenvolver a democracia criada pelo 25 de Abril, a actividade dos seus eleitos reflecte criadoramente a consciência da necessidade de uma ampla participação popular para a resolução de todos os problemas que se colocam ao País — incluindo naturalmente os que cabem no campo da acção das autarquias. A capacidade realizadora das autarquias e dos eleitos APU não pode por isso ser separada da sua prática democrática, do seu constante contacto com as populações.

O sistemático cumprimento com a participação popular dos planos e projectos nas autarquias APU constitui, na verdade, um exemplo concreto da honestidade. ■



■ **Carlos Carvalhas**

Membro do CC do PCP, candidato APU à presidência da Câmara Municipal de Lisboa



AECOD

- O exemplo da solidariedade

Quando se fala da honestidade como um dos traços mais característicos da administração APU no Poder Local, um dos aspectos que surgem em sublinhado é aquele que a AECOD representa. Há outros, evidentemente, que por si mesmos bastariam — a limpeza administrativa, a ausência de compadrio nos critérios de atribuição de benfeitorias, a ausência de corrupção nos métodos, a clareza na prestação de contas. O trabalho da AECOD será, portanto, um expoente da honestidade.

O cúmulo, dirão alguns, pensando que honesto será também usufruir o eleito da remuneração estabelecida para o respectivo cargo. Com efeito, os membros da AECOD, que são a esmagadora maioria dos eleitos comunistas e outros democratas da APU, «prescindem da remuneração excedente que recebem pelo exercício de cargos nas autarquias em relação ao que receberiam no exercício da sua actividade profissional».

Trata-se, apenas, de uma questão de princípio. Que leva

os eleitos comunistas a não beneficiar materialmente da eleição. A exemplo do que acontece com os deputados do PCP, que entregam ao Partido a diferença entre o salário anteriormente auferido nas suas profissões e o vencimento obtido como deputados — mais de noventa e dois mil contos deram assim entrada na Caixa Central do PCP —, os eleitos para as autarquias, na sua grande maioria, entregam a diferença correspondente à AECOD.

Para quê?

Se se trata de um princípio o facto de não quererem beneficiar materialmente com a eleição para um cargo cuja função é a de servir as populações — um princípio de honestidade —, trata-se, por outro lado, de grande prova de dedicação a essas mesmas populações o destino dado aos fundos assim obtidos pela Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas.

«As verbas assim apuradas destinam-se a financiar iniciativas para resolver problemas das populações», sublinha o camarada Álvaro Cunhal no seu recente livro «O Partido com Paredes de Vidro». E assinala mais adiante que, com tais verbas, só em 1983/84 foram executadas várias e importantes realizações: 58 parques infantis e 79 obras de electrificação, abastecimento de água, arruamentos, esgotos, abrigos para passageiros, bal-

neários públicos, obras em mercados, etc. Com os mesmos fundos foram subsidiados, só em 1984, 55 corporações de bombeiros no distrito de Lisboa, 60 colectividades, bandas e ranchos no distrito de Santarém, colectividades e bandas no distrito do Porto.»

Um dos traços significativos da actividade da AECOD é o facto de a distribuição de subsídios incidir por todo o território nacional e não apenas onde a APU é claramente maioritária. Com efeito, as obras e outras iniciativas que receberam fundos da AECOD não se concentram apenas na vasta mancha de autarquias de maioria do Povo Unido — Setúbal, Évora e Beja, mas alastram onde quer que a APU trabalhe, lutando não só com as dificuldades impostas pela injusta aplicação da Lei das Finanças Locais, mas também com aquelas resultantes da atitude discriminatória de certas Câmaras Municipais.

Na Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local, realizada em Maio passado, intervindo sobre o assunto, o camarada Luís Sá afirmou:

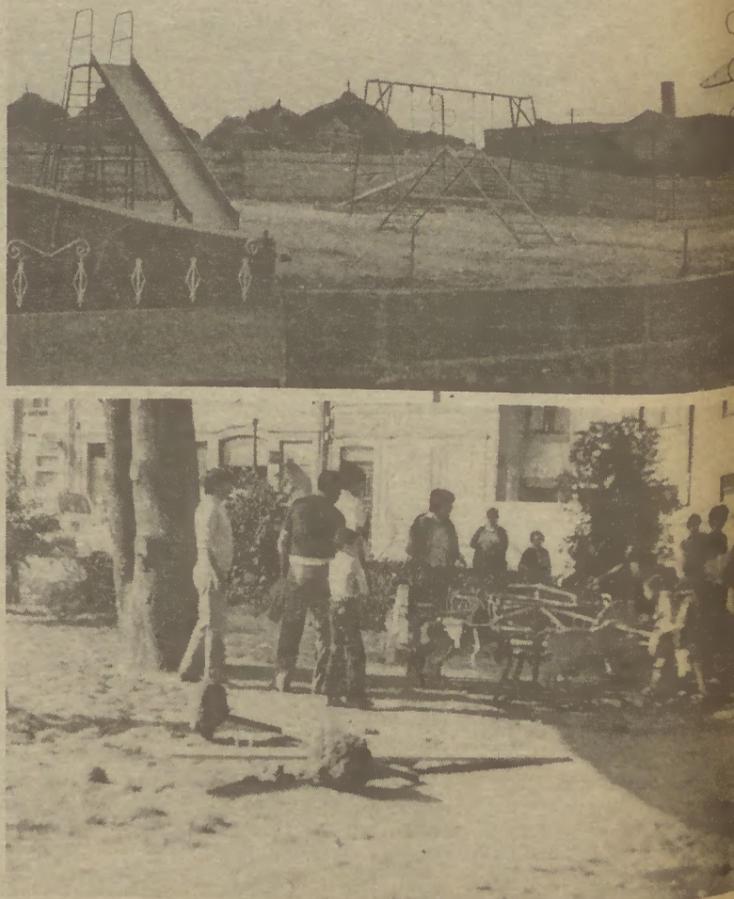
«Tem assumido particular destaque o apoio às Juntas de Freguesia de maioria APU no Norte e no Centro, muitas vezes alvo de boicotes e discriminações das respectivas Câmaras Municipais». E deu uma sintética lista de exemplos na qual se

pode verificar a vasta cobertura de acções em todo o país, posteriores ao balanço que acabara de referir:

«A delegação de Beja financiou um parque infantil e deu 200 contos para balneários e infra-estruturas no campo de futebol para a freguesia de Paçô (Viseu), 200 contos à freguesia de Oledo (Idanha-a-Nova), 200 contos para reparar ruas em Unhais da Serra (Covilhã); a delegação de Évora financiou parques infantis em Malpica do Tejo (Castelo Branco), Riba d'Ave (Famalicão) e Ponte de Lima, além de balneários nesta vila e um lavadouro, reparação da igreja e capela mortuária em Pinhel; a delegação de Lisboa financiou um lavadouro em Tortozendo e ajudou à construção da Casa do Povo em Santo André, freguesia de Trás-os-Montes em que vencemos nas eleições suplementares realizadas o ano passado; a delegação de Setúbal financiou dois parques infantis em Antuzede e um em Arzila (Coimbra); um parque infantil em Gondar e outro em Gandarela, ambas freguesias de Guimarães.»

Exemplos de honestidade, sim. Mas também de solidariedade regional e fraternidade popular, como sublinhou Carlos Costa na Conferência do Poder Local, afirmando que «nenhum outro partido poderia definir e executar uma tal orientação.» ■

Os eleitos comunistas e outros democratas da APU integrados na AECOD não se limitam a prescindir de parte dos vencimentos. Entregam esse dinheiro para que surjam obras. Por todo o País e não apenas nas autarquias em que trabalham. Nas fotos, parques infantis: um em St.º André de Vilar de Perdizes, outro em Miragaia. Construídas com dinheiro da AECOD



ASFIXIA FINANCEIRA DAS AUTARQUIAS À desonestidade governativa



APU contrapõe honestidade na acção

honestidade
POVO UNIDO

Vários são os caminhos do ataque ao Poder Local democrático. Neste rápido apontamento vamos ver (embora parcialmente) como a política de direita percorre o caminho identificado com a *asfixia financeira*, inaugurado há seis anos e trilhado até hoje por sucessivos governos contrários ao espírito de Abril, todos eles apostados no bloqueio às aspirações e às capacidades dessa realidade actuante que se chama Poder Local. Aspirações que ganharam especial alento em Outubro de 1978 com a aprovação de uma lei que nunca foi cumprida (embora aprovada por unanimidade em S. Bento) — a histórica Lei das Finanças Locais, entretanto revogada pelo Decreto-Lei n.º 98/84, do Governo PS/PSD.

Vale a pena lutar

A luta contra as medidas antiautárquicas da ofensiva de direita já proporcionou vitórias significativas do Poder Local democrático. Aqui nesta página não ficará mal recordar a transferência de uma verba adicional para os encargos com os transportes e a acção social escolar, depois do Governo ter declarado que nunca realizaria essa transferência e a não aplicação prática do decreto-lei sobre a Taxa Municipal de Transacção para as CM's dos portos e não concretização da passagem para as CM's dos encargos com os transportes urbanos, o pagamento aos professores do ensino primário e outros.

Ao arbítrio do Poder Central!

O regime de finanças locais (Decreto-Lei n.º 98/84), que por iniciativa da política de direita PS/PSD substituiu a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 1/79) traduz-se, essencialmente, na sujeição do Poder Local ao arbítrio do Poder Central: colocando as receitas das autarquias na dependência dos governos e maiorias parlamentares de cada momento, ao não fixar qualquer percentagem mínima de participação das autarquias nas despesas públicas; tornando arbitrários e subjectivos os critérios de distribuição de verbas; desfavorecendo os municípios das regiões mais pobres e atrasadas do País.

A desonestidade governativa

O não cumprimento da Lei das Finanças Locais durante vários anos — culminando com a sua revogação para dar cobertura «oficial» aos esbulhos de verbas e ao compadrio, arbítrio e burocracia na sua distribuição — define-se como um aspecto de primeiro plano na análise objectiva à degradação da situação financeira das autarquias. Como mostram claramente os números que publicamos nesta página, as autarquias tem recebido cada vez menos verbas, tão necessárias para o desenvolvimento dos seus projectos e do conjunto das suas actividades.

Ao não cumprimento da lei e à política de distribuição de verbas «suplementares» consoante as simpatias políticas e partidárias, outras questões se juntam como o crescimento acelerado das taxas de juro, a imposição (ou nalguns casos a tentativa) de encargos às autarquias sem os correspondentes recursos, o desvio de receitas municipais para a administração central, a criação de isenções fiscais pelo Governo sobre impostos municipais e ainda muitos outros aspectos relacionados com decisões e manifestações de incompetência por parte do Governo e nomeadamente dos departamentos do Ministério das Finanças.

Uma vez identificadas as principais causas da degradação financeira das autarquias, convém recordar alguns índices avaliadores dessa degradação. Por um lado, a inflação tem sido muito superior aos aumentos das receitas dos municípios. Em 1984, por exemplo, enquanto as receitas das CM's subiram 11 por cento, a inflação média anual terá atingido pelos menos os 30 por cento. Em termos reais — considerada a inflação — as autarquias recebem cada vez menos dinheiro. Comparado com o ano anterior, as Câmaras receberam em 1984 menos 14,8 por cento.

Por outro lado, acentua-se a

Conquista ameaçada

«...Tal como todas as outras conquistas de Abril e as restantes instituições democráticas constitucionalmente consagradas, o Poder Local é uma conquista ameaçada. A ofensiva contra o Poder Local, iniciada com o Governo Mota Pinto e os governos da AD (PSD/CDS), foi retomada e agravada pelo Governo PS/PSD, como parte integrante da sua ofensiva geral contra o regime democrático-constitucional e dos seus esforços da construção de um Estado totalitário...»

(Do documento-síntese aprovado na Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas, Lisboa, 26 de Maio de 1985)

preocupação com as dívidas das autarquias à EDP, EPAL, Petrolgal, ex-Fundo de Fomento da Habitação, fornecedores e empreiteiros e à Caixa Geral de Depósitos e, naturalmente, com a diminuição dos investimentos realizados pelos municípios.

A honestidade da APU

A asfixia financeira do Poder Local é, sem dúvida, uma expressão significativa da desonestidade política e governativa, a que a gestão APU contrapõe a força da honestidade em todo o seu trabalho, nomeadamente nos órgãos autárquicos (Câmaras e Juntas) em que detém as maiorias.

Honestidade que significa eficácia, dinamismo, gestão séria e lúcida na utilização dos escassos recursos financeiros e do património das autarquias, planificação rigorosa e competente de toda a acção (política de pessoal, aprovisionamentos, stocks e armazéns, parques de máquinas e viaturas, estruturação de serviços, realização de obras e benefícios, etc.). Honestidade, que significa cumprimento dos planos, profundo conhecimento dos problemas e da situação social nos respectivos concelhos e freguesias, vida democrática e participada, criatividade e imaginação no combate às questões do dia-a-dia.

Honestidade APU, pedra basilar de uma acção coerente que faz com que a situação financeira da generalidade dos municípios de maioria APU, apesar de levarem a cabo as realizações de maior envergadura e de serem discriminadas pelo Poder Central, seja uma situação menos desfavorável, em termos comparativos, do que a da grande maioria das Câmaras geridas por outras forças políticas (os problemas mais graves da situação financeira em CM's APU estão directamente relacionados com a herança de gestões anteriores, nomeadamente do PS).

Honestidade APU, uma força inegável de futuro, que significa luta persistente em que devem participar todos os que, independentemente das suas opções ideológicas, políticas ou partidárias ou religiosas, sintam a necessidade de defender a autonomia e os recursos das autarquias, para que se barre definitivamente o caminho de armadilhas da asfixia financeira do Poder Local. ■

Imagine-se todo este dinheiro no combate às carências!

O não cumprimento da Lei das Finanças Locais é responsável por um monumental esbulho às autarquias desde 1979. Em termos nominais, as verbas «retiradas» pelos sucessivos Governos de direita lesaram o Poder Local em:

- 15 milhões de contos em 1979
- 25 milhões de contos em 1980
- 36 milhões de contos em 1981
- 45 milhões de contos em 1982
- 61 milhões de contos em 1983
- 82 milhões de contos em 1984

No total, são 264 milhões de contos. Se actualizarmos esta verba tendo em conta os valores da inflação registados naqueles períodos, a soma daria hoje qualquer coisa como 408,4 milhões de contos. Imagine-se a aplicação deste dinheiro no combate às carências das populações em todo o País!

Do OE para as autarquias: cada vez menos verbas!...

A asfixia financeira do Poder Local tem tido como principal componente a redução das transferências de verbas do Orçamento do Estado (OE) para as autarquias. Em termos reais, essa drástica redução foi de:

- 3,7% entre 1981 e 1980
- 5,4% entre 1982 e 1981
- 8,1% entre 1983 e 1982
- 14,8% entre 1984 e 1983

Para este ano de 1985 houve uma transferência, em termos nominais, de 20,8 por cento, sabendo-se que a inflação em 84 atingiu os 30 por cento!

Inflação «engole» receitas

Tomando como referência o início da década de 80, foram os seguintes os aumentos nominais das receitas dos municípios inscritas no Orçamento do Estado, por um lado, e as taxas de inflação média anual atingidas nos mesmos períodos:

| | Aumentos das receitas (%) | Inflação (%) |
|------|---------------------------|--------------|
| 1981 | 15,6 | 20 |
| 1982 | 15,8 | 22,4 |
| 1983 | 15,1 | 25,5 |
| 1984 | 11 | 30 |

5,3% do Orçamento

Resultado das opções políticas, que têm sido tomadas pelos sucessivos governos de direita é a diminuição em cada ano que passa da dotação do Orçamento do Estado (OE) para as autarquias. Em 1979 apenas 7,6 por cento do OE foi dedicado ao Poder Local. Essa percentagem foi baixando, atingindo os 5,3 por cento em 1984.

Juros a triplicarem

Nos últimos cinco anos os empréstimos concedidos pela Banca às autarquias conheceram taxas de juro que duplicaram ou quase triplicaram. Existem casos em que essas taxas, num período tão curto, evoluíram de 10 para cerca de 30 por cento!

honestidade
POVO UNIDO

■ Henrique Custódio

O futuro Centro de Cultura de Benavente já não cabe em qualquer máquina fotográfica. A pobre perspectiva que aqui temos não mostra nem metade do que já lá está e ainda por cima exigiu alpinismos à volta de um balneário, para gozo dos putos que presenciaram a cena!



É isso mesmo, padre Daniel

Em Barrosa, à semelhança do que aconteceu em todos os locais onde páramos, as pessoas ligadas aos equipamentos visitados aproximavam-se do presidente da Câmara mal o viam, para lhe colocar este ou aquele problema. As tantas juntou-se um senhor simpático e bem disposto que cumprimentou efusivamente António José Ganhão, passando de imediato a questões concretas. Era o padre Daniel que, mais uma vez, iniciava com o presidente da Câmara diálogo à volta das pequenas grandes coisas que fazem o quotidiano das populações e atravessam as suas dificuldades. Dos cadernos de catequese que iam ser mandados para a Câmara para policiar, aos suplementos alimentares para as crianças que, também ali, chegam à escola com fome e sem nada na bolsa para comer, de tudo se falou. As tantas interpelámos o padre Daniel:

— Pelos vistos as relações da paróquia com a autarquia são excelentes!

— E como não haviam de ser? — respondeu de imediato, virando-nos um olhar vivo. — Lá por termos de uma ideologia diferente, não significa que não possamos trabalhar em problemas comuns.

— Portanto está satisfeito com a acção da Câmara?

— Satisfeitíssimo! E quem pode não estar? Isto é uma jóia de presidente que aqui temos.

— Sou jornalista. Importa-se que publique este nosso diálogo?

— Com certeza que não me importo, a verdade é para se dizer em qualquer lado, e a verdade manda que se diga que o trabalho da Câmara e aqui do nosso presidente tem sido exemplar.

Virou-se para António José Ganhão com um riso brejeiro e acrescentou:

— Temos de ficar com ele, não se arranja para aqui melhor! A conversa continuou, já a três. Ambos pormenorizaram à reportagem como descobriram que havia crianças com fome na escola (nem foi pelo rendimento escolar — dizia o



À esquerda o camarada António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, falando com o padre Daniel, em Barrosa. Em questão os problemas que a autarquia e a paróquia olham com olhos de ver

camarada Ganhão — começou foi a ver-se miúdos a apanhar as cascas de fruta e os pedaços de pão que outros atiravam fora) e o padre Daniel referiu o caso impressionante de uma criança que levava às escondidas para casa a dose de leite que lhe cabia na escola, reservando-a para o irmão de leite que a Câmara passou a fornecer refeições bebé. Perante isto a Câmara passou a fornecer refeições quentes a estas crianças e o leite necessário para que não houvesse necessidade de tão dramáticas provas de generosidade infantil, colaborando a paróquia activamente em todas estas questões.

Identificámos o «Avante!» e despedimo-nos. Restava-nos dizer que é isso mesmo, padre Daniel: somos de ideologias diferentes mas que tem isso para o trabalho com os problemas comuns?!... ■

ADMINISTRAÇÃO DIRECTA EM BENAVENTE

Obra de APUs, os senhores calculam...

Antes de sair, a «equipagem» faz contas à vida e diz para si própria: «um rolo de 20 fotografias chega». Não chega. Aí, gasto o rolo e contemplando a máquina fotográfica já inútil, a malta consola-se recordando que não val precisar nem das 20 chapas tiradas, quanto mais. Quanto mais, uma ova — tanto mais que os motivos de interesse se sucedem num crescendo maldoso, parece que de propósito para apoucar a imprevidência. Mas quem la adivinhar que os trabalhos, por administração directa, feitos no Concelho de Benavente pela respectiva Câmara Municipal, davam para encher o álbum de uma família nascida nas imediações da Invenção da máquina fotográfica?!...

Com o objectivo de ilustrar, para este número, a capacidade de realização dos municípios APU no campo da administração directa, decidimo-nos por uma sortida à Câmara ribatejana de Benavente — perto de Lisboa e, portanto, mais à mão. Calmos quase de pára-quebras no gabinete do respectivo presidente, camarada António José Ganhão, que entre dois telefones a despachar serviço deu conta do que pretendíamos.

Obra? Para isso nada melhor que darmos por aí uma volta.

Foi o bom e o bonito. Se não é vulgar fazer-se tanto em tão pouco tempo (seis anos de gestão APU), sentimo-nos autorizados a supor que não é todos os dias que uma reportagem vê tanto em tão escasso período (a manhã de segunda-feira, por junto foi atacado). No fundo não é de admirar que o rolo se tenha consumido com tão imprudente velocidade...

Entretanto avancemos um esclarecimento preliminar, para quem esteja menos familiarizado com as matérias autárquicas, acerca das obras por administração directa: chama-se assim, na «gíria» do meio, a tudo o que o que as Câmaras e Juntas de Freguesia realizam com utilização exclusiva dos seus próprios recursos humanos e materiais. A modos que um «faça você mesmo» mas em grande escala e sem amadorismo. E com excelentes resultados, como de novo tivemos oportunidade de apreciar.

— Senhor presidente, ainda bem que o vejo, chegue aqui se faz favor!

Era uma funcionária que, abrindo caminho por entre a criança que sala de uma das salas, viu ali a oportunidade de apurar se agrá convenientemente numa emergência.

— Olhe! — e apontava o rectângulo que, na sala, havia tido tectos e uma cobertura de lona antes de ela decidir retirar tudo por estar «enfollado com a água» — acha que fiz bem?

Apreciemos, pois.

Água nas lonas

Do edifício da Câmara (por sinal com a sua bela torre restaurada pela tal administração directa) fomos ao que vai ser o novo Centro de Cultura e Ocupação de Tempos Livres da vila. Vai ser mas ainda não o é, o que não significa que desmereça a visita. Aquilo já não cabe em qualquer máquina fotográfica, ainda que desafortunadamente municipal, — o que justifico uma escalada ao tecto de uns balneários vizinhos em busca do eterno «melhor ângulo» e explicaria o insólito da macaqueira aos putos que se fartaram de rir do caso, se para esses esclarecimentos houvesse tempo.

Começámos isto há dois anos e vamos ter tudo pronto em 1986, esclareceu António

José Ganhão. «Isto» é uma nave imensa já com tecto, um dos lados a desembocar num palco com todos os mata-dores (quer dizer: uma boca de cena do tamanho dos espectáculos que se mexem à vontade, mais camarins e uma multidão de instalações) e o outro a abrir caminho para o que é ainda o começo de um rés-do-chão, que terá primeiro andar e já mostra que ali não vai faltar espaço para o exercício da cultura e a fruição dos tempos livres. Se é obra exclusiva da Câmara? De fio a pavio, se não onde é que fomos arranjar as dezenas de milhares de contos que isto custaria se não fôssemos nós a fazer?».

Muitos menos custou o jardim de infância de Benavente, que nos foi em seguida apresentado com uma pergunta: «Queres saber como se fazem quatro salas com três mil contos?». Contentámo-nos em ver que não eram apenas quatro salas espaçosas para 100 crianças, mas um conjunto devidamente apetrechado e a cheirar a novo. Até nos problemas.

— Senhor presidente, ainda bem que o vejo, chegue aqui se faz favor!

Era uma funcionária que, abrindo caminho por entre a criança que sala de uma das salas, viu ali a oportunidade de apurar se agrá convenientemente numa emergência.

— Olhe! — e apontava o rectângulo que, na sala, havia tido tectos e uma cobertura de lona antes de ela decidir retirar tudo por estar «enfollado com a água» — acha que fiz bem?

Apreciemos, pois.

Um tractor à mangueirada

Dali partimos para Barrosa, populoso lugar que aspira ser Freguesia, mas infelizmente ainda não foi desta. Fizemo-lo através da estrada municipal 515 totalmente arranjada pelo município (uma equipa trabalhava nos acabamentos) e passando, an-

tes, pelos trabalhos de arranjo da zona envolvente do pavilhão gimnodesportivo da vila, para a construção de uma mini-pista de atletismo.

O que aqui vês (estávamos à entrada de Barrosa) não tinha água, nem esgotos, nem arruamentos e passelos, quanto mais pavimentações! Querias obras por administração directa? Pois aqui é um dos sítios onde quase só não fizemos as casas de habitação! De resto, como te disse lá atrás quando passámos pelo acesso a S. Brás, não há nenhum lugar na Freguesia com mais de 20 habitantes a que não tenhamos colocado os equipamentos básicos essenciais: água, luz e esgotos.

Passávamos na altura por uma cena insólita: um município da Barroca — que há meia-dúzia de anos tinha de beber água carregada a cântaros — lavava calmamente, na rua e à mangueirada... o tractor e respectivo atrelado. Agora digam lá que os portugueses são pouco dados a «mudanças!» E neste aspecto a Barrosa ainda tinha muito para mostrar:

Da escola primária para lá temos, sucessivamente, um polivalente desportivo, balneários de apoio, parque infantil, centro social e posto clínico, onde trazemos e levamos os médicos e uma escola pré-primária (unidade igualzinha à da «lona enfolada»). À excepção desta escola primária, tudo o resto foi feito pela Câmara, desde a concepção dos projectos às respectivas execuções.

Dava gosto. À vista, o conjunto assemelha-se ao que de mais delicado se escolhe para os bilhetes postais, com a nitidez do verde da relva e o branco das casas a devolver uma notável sensação de tranquilidade. Lá dentro é a limpeza escrupulosa, o cheiro a novo e a lavado, o equipamento adequado, um desejo de por ali ficar, nem que seja para ficar apenas. Mas não ficámos, é claro. Tínhamos ainda bastante para ver. E da Barrosa ainda vimos, como exemplos da acção da Câmara, o depósito da água emergindo por trás dos pinheiros, a igreja escrupulosamente caída e arranjada, o novo cemitério que demorou dois anos a ser utilizado porque ninguém queria lá deixar os seus mortos sozinhos. Já parecia a história do Odorico, gracejou o presidente da Câmara quando apontávamos caminho para Foros de Almada.

O, eucaliptos recuam

Até chegarmos à réplica do conjunto que acabámos de descrever (centro social/posto clínico, polidesportivo, jardins infantis, etc.) instalada em Foros de Almada (que não tivemos tempo de visitar) passámos ainda por outro centro social feito «a meias» com o vizinho Concelho de Coruche, numa obra intermunicipal que incluiu furo e depósito de água suficientes para abastecer as Freguesias dos dois Concelhos que, ali, já há muito praticavam a boa vizinhança.

Foi também ali que soube-mos, ao apontarmos uma mata de eucaliptos, que essa «praga» está a perder terreno nos 521 km² de Benavente. Com a satisfação de equipamentos sociais básicos, sobretudo da água, os pequenos agricultores daqui começam a ver que é mais rentável virarem-se para o amanho directo de terras que, antes, eram apenas rentabilizadas com a plantação de eucaliptos. Daí andarem cada vez mais a arrancá-los.

Quanto a nós também «arrancámos» para as duas Freguesias do Concelho que faltavam visitar — Santo Estêvão e Samora Correia — já sem sabermos como meter esse Rossio nesta Betesga de prosa. Quando chegámos ao último negativo fotográfico disponível (gasto com a construção da nova escola pré-primária

de Santo Estêvão) já deixáramos em branco a residência construída pela autarquia para a professora primária de Foros de Almada (antes havia dificuldade em arranjar pessoal docente, dado o afastamento do lugar e a falta de instalações), bem como o curso alargamento de uma outra escola (o clássico edifício do tempo do fascismo) respeitando escrupulosamente a traça inicial.

Como falar?!...

Como falar ainda de Samora Correia, onde se apronta um gimnodesportivo semelhante, em dimensão, ao Centro de Cultura de Benavente (e ainda bem que descrevemos minimamente o primeiro, para se ficar com uma ideia quanto ao segundo), ou das duas piscinas que vão ser lançadas no Concelho (os terrenos já estão aplanados), ou do mercado municipal de Porto Alto já na fase de acabamento e construído em terrenos exigidos a uma urbanização privada para equipamentos social, ou dos vários bairros de auto-construção com centenas de casas prontas ou em execução em terrenos cedidos pela Câmara a preços simbólicos, previamente infra-estruturados e na base de projectos gráficos elaborados pelos serviços técnicos do município, ou das 32 habitações para carenciados construídas pela Câmara, ou da recuperação total de um enorme bairro clandestino em Porto Alto (o de mais rápido crescimento



Barrosa: O complexo constituído pelo Centro Social/Posto Clínico, escola pré-primária, parque infantil, balneários e polivalente desportivo merecia figurar num bilhete postal dos que se usam no turismo para cativar visitantes (na foto, pormenor do parque infantil)

em todo o distrito de Santarém) — e isto referente apenas ao que vimos?!...

Bom, pelos vistos tem de ficar fatado tal como está. Resta aproveitar para mais algumas informações de cariz técnico: o município APU de Benavente, nos seus seis anos de gestão e sempre por administração directa, colocou no Concelho 15 salas de ensino primário, 12 de pré-primário, quatro Centros Sociais/Postos Clínicos, 32 habitações para carenciados, sete polidesportivos, triplicou a área de jardins e zonas verdes, 50 km de novos arruamentos e estradas esfaltadas e dezenas de estradas e ca-

minhos em terra batida que foram abertos ou melhorados, três depósitos de água e seis estações elevatórias, 45 km de redes de água e 40 km de esgotos (90% da população coberta), a total cobertura eléctrica do Concelho. Sem falar nas obras em execução, atrás referidas. Quanto às vantagens económicas da administração directa, António José Ganhão deu-nos um exemplo elucidativo, quando nos encaminhávamos para Samora Correia:

O troço de estrada alcatroada que ali viste a sair da estrada nacional tem sete metros de faixa de rodagem, 2,5 km e

custou-nos 1000 contos o quilómetro; na mesma altura a JAE mandou refazer um troço de estrada nacional exactamente com as mesmas dimensões e qualidade, e o empreiteiro levou a 4000 contos o quilómetro.

Obras de APUs, os senhores calculam...

Só que na APU não há frades nem grande tendência para contemplações, como se percebe pelo trabalho exposto.

Uma última nota: a Câmara Municipal de Benavente não deve um tostão a ninguém, como nos afirmou o seu presidente. É obra! ■



Arranjo da zona envolvente do pavilhão gimnodesportivo de Benavente, para construção de uma mini-pista de atletismo

Até a construção de um fontanário se processa no respeito escrupuloso do projecto feito nos serviços técnicos da Câmara (à direita, em baixo, é bem visível o referido projecto com que o pedreiro vai «orientar» a sua obra, em Foros de Almada)





Uma gestão aberta às críticas

A «superioridade da gestão autárquica da APU» não é uma expressão vã, não se trata de mais um cliché mas de uma realidade facilmente comprovável pelo dia-a-dia da actividade dos autarcas eleitos pela Aliança Povo Unido.

Esta superioridade aparece-nos sob diversas formas. Seja através da isenção, do trabalho abnegado, do diálogo — ou da honestidade.

A honestidade é uma constante do trabalho da APU não só nos 55 concelhos e mais de trezentas freguesias onde é a força maioritária, como em todos os outros órgãos autárquicos onde tem eleitos mas não está em maioria.

Quando ao primeiro caso, importa referir o interesse e a dinamização da participação popular não só na definição das principais orientações e deliberações dos órgãos autárquicos, como também na prestação de contas à população.

O grande objectivo dos autarcas eleitos pela APU é servir as

populações, é trabalhar para o bem-estar e para a preservação dos interesses da comunidade.

Um objectivo que só poderá ser alcançado com a transformação do Poder Local numa forma de exercício constante da democracia.

É assim que a participação popular é um dos grandes trunfos da gestão APU que (por trabalhar para e com a população) está sempre receptiva às críticas e sugestões dos cidadãos. Por isso, também, os eleitos da APU promovem reuniões e plenários com a população e ainda a realização de reuniões públicas dos órgãos autárquicos em várias localidades fora das sedes das autarquias.

Quando em minoria, também os eleitos da Aliança Povo Unido se batem por uma efectiva participação popular, também os eleitos da APU prestam regularmente contas do seu trabalho à população.

De outra maneira não poderia ser. Só estando receptiva às críticas, só dizendo do que tem sido o seu trabalho, a APU concebe a gestão autárquica.

Por isso a gestão APU nas autarquias é uma gestão superior. Porque é honesta e participada. Democrática. ■

NEGATIVO

• Por decisão exclusiva do presidente da Câmara da Covilhã, Augusto Lopes Teixeira, do PS, a obra de reforço do abastecimento de água à cidade foi entregue em 1982 à firma Narciso Construtores, Lda. Sem projecto, sem medições, sem orçamento e sem caderno de encargos. Três anos depois verifica-se que por uma obra que só a muito custo valerá 3 mil contos, a Câmara pagou 14 254 900\$00.

• Em inquérito à Câmara de Braga foi provado que o seu presidente, Mesquita Machado, do PS, é sócio-gerente de uma firma comercial, a ALOM, que tem com a Câmara avultados negócios.

• Na Câmara Municipal e nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Matosinhos as admissões de pessoal processam-se sem qualquer concurso público. Os critérios visíveis são a filiação no PS ou a ligação a elementos destacados do mesmo partido. Tal prática tornou-se tão corriqueira em Matosinhos que a Junta de Freguesia decidiu, há cerca de dois anos, admitir, sem qualquer concurso, a mulher do próprio presidente da Câmara, Narciso Miranda.

• Em queixa apresentada à Alta Autoridade Contra a Corrupção, a APU acusa Abecasis de atribuir de forma irregular habitações sociais a familiares, a amigos e a amigos de amigos. Para tanto lhe bastou, por exemplo, receber um cartão de Ângelo Correia, então ministro da Administração Interna, mettendo uma cunha para que uma casa fosse atribuída a um seu amigo de Timor, ou uma carta do gabinete do então presidente da Assembleia da República, Leonardo Ribeiro de Almeida, com idêntica finalidade. Abecasis foi ao ponto de recomendar por escrito a entrega de casas aos seus engraxadores do Rossio, «à filha do sr. dos cartazes da Boa Vista», «à contínua do liceu da minha filha»...

• Alfeu Campos, CDS — demitido em fins do ano passado da presidência da Câmara de Pinhel por decisão da maioria dos vereadores — ordenou verbalmente, sem qualquer concurso público e quase sempre ao mes-

mo empreiteiro, a execução de obras no valor de 170 mil contos; durante o seu mandato, a Câmara adquiria com regularidade, e em grandes quantidades, materiais a uma firma — a Ferrical — de que era sócio e gerente; a mesma firma recebeu indevidamente da Câmara, por duplicação de facturas, a quantia de 2113 contos.

• Em Águeda, o presidente da Câmara, Dinis Machado, PSD, foi directamente responsabilizado, no termo de um inquérito, pelo caso e os custos exorbitantes da construção da ponte do Ribeirinho — decidida à revelia do órgão deliberativo e sem projecto, sem caderno de encargos, sem proposta de preço escrita, sem prestação de caução e também sem concurso.

• «Proteccionismo, prepotência, não cumprimento de leis que regulam as empreitadas de obras públicas, adjudicações fraudulentas» foram algumas das acusações feitas por empreiteiros de Montemor-o-Novo à Câmara, de maioria PS, em queixa apresentada ao MAI e à Alta Autoridade Contra a Corrupção. Em causa as obras de construção de um reservatório e o abastecimento de água a Carapinheira do Campo e Santo Varão, postas a concurso pelo valor de 22 885 contos. As obras acabaram por ser adjudicadas aos concorrentes classificados em terceiro lugar por mais 2335 contos.

• Dois anos depois de lhe ter sido pedida pelos vereadores do CDS, o MAI iniciou uma sindicância à Câmara Municipal de Mirandela, de maioria PSD. Os vereadores centristas alegaram então a suspeita de irregularidades nos processos de adjudicação de obras e de desvios de fundos — neste caso, cerca de 170 mil contos desviados para fins alheios aos que tinham sido destinados ao orçamento camarário.

• A 17 de Maio de 1982, por ordem individual do presidente da Câmara de Castelo Branco (César Vila Franca, eleito pela AD), foram pagos 2 mil contos ao engenheiro José António Afonso Calmeiro, funcionário dos Serviços Municipalizados da Câmara, por um projecto por si elaborado para a estrada

que ligaria Montforte da Beira, no concelho de Castelo Branco, a Ladoeiro, no concelho de Idanha-a-Nova. Conforme consta de um pedido de sindicância à Câmara apresentado pela APU, fundamentado em bastos indícios de «graves irregularidades, má gestão, negligência, incúria, corrupção, actos prepotentes do presidente da Câmara», neste caso da estrada, 1.º — não houve deliberação do executivo para a elaboração do dito projecto; 2.º — o funcionário em causa não pode receber dinheiro da Câmara, para além do seu vencimento e dos subsídios a que por lei tem direito; 3.º — o executivo continua a desconhecer o projecto; 4.º — se acaso ele existe, não tem execução legal porquanto, respeitando a uma estrada nacional, é da competência do Poder Central através da JAE.

• A Câmara de Idanha-a-Nova, de maioria PS, pagou igualmente 2 mil contos ao mesmo engenheiro pelo mesmo projecto...

• Da guerra PS/PSD na Câmara de Ovar resultou recentemente um pedido de sindicância dos vereadores do PS ao presidente, Raimundo Rodrigues, eleito pelo PSD, acusado de irregularidades, suborno, corrupção. Entre os 21 pontos sobre que incide o pedido de sindicância, três ao acaso: transferência da carteira de seguros da Câmara para uma companhia seguradora onde pontuam interesses de familiares; dispensa de pagamento de multas a empreiteiros por desrespeito de regimes contratuais de adjudicação de obras, e prorrogação de prazos de execução sem conhecimento da Câmara; favoritismo nos licenciamentos de loteamentos promovidos pela Barritur, Lda., Esmoristur, SARL, de que é sócio e gerente.

Por seu lado, Raimundo Rodrigues pediu à Alta Autoridade Contra a Corrupção um inquérito à actuação dos vereadores do PS, eles que se sentiram preteridos em que negócios que mantêm, também na área da construção civil...

...etc.!

ALMADA AUTARQUIAS .POVO

TORNOU-SE IMPERIOSO ADIAR LIMITAR REDUZIR

OS PLANOS DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 1985

OBJETO A HABITAÇÃO: UM DEVER DO ESTADO DEMOLIÇÃO DE BARRACAS ENTREGA DE CASAS

APÓIO O CONCELHO LOCAL

BOLETIM MUNICIPAL

Abastecimento de Água

Abastecimento de Água

Abastecimento de Água

CÂMARA MUNICIPAL LOURES

BOLETIM INFORMATIVO

Mercado da Bobadela

Criada Freguesia da Portela de Sacavém

Importantes obras Intermunicipais

Suplemento: estas do Concelho de Oures

BOLETIM

Boletim é hoje em dia uma presença imprescindível no quotidiano de muitas centenas de milhares de pessoas por esse País fora. O Boletim pode ter uma ou mais folhas, ser impresso a cores ou não, maior ou menor do que o outro, que isso não é problema porque o Boletim é sempre agradavelmente recebido por todos quantos se habituaram a ver nele mais um importante contributo para a melhoria da sua terra. O Boletim, evidentemente, pode ser editado pela Junta de Freguesia ou pela Câmara Municipal. Pode ser ainda uma edição dos autarcas da Aliança Povo Unido. Sempre que o lemos, no entanto, estamos certos de estar a ler o que de verdade se passa na nossa terra. E lembro sempre com certeza de que ficamos mais ricos e melhor informados. Ao recebermos o Boletim aumentamos de facto o nosso conhecimento sobre o dia-a-dia da

terra. De como os trabalhos estão a correr e porque é que se mantêm os problemas que há tanto exigimos ver resolvidos. Ou como é que foram resolvidos... Sabemos também como é a gestão autárquica, o que já se fez, o que se tinha proposto fazer e o que ainda falta acabar. Sabemos também das finanças locais e das efemérides que vão sendo comemoradas. Tudo isto podemos ver no Boletim. Porque a Aliança Povo Unido é diferente. Porque os eleitos da APU — estejam em maioria, estejam em minoria — não trabalham à surralta. Porque as autarquias APU sabem que têm trabalho realizado. Sabem também que têm trabalho por realizar. Sabem, essencialmente, que a população tem o direito de ser informada. E que é à população que devem prestar contas. É por isso que o Boletim é imprescindível para muitas centenas de milhares de portugueses. ■

a TV

Afinal, os interesses não foram acautelados mesmo...

Os leitores devem estar lembrados daquele debate, incluído na pré-campanha, em que participaram Almeida Santos, «candidato a primeiro-ministro» (oh, a ironia com que a vida apimenta os seus manjares mais refinados!) e Álvaro Cunhal. A certa altura, o Secretário-Geral do PCP apontou os graves perigos que a economia portuguesa corria se entrássemos para a CEE. Mais ainda: referia que os interesses portugueses não haviam sido acautelados, nas negociações em geral e, mais particularmente, nas negociações com a Espanha.

Lembram-se disso. E lembram-se também da reacção provocada. Que não senhor. Ora essa, tudo tinha sido feito com tento na bola...

Sábado, dia 26, Telejornal. Ferraz da Costa, Presidente da CIP, declara, aos milhões de espectadores, que, na sua opinião «os interesses do País não foram devidamente acautelados».

Claro que o problema se vai pôr, em breve, com a maior acuidade. Será que, em defesa dos interesses nacionais, as negociações serão retomadas, ou os interesses do País ficarão... por acautelar?

Esta última situação dificilmente se admite dado que, pelos vistos, a análise do PCP era correcta como hoje o reconhecem mesmo aqueles que nada têm a ver com os comunistas. Era correcta e actuante — enquanto outras forças, cúmplices, deixavam andar...

Couto descobre o «estado de saturação...»

Há limites. Para tudo. Também os deveria haver para o impudor, o descaramento, a falta de vergonha. Mas não há — e a continuada assistência à televisão me tem ensinado isto.

Oh senhores! Mas não assistimos nós, nestes últimos dois anos, à constante subserviência da UGT, que o nosso povo conhece pelo nome de «central amarela», diante do Governo?

Não é verdade que os sujeitos em questão mais não quisessem ser do que o paredão da defesa das forças que, no Poder, ofendiam os trabalhadores e o povo, semeavam a miséria, a fome, o desemprego? Não é verdade que o Torres Couto, mais que entre todos, esteve na base dos apoios mais caros ao Soares que comandava os ataques contra os trabalhadores?

Pois é o mesmo Couto que, agora, vem solenemente «lançar um alerta» ao governo, não se sabe bem a qual, mas isso tem pouco interesse. Então ele, no telejornal, em largo tempo de promoção, desculpem!, de informação descobre uma coisa de que ninguém até hoje, se tinha lembrado. Ele descobriu que «os trabalhadores chegaram a um estado de saturação».

Original, não é? O homem anda atrasado uma data de tempo. A menos que o que ele pretende seja uma simples manobra de diversão para afastar as atenções de cima de um amigo e protector que, na corrida, partiu as pernas todas...

E o Telejornal dá uma forcinha...

Um milhão de dólares... por minuto!

A propósito das comemorações do aniversário da ONU. Telejornal foi gravar e deu-nos um pequeno trecho da intervenção do dr. Célio Borja.

Foram palavras breves, severas, responsáveis. O dr. Célio Borja pôs a tónica na defesa da Paz e na necessidade absoluta de parar a corrida aos armamentos.

Um dos números que apontou há-de ter ficado na memória de todos: actualmente, gasta-se em armamento um milhão de dólares por minuto!

E não se pense, continuou o dr. Célio Borja, que esse armamento pode não ser utilizado, pode não vir, de facto, a matar, porque ele já mata!

Quando se pensa na miséria e na fome que alastram em tantos países, quando se pensa no muito que há a fazer para auxiliar as populações, causa de facto arrepiar ver milhões e milhões de dólares investidos na morte e na destruição.

Esta evidência começa a ganhar a consciência do mundo. E pouco importa que a RTP simplesmente ignore ou atire para noticiários de fraca audiência as grandes manifestações em defesa da Paz. Pouco importa. Há «cegos» que não querem ver — mas nem por isso a luz deixa de existir.

■ **Ulisses**

...Síntese semanal da IMPRENSA

Um ministro, um Governo

As notícias da semana apontam para que, desrespeitando o sentido do voto de 6 de Outubro que manteve a direita em minoria, tenhamos pela frente um Governo minoritário do PSD liderado por Cavaco Silva.

O PCP e o MPD/CDE disseram já claramente que tal governo não serve os interesses do povo e do País.

Entretanto, a manutenção do actual ministro da Educação no elenco governamental é apenas uma amostra de que o que o governo de Cavaco fará é continuar a desastrosa política de direita dos últimos nove anos.

«Cuidadosamente escolhido», este ministro continua?

• «No distrito de Setúbal cerca de 12 000 alunos, dos ensinos preparatório e secundário, estão sem aulas — afirma o Secretariado Distrital de Setúbal do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Segundo o Secretariado deste sindicato, no distrito de Setúbal, encontram-se cerca de 2800 alunos sem aulas por falta de escolas cuja construção se encontra em fase de início, e cerca de 8200 que também ainda não iniciaram o ano lectivo devido a reparações tardias nas instalações.

O Sindicato dos Professores cita o caso de quatro escolas que já deviam estar prontas, mas cuja construção se encontra em fase de início, e de seis em que as obras de reparação estão agora em curso.

De acordo com a mesma fonte, existem ainda no distrito de Setúbal perto de mil alunos cujo ano lectivo está a ser afectado pelos atrasos nas colocações de professores.»

(«Correio da Manhã», 29 Outubro)

• «Está praticamente formado o elenco governativo de Cavaco Silva. Os nomes que integram o novo Executivo, que na próxima semana deverá tomar posse, foram cuidadosamente escolhidos pelo novo Primeiro-Ministro.

(...) Educação e Cultura — João de Deus Pinheiro.»

(«O dlabo», 29. Outubro)

Governo Cavaco não serve!

• «Consultas constitucionais para a nomeação do próximo Executivo, começaram ontem a ser feitas pelo Presidente da República e terminam hoje, à tarde, com audiências ao PPD/PSD e a Cavaco Silva, em Belém. Tanto o CDS como o PRD já manifestaram, ontem, intenção de não inviabilizarem o Governo minoritário, enquanto o PCP e o MDP/CDE garantiram que votarão contra a sua passagem no Parlamento. O PS concorda com a indigitação de Cavaco Silva, mas não se pronunciou sobre a viabilização ou não do Governo na assembleia.

(...) O líder do MDP/CDE, depois de asseverar que o seu partido votará contra um executivo mino-

ritário do PPD/PSD, justificou esta posição pelo facto do provável Governo não traduzir «o desejo de mudança manifestado nos resultados eleitorais». Como solução governativa, Tengarrinha defende a constituição de um «Governo de centro-esquerda, de consensos sobre os grandes problemas nacionais», acrescentando que a formação de tal Governo implicaria «alguma iniciativa do presidente da República».

Quanto ao PCP, por aquilo que Álvaro Cunhal afirmou à saída da audiência com Eanes, vai fazer uma política de oposição contra um Governo minoritário do PSD, começando por votar contra a sua passagem no Parlamento. «Aquilo que a direita não resolveu com governos maioritários, não o fará com um Governo minoritário», disse Cunhal.

O líder comunista referiu-se a uma eventual oposição extra-parlamentar ao próximo Governo, ao afirmar que «um Governo que tome medidas contra o povo terá que pagar».

(«Diário de Notícias», 29 Outubro)

Soarismo: dois testemunhos insuspeitos

• Invocando razões de «ordem política e moral», António Arnaut demitiu-se do Partido Socialista, expressando tal decisão em carta endereçada a António Macedo. Por seu turno, João Fernando abandonou o cargo de secretário-coordenador da Federação de Coimbra.

A decisão agora tomada prende-se directamente com a elaboração da lista do PS concorrente à Assembleia Municipal de Coimbra. Com efeito, e segundo António Arnaut, este tinha aceite encabeçar a respectiva lista, a solicitação da Federação local. E acrescenta:

«Logo que a notícia chegou a Lisboa, um membro da Comissão Permanente e outro da Comissão Política vieram a Coimbra desautorizar o Secretariado Distrital e eliminar o meu nome, pois, segundo argumentou o primeiro daqueles dirigentes, numa reunião bastante concorrida, eu não era digno de figurar nas listas.»

O antigo ministro dos Assuntos Sociais refere igualmente que também na elaboração da lista do PS concorrente às eleições legislativas de 6 de Outubro pelo círculo eleitoral de Coimbra, o seu nome «foi elimi-

nado por voto ou sugestão do secretário-geral, depois de ter sido votado pela Federação de Coimbra».

Na carta, António Arnaut refere que o «PS já não é um partido democrático e fraterno, solidário com o sofrimento do nosso povo, mas um coute de interesses pessoais onde a intriga, o manobristo e a traficância são o fel do quotidiano».

Depois de dizer que é para si «extremamente doloroso pôr termo a uma militância devotada de vinte anos», António Arnaut frisa: «Ao demitir-me do partido que ajudei a fundar (...) pratico apenas um acto de coerência com os valores que sempre me nortearam e a que continuo inteiramente fiel.»

«Há muito que venho criticando o monarquismo do secretário-geral e o progressivo abastardamento do partido, sem alma, sem projecto, nem identidade», refere ainda o mesmo fundador do PS na carta dirigida a António Macedo. Sublinha ainda que não pactua com «traições aos valores essenciais do socialismo democrático, que o mesmo é dizer aos interesses, profundos do Povo português e de Portugal, e não aceito uma prática política que viola, reiteradamente, os mais elementares princípios da ética».

Por seu turno, e em declarações prestadas à Anop, João Fernando critica António Campos e Manuel Alegre considerando que os mesmos ultrapassaram o Secretariado ao imporem uma lista para a Assembleia Municipal.

(«Diário de Notícias», 25 Outubro)

• Ainda mal refeito da derrota eleitoral de 6 de Outubro, o Partido Socialista mantém-se imóvel e os seus dirigentes parecem concluir que tudo se recomporá por si, sem mudanças e sem dramas, com algumas explicações enfiadas e uma esperança passiva em melhores dias.

Com as alianças para as autárquicas com o PSD galhardamente transformadas em listas mistas, para a maioria dirigente

do PS tudo está em apostar nas dificuldades de Cavaco Silva e nos erros do PRD para subir talvez nas autárquicas e preparar o eventual triunfo de Mário Soares nas presidenciais.

Não vale porém a pena disfarçar as determinantes da derrota do PS nas legislativas e fazer de conta que a transferência de votos para o PRD representa unicamente o protesto contra a austeridade e a crença messiânica de eleitorado populista, apesar de esquerda.

É hoje relativamente claro que parte dos eleitores do PS em 1983 puniram a moleza do compromisso constante, a ausência de medidas para resolver ou atenuar as dificuldades dos mais pobres, um certo desprezo olímpico pelas críticas que levou a subestimar o adversário eanista e a confiar estupidamente na cumplicidade do inquieto parceiro da coligação na estratégia presidencial do Primeiro-Ministro Mário Soares, apesar das suas declarações em contrário.

Dir-se-á que hoje é fácil inventar as críticas e também se dirá que é dar armas aos adversários. Método aliás velho e re-lho para conservar falsas coesões e cerrar as fileiras permanentemente dizimadas. Necessário se torna porém romper o silêncio e a obscuridade interior para pôr de acordo o duplo efeito para o exterior com o sacudir do marasmo instalado e dos instalados nas suas precárias cadeiras.

Porque, se é certo que os socialistas foram sempre, desde o 25 de Abril, o grande referencial da democracia em Portugal, também é certo que, pelo menos desde Janeiro de 1980, a clivagem que então se processou conduziu o partido por caminhos políticos negligentes nos princípios e sobranceiros para com as bases sociais de apoio do socialismo democrático simultaneamente com tendências incontroláveis da procura do Poder a todo o custo que reforçaram o autoritarismo e diminuíram a autoridade moral.»

(Marcelo Curto, dirigente do PS, «Diário de Notícias», 25 Outubro)

Indispensável para compreender a superioridade da gestão APU nas autarquias que tem por base:

- Uma gestão aberta às massas
- A unidade e diálogo em torno dos problemas concretos
- A dedicação e honestidade
- A participação e mobilização consciente e abnegada dos trabalhadores das autarquias
- A administração directa de grande parte das obras das autarquias

edições Avante!



reforçar o Poder Local democrático melhorar a vida das populações

edições Avante!

Documentos e intervenções Conferência Nacional do PCP 2

Os novos «friends»

Segundo informou a revista *Newsweek*, Mário Soares, no âmbito da sua campanha eleitoral para as presidenciais, recorreu aos serviços especializados de uma empresa norte-americana de consultores políticos (e de outras matérias), a «Black, Manafort, Stone and Kelly», com sede em Washington.

Tendo-se iniciado na organização de campanhas políticas e nas relações públicas, a empresa, que estendeu os seus serviços ao estrangeiro, alargou também as suas actividades às sondagens, publicidade, angariação de fundos e *marketing*, sendo muito conhecida, como é fácil de perceber, nos bastidores da vida política norte-americana — cujas principais características são, como se sabe, a seriedade e a transparência.

A empresa controla uma outra, a «National Media Services», que realiza «grossos lucros comprando tempo de publicidade para os seus clientes e outros», e, à margem do campo da política, foi falada recentemente por se ter distinguido na luta pela redução das quotas de importação de calçado para os EUA — o que, naturalmente, prejudicou gravemente as empresas portuguesas do sector... Entre os clientes da firma encontram-se também a TWA e o Instituto Português do Tabaco.

Mas o forte da firma é a política — e é de admitir que tenha sido por isso, que Soares recorreu aos seus serviços para lhe abrir caminho para a Presidência. São de natureza política, aliás, as duas informações que resta

acrescentar para definir o perfil destes novos «friends» de Soares: uma, é a de que os seus proprietários são «republicanos» e... «conservadores»; outra, a de que entre os seus clientes se encontra... a Unita! Nas águas turvas do soarismo, a poluição não diminui: aumenta.

São muito engraçados

Soares e certos analistas que ajeitam na sua corte, quando se metem a teorizar são muito engraçados. Até aqui há uns tempos desenvolviam animosamente a rábula da não distinção entre **esquerdas e direitas**, classificando esta terminologia como ultrapassada e incapaz de responder às «novas realidades». Invocava-se «o fim das ideologias» e o primado do «pragmatismo». O objectivo — não explícito, claro — era mascarar e iludir a política **de direita**, escondendo-a sob o manto de uma falsa «modernidade», sinónimo de uma conveniente, mas igualmente falsa, abolição de fronteiras ideológicas. Agora, porém, fracassada essa tática, eis que os mesmíssimos e iluminados teóricos surgem de novo, na esteira do próprio Soares, a falar em **esquerdas e direitas**, escondendo na manga toda a vasta argumentação (com a ideia de qualquer dia a usarem outra vez) anteriormente desenvolvida sobre o que é ou não é «moderno». Desta vez, o objectivo — também ele não explícito — é lavar a cara e refazer a imagem da velha política, procurando recuperar terreno perdido à custa precisamente da recuperação de conceitos que

Pontos Cardeais

ainda ontem se considerava estarem «ultrapassados». São muito engraçados — mas cada vez enganam menos gente.

Para trás

Anuncia quem sabe — e «O Diabo» é mesmo pasquim para sabê-lo — que no Governo ainda não dado à luz, vai haver uma espécie de ministro das polícias, preocupado apenas com elas. Para cabeça do ministério o empresário nortenho Eurico de Melo (viva a iniciativa privada!), que nada fica a dever na filosofia e na prática aos seus antecessores Eduardo Pereira e mesmo a Ângelo Correia. Queixam-se, por outro lado, os «analistas» de direita, num outro semanário primo do que referimos, de que o processo está a voltar atrás, que vêm aí os militares de Abril. Ora, que isto está a andar para trás é verdade, no que toca à subida ao poder de um governo minoritário PSD. Para trás no sentido de ficar na mesma? Ou de recuar tanto que a sombra do fascismo paira sobre as instituições? Pois não é verdade que agora vamos mesmo ter um «ministério do interior»? O facto, porém, de pretender chamar-se da «Segurança Interna» não vai segurar por muito tempo nem este governo nem a solução encontrada para

governar Portugal, ao arripio da vontade dos portugueses.

Casou ou não casou?

O País parece que anda a chocar alguma, se se prestar atenção a alguns jornais da nossa praça. Enquanto os grandes acontecimentos não vêm à tona, ferve a lume brando uma febre de notícias, de especulações, um jogo «floral» de adivinhações, um delírio de análises.

Enquanto a SIDA faz das suas, mais das suas fazem os que comentam a «infecção» da moda. Especialistas garantem que, outros anunciam que isolaram o vírus, outros ainda que agarraram uns segundos a vacina, mas que fica para mais tarde.

Por outro lado, a crónica casamenteira de Salazar — casou ou não casou — é beatificamente espezitada por um jornalista, sujeita a desmentidos e a comentários mais ou menos psicanalíticos. Outros dizem de suas justiças sobre os militares. Que não são como os outros, que a sociedade é civilista, etc. Um militar na reserva garante, em tribunal, que este é um «país de denunciadores». É assim certa imprensa. Entretanto, no remanso, Cavaco forma governo.

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Muito o Soares caiu!
O trabalhador, no amanho
quotidiano, reflectiu:
— Senhores, que pena tenho...

Houve quem, quando isso ouviu,
levantasse o sobrececho.
O operário repetiu:
— Senhores, que pena tenho...

Depois de um silêncio estranho
vieram as palavras finais:
— Senhores que pena tenho
que não caísse ainda mais...

II

O Cavaco em minoria
em S. Bento quer passar
para ver se pode obrar
o que não obrou em maioria.
Ora, não tendo maioria,
é fácil de imaginar
que mais podemos culpar
quem lhe abrace a mirtoira
para fazer de maioria...

Quem a tal se irá prestar?...

III

Reagan acha que o regime doutra fera,
o Botha, é mau, é muito mau, é mesmo bera...

E a Thatcher, que sorria com agrado
enquanto Moloise era assassinado,

a respeito do *apartheid* acha também
que não está bem, que não está mesmo nada bem...

Mas se se trata de aplicar sanções, então
o Reagan e a Thatcher logo acham que não...

Acabam logo aqui insólitos arroubos
pois os lobos jamais atacam outros lobos...

IV

A Direita, meus amigos, mas que seita!
São eles próprios — é verdade, juro! —
a dizer-nos agora que a Direita
em Portugal não tem qualquer futuro...

Então alguns que julgam ter mais caco
metem-se à doida pela mentira dentro:
logo o Soares, o Freitas, o Cavaco
aqui, aqui d'el-rei, que são do centro!

A gente ri de tanta falsidade
pela TV, pelos jornais a rodos.
Não mudam todos a realidade
— a realidade os desmascara a todos...



Agenda /

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 618

31 de Outubro de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



Sexta

• **ALCOCHETE**
Plenário com os candidatos da APU aos órgãos autárquicos do concelho.

das autarquias e de outras entidades; situação dos idosos — nomeadamente situação de reformados e pensionistas, instituições privadas de segurança social, centros de convívio, quadro de vida (saúde, habitação, lazer, transportes). Num outro ponto, análise da actividade da Comissão Municipal de Apoio aos Idosos e linhas de trabalho futuro.

O Encontro realiza-se na Sociedade Euterpe Alhandrense, das 14.30 às 18 horas.

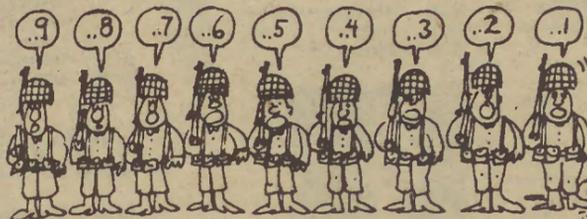
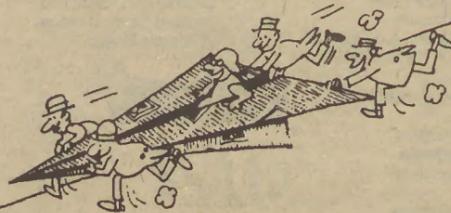
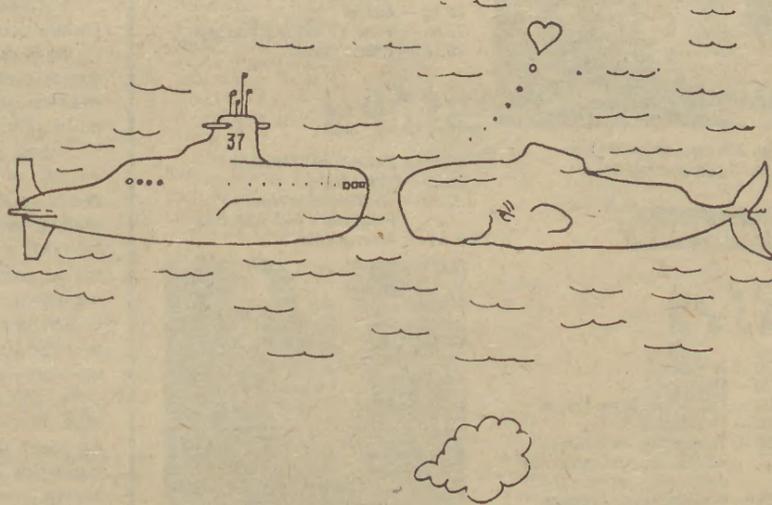
• **ÉVORA**
Plenário distrital de quadros do PCP para análise da situação política e tarefas que se colocam à organização do Partido na nova situação político-partidária, e ainda das eleições autárquicas.

O Plenário decorrerá das 10 às 18.30 no Palácio D. Manuel.

• **PORTALEGRE**
Plenário da Comissão Distrital do Partido, alargado a todos os primeiros candidatos aos vários órgãos autárquicos no distrito e a activistas do PCP e da APU, para discussão das tarefas da campanha e apresentação dos cabeças de lista às várias Câmaras. No final, sessão aberta à população na Casa do Povo de Alter do Chão.

Quarta

• **MARINHA GRANDE**
Reunião de candidatos dos órgãos autárquicos do concelho, para discussão das linhas orientadoras e programação da campanha eleitoral, às 21.30.



Sérgio Aragonés (1937) in «Sérgio Aragonés on Parade - A collection of his best from Mad». A Mad Big Book. Nova York, 1979

encontro Alvalade

um local de encontro



Permanente

NA GALERIA
EXPOSIÇÃO DE
GRAVURAS DE
GIL TEIXEIRA LOPES

TV Programa

Quinta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens», 22.º episódio
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Desporto
- 19.20 — A Mulher no Mundo — Canadá
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.40 — Telenovela — «Louco Amor», 84.º Ep.
- 21.20 — Panorama



- 22.15 — Série — «A Montanha Mágica»
- 23.00 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Conheça Melhor
- 20.30 — «Horizonte de Glória»
- 21.30 — Concerto Promenade — «Uma Noite Americana»: a Sinfónica de Londres dirigida por Simon Rattle em peças de Copland, Yves, Gershwin e Bernstein
- 22.45 — Jornal da Noite.

Sexta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 15.30 — Reportagem do Exterior
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «Animação», um programa de Vasco Granja, hoje sobre o Burlesco Americano. Filmes de Avery, Tashlin e Friz — Freleng
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — O Mundo da Ciência, 11.º programa
- 19.20 — O Mar e a Terra, 1.º Ep.
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo — 4.º Progr.



- 22.30 — Série — «Crime, disse Ela»
- 23.30 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Ferdý», a formiguinha
- 20.00 — «Recordações», últ.º episódio
- 21.00 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite.

Sábado

RTP1

- 11.00 — Tempo dos Mais Novos
- 14.00 — Dar e Receber (Impostos)
- 14.30 — Série — «Os Três Dukas»
- 15.00 — Revista de Touros

- 16.00 — Ténis — Transmissão directa do Campeonato dos Campeões Europeus de Anvers
- 17.30 — Atletismo
- 18.40 — O Museu do Louvre, 1.º Progr.
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — A Grande Barraca



- 21.00 — Série — «Rabo de Saia», 4.º Ep.
- 22.00 — Bárbara — Um programa realizado por François Reichenbach assinalando o reaparecimento da famosa cantora francesa
- 23.00 — Último Jornal
- 23.10 — Sábado Especial — «Dementia 13», real. de Francis Ford Coppola (EUA/1963).

RTP2

- 18.00 — Troféu
- 20.00 — Animação
- 20.30 — Para o Melhor e Para o Pior — «Habanera», sobre a situação das mulheres em Cuba



- 21.30 — «Terra Mãe», 8.º Ep.
- 22.30 — Jornal da Noite.

Domingo

RTP1

- 10.30 — 70 Vezes 7
- 11.00 — Missa
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — TV Rural
- 13.30 — Tempo dos Mais Novos — «O Maestro e a Companhia» com o «Rigoletto» de Verdi
- 15.00 — No Mundo dos Frágeis
- 15.30 — Sessão da Tarde — «O Anjo do Rock»
- 17.15 — Um Planeta para Amar
- 18.00 — Salir do Buraco, um programa de Maria Antónia Paíla e do Prof. Santos Silva
- 19.00 — Top Disco
- 19.45 — Como, Quem, Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Portugal, Passado, Presente — No Litoral Alentejano
- 21.00 — Telefilme — «Jane no Deserto»
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Último Jornal.

RTP2

- 17.30 — Automobilismo — Grande Prémio da Austrália de Fórmula 1
- 18.30 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós por Cá



- 21.30 — Cine Clube — «O Grito», de Michelangelo Antonioni (Itália/1957).

Segunda

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Desportivamente
- 19.20 — A Primeira República Portuguesa, 5.º Progr.
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Badarósissimo
- 22.15 — Opinião Pública
- 23.00 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Capitão América»
- 20.00 — Folclore
- 20.30 — Ópera — «For Africa», um vídeo de solidariedade em que colaboram alguns dos grandes cantores da actualidade e a Orq. Filarmónica de Berlim
- 22.30 — Jornal da Noite.

Terça

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — «Origens»
- 18.30 — Tempo dos Mais Novos
- 18.50 — Século XX — A China
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — O Corpo Humano, últ.º episódio
- 21.45 — Actual
- 22.55 — Série — «Tudo em Família»
- 23.15 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Videopolis
- 20.30 — The Medicine Men, 1.º Programa — «As Medicinas Alternativas»



- 21.00 — Sessão das Nove — «Une Chambre en Ville», real. Jacques Demy (França)
- 22.30 — Jornal da Noite.

Quarta

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Tránsito
- 19.20 — Telemundo
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Vamos Jogar no Totobola
- 21.20 — Noite de Cinema — «Sentimento» («Senso»), real. de Luchino Visconti (Itália)
- 23.25 — Informação Desportiva
- 23.35 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 19.50 — Artistas Portugueses — Amadeu de Sousa-Cardoso
- 20.30 — A História Secreta do Petróleo, 2.º Ep.
- 21.30 — FilMOTECA TV
- 22.30 — Jornal da Noite.

Livros

«A Luz Que Rompe as Trevas», «Tempo da Morte Cruel», «País de Pedra», de Alex La Guma. Coleção «Uma Terra Sem Amos». Editorial Caminho. Preço dos dois primeiros volumes: 400\$00. Preço do terceiro volume: 500\$00.

O autor destes três livros, editados pela Caminho, morreu há dias em Cuba. Alex La Guma, secretário-geral da Organização dos Escritores Afro-Asiáticos, exilado do seu país durante mais de 15 anos. Um dos mais combativos intelectuais sul-africanos.

Dele se pode justamente dizer que a vida e a obra estão intimamente ligadas à luta do povo da África do Sul. E melhor homenagem não lhe pode ser prestada, que a divulgação do que escreveu, o que de muito importante e vivo nos transmitiu sobre uma luta hoje crucial.

Crucial pelos seus reflexos na realidade política do nosso tempo.

Crucial pela heróica envergadura que hoje assume.

Quando diariamente a repressão faz mortos e também diariamente se sai à rua para de novo lutar e morrer, estamos sem dúvida perante uma situação em que um povo tomou nas suas mãos ideais libertadores de uma nova sociedade, materializando-os inevitavelmente pela força da batalha em que se empenha. Não sabemos quando, não será possível marcar uma data, um limite bem definido no tempo. Mas trata-se de um processo irreversível. No fundo como tal reconhecido também por sectores do capital e da oposição branca, quando se enceta o diálogo com o ANC.

É a essa realidade, é a essa batalha, que a obra de La Guma está indestrinçavelmente unida. Por isso nas páginas dos seus livros se sente a presença viva da África, mesmo presença física, geográfica. Também presença histórica. O domínio do «apartheid» como criminoso sistema, e a sua marca no quotidiano das massas negras, na evolução da sua consciência, e também na mentalidade dos brancos.

Por exemplo em «Tempo da Morte Cruel», porque dedicado a um tema bem representativo da própria essência do «apartheid» — a expulsão das populações negras das suas terras — a realidade da África do Sul surge particularmente nítida.

«Uma mão apanhou, como que a experimentar, um punhado de areia e deixou-a escorrer através dos dedos calejados, entre os joelhos remendados e dobrados, devolvendo-a de novo à terra. Aquilo não era chão para lavar e semear, não prestava sequer para ser sepultado. As pessoas continuavam de pé sob a queimadura do sol de metal fundido, com o ar esbraseante a transformar numa argamassa o suor e a poeira dos seus rostos (...) Um bebé choramingou com sede, às costas da mãe, uma criança queixou-se, alguém cuspiu na poeira e entou baixinho os primeiros compassos de uma canção: logo se lhe juntou outra voz e em breve toda a gente cantava. Pelo menos podia-se cantar naquela terra miserável e deserta» — uma imagem das terras de

fome, para onde se pretende atirar a população negra, o povo de um país, reduzido a mão-de-obra barata e destituída de direitos.

Mas os planos e a política dos racistas não passam na vida com a mesma facilidade com que são elaborados no papel.

«Disseram-nos que devemos sair da nossa terra, da terra dos nossos antepassados. Mas é muito difícil desenraizar um carvalho com muitos anos. As raízes de uma tal árvore são muito fundas. Claro que se pode pegar num machado e derrubar a árvore, isso é fácil; mas as raízes ficam e são muito difíceis de arrancar. Por isso, a árvore permanecerá, na realidade. A árvore continuará lá».

É a resposta, a mensagem de uma população que vai lutar contra a expulsão. «Os esbulhados» a que a obra de La Guma é dedicada, não se submetem ao «homem branco», ao explorador. «Ele tem leis, armas e dinheiro, mas não sabe nada a respeito do que é um povo, não se apercebe da dignidade de um povo. Essa incapacidade de ver ilude-o, intriga-o, pois não a compreende, e é derrotado porque não há nele coração nem dignidade».

Pequenos retalhos de uma obra de indispensável leitura. Para melhor compreender — e viver — a luta do povo da África do Sul. Mas também melhor compreender traços comuns da luta anti-imperialista dos povos, e essa incapacidade por parte do capital de muito simplesmente perceber o verdadeiro carácter dessa batalha.



Cinema A seleção

| | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|---|---------------|-------------|-----------------------|--------------|--------------|
| A Amantes | ★★★ | ★★★★ | ★★★★ | — | — |
| B Desesperadamente Procurando Susana | ★★★ | — | ★★ | — | — |
| C Eu Vos Saúdo Maria | ★ | ★★★★ | ★★★★ | — | ★ |
| D Os Favoritos da Lua | ★★★★ | ★★★★ | ★★ | — | ★★ |
| E História Interminável | ★ | — | ★ | — | ★★ |
| F A Rosa Púrpura do Cairo | ★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ |
| G A Testemunha | ★★★ | ★★★ | ★★ | ★★★ | ★★★ |

A — Real. John Cassavetes — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15, 23.30) — Lisboa.
 B — Real. Susan Seidelman — Hollywood/2 (14.30, 16.45, 18.45, 21.30, 23.45) — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.30) — Lisboa; Lumière (21.45, 24.00) — Porto.
 C — Real. Jean-Luc Godard — N'Gola (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 D — Real. Otar Iosseliani — Quarteto/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) — Lisboa.
 E — Real. Wolfgang Petersen — Alfa/2 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Amoreiras/2 — (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 F — Real. Woody Allen — Las Vegas/1 (15.15, 18.30, 21.30) — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — S. Jorge/2 (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) — Lisboa; Bébé (18.45, 21.45) — Porto.
 G — Real. Peter Weir — Alfa Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — S. Jorge/3 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa

Classificação de * a *****

Teatro O Cartaz

• LISBOA

ABC, Parque Mayer. Às 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. **Fininho mas Jeitosinho**, de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Solnado, enc. Carlos César.

Centro de Arte Moderna, Sala Polivalente, Píffades, de Pier Paolo Pasolini com encenação de Mário Feliciano. Hoje, 21.00, ult.ª representação.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.30; dom., 17.00; **Amadis**, de Abel Neves, enc. João Mota. **Café-Teatro**: 5.ª, 6.ª e sáb., 22.00; **Cozido à Portuguesa**, com texto e coordenação de Fernando Gomes.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91. De 4.ª a sáb., 21.30; dom., 17.30. **Embalagem Perdida**, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques.

María Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De quarta a sábado, às 21.45, sábados e domingos, às 16. **Um Homem é Um Homem/Damião de Góis**, texto e encenação de Helder Costa.

María Vitória, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.00.

Nac. D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb., 21.30; dom., 16.00: **O Morgado de Fafe em Lisboa**, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos — **Sala Experimental**, de 3.ª a sáb., 21.45; sáb. e dom. 16.30: **Virgínia**, de Edna O'Brien, enc. Carlos Avilez.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a Sáb. / 21.30, Dom./16.00. **Jardim de Outono**, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a dom. às 21.30 h. Dom., também às 16.00. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

• ALMADA

Teatro da Academia Almadense, Rua Capitão Leitão, 64. 6.ª, Sáb., dom., 21.30. **Zoo Story**, de Edward Albee, encenação de Joaquim Benite — **Grupo de Campolide** / Companhia de Teatro de Almada.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a

Sáb. / 21.45, Dom./17.00. **Duas Anedotas Provincianas**, de Alexander Volentínovitch, enc. Artur Ramos.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso do TAS, Rua Dr. Albaladeiro, 6.ª, sáb. e dom., 21.30. **Luís Todt**, de Fernando Gomes e Rui Mesquita, enc. Fernando Gomes.

Para crianças

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb. e dom., 15.30. **O Mãe Deixa-me Ir Ver as Outras Mães**, enc. Ana Mourato — Grupo Joana.

adapt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha, a Sete Rios, 3.ª, e 6.ª/9.30, 11, 13.30, apenas para grupos organizados, com marcações pelo tel. 74 05 52. **Bola de Sabão**, pelo Teatro de Animação «Os Papa-Léguas».

TIL — Teatro Infantil de Lisboa, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., 16.00 — **O Canteiro Valdoso**, de Soledade Martinho Costa, enc. Ruy de Matos; dom., 16.00 — **Grças e Desgrças na Corte d'El-Rei Tadinho**, de Alice Vieira, enc. Ruy de Matos.

• PORTO

Pé de Vento, R. Pedro Hispano, 900. **Os Mitos do Paraíso**, de Manuel António Pina.

Exposições ...e ainda Música, debates, etc.

Alberto Carneiro, «Árvores, flores e frutos» — escultura. Galeria EMI/Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a Dom./15 às 19 (Até 25 Nov.)

Antonio Palolo — pintura. Galeria Altamira.

Aquillino Ribeiro — exposição bibliocronográfica. Biblioteca Nacional. De 2.ª a 6.ª/10 às 20 (Até fins de Novembro).

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

Domingos Saraiva — pintura. Sociedade Nacional de Belas Artes, R. Barata Salgueiro. Das 14 às 20 (Até 4 Nov.)

Gil Teixeira Lopes — desenho. Espaço A-Clube 50, R. S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª, Sáb. e Dom./15 às 20; 4.ª/21.30 às 23.30 (até 13/Nov.)

Os grandes Projectos Arquitectónicos de Paris 1979-1989. Museu do CAM/Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e Dom./10 às 17; 4.ª e Sáb./10 às 19.

Gwen Sepetoski, «Luz do Sol» — pintura. Gal. Novo Século, R. do Séc. 23-A. De 2.ª a Sáb./14 às 20 (Até 8 Nov.)

Helena San Payo — pintura. Gal. S.

Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./10 às 13.

A Imagem Holográfica — Oito Artistas na Era do Laser, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, quartas e sábados das 14 às 19.30, restantes dias, das 10 às 17.

O Imaginário da Cidade de Lisboa — Eduardo Vianna, Cândido Costa Pinto, João Hogan, Mário Eloy e outros. Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna, terças, quintas, sextas e domingos das 10 às 17, quartas e sábados, das 10 às 19.

Jaime Silva — pintura. Gal. Quadrum, R. Alb. Oliveira, 52, Coruchós. De 2.ª a 6.ª/10 às 13 e 15 às 19; Sáb./15 às 19.

João Cutileiro e Luís Machado — (escultura e pintura), na Galeria Leo, trav. da Queimada, 48, de terça a sábado, das 15 às 19. Até 8 de Novembro.

Martins Correia, «O Homem, O Cavalo, A Planície, O Mar» — escultura. Gal. Palma, Calçada da Palma de Baixo, 6. De 2.ª a Sáb./14 às 20 (até 12 Nov.).

Mimi (pintura), Galeria da Escola Superior de Belas-Artes de segunda a sexta, das 15 às 20. Até 8 de Novembro.

Quarenta Anos de Pintura, Grupo dos Artistas Portugueses, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, das 14 às 20. Até 4 de Novembro.

Teresa Magalhães, pintura e serigrafia. Galeria Gemini, Centro Comercial Gemini na R. Sousa Lopes.

Vestir 1955-1985 — a moda nos últimos 30 anos; **Traje Romântico**. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro Mor, Lumiar, 3.ª a Dom./10 às 17.

Xana — Objectos 1985. Galeria Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.ª. De 3.ª a 6.ª/15 às 20; Sáb. e Dom./16 às 19 (Até 8 Nov.).

Augusto Canedo — pintura. Gal. EG, R. do Castro 210. De 3.ª a Sáb./16 às 19.30. PORTO.

A Cor e a Paisagem (pintura), Galeria Antígua, Rua do Salgueiral, 62, das 16 às 20. Até 12 de Novembro. PORTO.

Seis Pintores Contemporâneos, Ana vídial, Ilda David, Pedro Calapez, Pedro Casqueiro, Pedro Portugal e Xana. Gal. Mó-

dulo, Av. Boavista, 854. De 2.ª a Sáb./16 às 20 (Até 7 de Nov.). PORTO.

Silvia Westphalen — escultura e mosaicos. Gal. Roma e Pavia, R. D. Manuel II, 346 - B. de 2.ª a sáb./14.30 às 20. (Até 12 de Novembro) PORTO.

IMARGEM, 4.ª Exposição Anual (Associação dos Artistas Plásticos do Concelho de Almada) Oficina da Cultura da CM de ALMADA.

Arte Popular da Ucrânia — artesanato, pintura e gravura. Organizada pela Ass. Portugal-URSS, até 10 Nov. na Câmara Municipal. AMADORA.

José de Guimarães — pintura. Centro Cultural S. Lourenço ALMANSIL.

4.ª colectiva de Gravura e Desenho (António Pedro, Gil Teixeira Lopes, outros). A Galeria, R. Nova de Alfaro, 7, D. 3.ª a Dom./15 às 19. CASCAIS.

António Mira (óleo sobre papel), **Gunter Grass** — «Do Desenho e do Escrever» (litografias), **João Paulo Feliciano** — «Pontes e Passagens de Nível» (desenho e pintura) nas Galerias do

Círculo de Artes Plásticas, rua Castro Matoso, 18, de segunda a sábado, das 15 às 18 e das 22 às 24. Até 12 de Novembro. COIMBRA.

José Conduto e José Carvalho — pintura. Galeria Municipal de Arte, R. das Fontes, 41. Até 8 Nov. ÉVORA.

Santarém vista pelos artistas (pintura e desenho) no Fórum do Centro Cultural Regional, Rua Dr. Joaquim Luís Martins, 16, de segunda a sexta das 15.30 às 19 e das 21.30 às 23, sábados e domingos das 15 às 19. Até 1 de Novembro. SANTARÉM.

Artes Plásticas do concelho de Santiago do Cacém, no Museu Municipal. Até 9 de Novembro. SANTIAGO DO CACÉM.

D. Fernando II e a Ópera do Séc. XIX. Palácio Nacional de Sintra. De 5.ª a 3.ª/10 às 17, até 15 Dezembro SINTRA.

Exposição Nacional — Ano Internacional da Juventude e da Música (pintura, serigrafia, desenho, etc.) na Casa Museu Teixeira Lopes, de terça a sábado, das 9 às 12 e das 14 às 19, domingos, das 14 às 18. Até 30 de Novembro, VILA NOVA DE GAIA.

Música

Temporada 85/86 da Fundação Gulbenkian, na Fund. Gulbenkian. 5.ª/dia 31 — **Orquestra Gulbenkian**, **Muhal Tang** maestro, **Pierre Volon-dat**, piano, obras de Mozart e Beethoven. Grande Auditório, 18.30.

2.ª/dia 4 — **Eugene Sarbu**, violino, **Carmina Sarbu**, piano, obras de Schubert. Grande Auditório, 18.30.

4.ª/dia 6 — **Fernando Grillo**, contrabaixo, obras de F. Grillo. Grande Auditório, 18.30.

Orquestra Sinfónica Juvenil da Baixa Saxónia, obras de Beethoven, Bach, Schumann. Concertos no Porto (hoje/dia 31, 21.30, Auditório Carlos Alberto), e em Braga (amanhã, às 16.00, na Escola de Música Calouste Gulbenkian).

Espectáculo de Carlos do Carmo («O Charambo do Bairro Alto») e **Paulo de Carvalho** («O Necas de Alvalade»), com a colaboração de Alcino Frazão, António Chaiño, António Mileu, Carlos Araújo, José Manuel Osório, José Manuel Nóbrega, José Ribeiro, Mário Alberto e Mário Pacheco. Sábado, 21.30, promovido pela APU no ALVALADE.

Espectáculo de Júlio Pereira, hoje, 21.30, no Cine Teatro da COVILHÃ.

Espectáculo de Sérgio Godinho, domingo, 16.00, no Pavilhão da Associação Académica ESPINHOSA.



Cinema

Ciclo Federico Fellini. Fórum Picoas. De 2.ª a 6.ª sessões às 19.00 e 21.30; sáb., dom. e fer., sessões às 16.00, 19.00 e 21.30. 5.ª, 6.ª, sáb./dias 31, 1 e 2: «**Fellini Satiricon**»; dom. 2.ª, 3.ª/dias 3, 4 e 5: «**Roma da Fellini**»; 4.ª/dia 6: «**Amarcord**».

Ciclo «Questões de História». Cinema Alvalade. 5.ª/dia 31: «**Morrer em Madrid**» de Frederic Rossif, 18.30 e 21.30; 6.ª/dia 1: «**A culpa**» de António Victorino d'Almeida, 15.30 e 21.30; 3.ª/dia 5: «**Os malditos**» de Luchino Visconti, 17.30 e 21.30; 4.ª/dia 6: «**Playa Girón**» de Manuel Herrera, 18.30 e 21.30.

Ainda no Alvalade, Dom./dia 3: **Tess**, de Roman Polanski, 15.30, 18.30 e 21.30. Preço: 125\$00.



Cinemateca

Ciclo Michelangelo Antonioni. 2.ª/dia 4, «**Netezza urbana**» e «**I vinti**», 18.30;

«**Tentato suicídio**» (episódio de «L'amore in città») e «**Le amiche**», 21.30. 3.ª/dia 5 — «**Supersztizione**» e «**Il grido**», 21.30.

4.ª/dia 6 — «**Gente del Po**» e «**Il grido**», 18.30; «**L'avventura**», 21.30.

Outras sessões. 5.ª/dia 31, «**Lo Scelco Bianco**» de Federico Fellini, 21.30; 3.ª/dia 5, «**D. Juan**» de John Berry, 18.30.



Festival de Tróia

Mais de 200 filmes serão projectados, de hoje a 10 de Novembro, durante o 1.º Festival de Cinema de Tróia. Grande destaque para o cinema catalão e para o cinema húngaro, e ainda para outras cinematografias pouco conhecidas entre nós: de vários países da América Latina, do Norte de África, da RDA, Canadá, Finlândia, Austrália. O primeiro filme a exhibir, hoje, às 13.00: «**La Jettée**», de Chris Marker. Hoje também, às 24.00, a antestreia do último filme de Francis Ford Coppola, «**The Cotton Club**».

Conferências

Portugal segundo «A Ilustre casa de Ramires» e «A casa grande de Amaral». Palestra de Michéle Giudicelli integrada no ciclo de conferências sobre o centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Biblioteca Nacional, 2.ª/dia 4, 18.00.

FITEI

A 8.ª edição do FITEI — Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica tem início no sábado, no Porto



como habitualmente, e prolonga-se até 17 de Novembro. Companhias portuguesas, algumas delas apresentando novos espectáculos, e de Espanha, Brasil, Venezuela, Porto Rico, Guatemala, Cuba. Os espectáculos teatrais e outras actividades culturais programadas no âmbito do Festival decorrerão no Auditório Carlos Alberto, Cooperativa do Povo Portuense, TUP, Mercado Ferreira Borges, TEP, Os Modestos, Teatro do Campo Alegre e Auditório D. Hugo.

kian, Auditório 2. 4.ª/dia 6: «**Introdução à leitura da obra de Aquilino**» por David Mourão-Ferreira, 10.00; «**O romance da raposa**» por Maria Lúcia Lepecki, 15.00.



Folclore da Ucrânia

O grupo de Danças e Cantares da Ucrânia (que além de um grande número de intérpretes de folclore cantado e dançado inclui um conjunto de música erudita e cantores líricos), agora em Portugal por iniciativa da Associação Portugal-URSS, inicia hoje a sua digressão com um espectáculo no Coliseu dos Recreios Lisboa às 21.00. Outros espectáculos: amanhã, dia 1, em Almada; sexta na Marinha Grande; sábado em Tomar. Último espectáculo em Alhandra, na quarta, dia 6.



Tempo Fim de Semana

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, não é previsível alteração significativa do estado do tempo no próximo fim-de-semana. No Continente continuaremos, pois, com céu limpo, arrefecimento nocturno, neblinas pela madrugada. Vento fraco de Leste.

Utilidades & variedades

Pablo Picasso a guerra e a paz

«A pintura não é feita para enfeitar as habitações», disse um dia Picasso, para quem a arte, mais do que um mero objecto de decoração, era um instrumento de luta em defesa da inteligência e da cultura, isto é, uma arma ao serviço do progresso e da paz.

Compreende-se assim que o grande pintor nascido em Espanha, mas desde muito cedo exilado em França («Enquanto Franco viver nada tenho a fazer no meu país. Não entrarei em Espanha senão depois da sua morte») tenha dedicado grande atenção aos problemas da paz e

da guerra — uma das grandes constantes da sua obra.

A sua mais conhecida obra neste domínio é, decerto, e para além das muitas pombas que foi desenhando ao longo dos anos, a **Guernica** (nome de uma pequena cidade do País Basco destruída pela aviação de Hitler em 26 de Abril de 1937), obra na qual se exprime, de forma impressiva e quase brutal, o repúdio pela criminosa acção do fascismo, mas cujo significado em breve ultrapassaria a conjuntura espanhola para se transformar num veemente e universal libelo anti-bélico.

Disse-o o próprio Picasso: «**Guernica** é uma pintura simbólica, uma tentativa de resolver um problema humano através da arte... Procurei exprimir o horror não apenas de um acontecimento concreto, mas de uma tragédia mundial».

Mas o espírito e as intenções que estiveram na génese desta obra, retoma-as Picasso mais tarde, em 1952, ao pintar para uma capela do séc. XIV em Valauris (França) os dois painéis **Guerra e Paz** (reproduzidos nesta página).

Segundo um comentário de um especialista, esta obra «faz

lembrar os desenhos das crianças, com as suas silhuetas comoventes dos homenzitos, olhoso com as longas pestanas-espigadas abaixadas».

A **Guerra** é representada por uma figura alegórica que segura nas mãos uma espada ensanguentada e uma taça cheia de produtos mortais. O painel da **Paz** respira um ambiente de festa, uma atmosfera quase idílica, sendo aqui o elemento alegórico temperado pelo humor.

Picasso nasceu em 25 de Outubro de 1881 e morreu em 26 de Abril de 1973. Evocá-lo na passagem dos 104 anos do seu

nascimento, é aproveitar o pretexto para recordar a obra de um pintor — o maior do nosso século — que um dia afirmou:

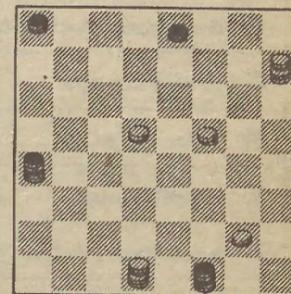
«Nunca considere a pintura como uma arte de simples divertimento, de distracção; quis, pelo desenho e pela cor, pois eram essas as minhas armas, penetrar sempre cada vez mais fundo no conhecimento do mundo e dos homens, a fim de que esse conhecimento nos liberte a todos cada dia mais; tentei dizer, à minha maneira, o que considerava como o mais verdadeiro, o mais justo, o melhor, e isso era naturalmente sempre o mais belo».



Damas

XXIV — 31 de Outubro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 24
Por Dr. António Mendes dos Santos
«O Benfca», 27.V.1944
Pr. (2)-(16)-30-32



Br. (3)-5-18-19-(25)
Jogam as brancas e ganham (4 lances)

JOGO N.º 24
V Campeonato de Lisboa, 1943

Br. Fernando Martins — Pr. Domingos Pais

1. 10-14, 24-20; 2. 12-16, 28-24; 3. 5-10, 22-19; 4. 9-13, 21-17; 5. 1-5, 20-15; 6. 11-20, 24-15; 7. 7-11, 32-28; 8. 11-20; 28-24; 9. 3-7, 24-15; 10. 7-11, 15-12; 11. 8-22, 27-8; 12. 11-15, 26-22; 13. 14-19, 23-14; 14. 10-26, 29-22; 15. 5-10, 30-27; 16. 15-20, 22-19; 17. 20-23, 27-20; 18. 16-23, 25-21; 19. 4-7, 21-18; 20. 7-11, 18-13.

GOLPE N.º 24
Por Fernando Martins

1. 10-13, 21-18; 2. 12-15, 23-19; 3. 8-12, 19-14; 4. 12-16, 28-23; 5. 6-10, 23-19; 6. 4-8, 19-12; 7. 8-15 Pr.G.! (Br. 1-2-3-5-7-9-10-11-13-15-16 X Pr. 14-18-22-24-25-26-27-29-30-31-32 Jogam Pr. e ganham).

SOLUÇÕES — 31.X.85

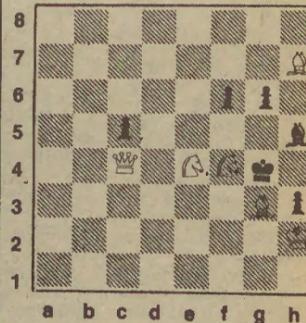
N.º 24 (Dr. A.M. dos Santos): 3-13 e 19-23 e 18-22, 9-16 (qualidade); 22-31 G. Br. Golpe n.º 24 (F. Martins): 7. ..., 32-28; 8. 10-19, 18-14; 9. 11-18, 24-20; 10. 16-32, 31-28; 11. 32-23, 27-4; 12. 18-27, 30-14. G. Pr.

■ A. de M.M.

Xadrez

XXIV — 31 de Outubro de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 24
Por R. Cousin
«L'Échiquier de Paris», 1953
Pr. (6): Ps. c5, f6, g6, h3-Bh5-Rg4



Br. (5): Cs. e4, f4-Bs. g3, h7-Dc4-Rh2
Mate em 2 lances

JOGO N.º 24

Torneio Internacional de Sarajevo, 1965
Br. S. Lputian — Pr. P. Popovic
1. d4, Cf8; 2. c4, e6; 3. Cf3, b6; 4. Cg3; Bb7; 5.e3, d5; 6. cxd5, exd5; 7.De4+; c6; 8. g3, Be7; 9. Bg2, 0-0; 10. 0-0, g5; 11. Td1, Ca6; 12. Bf4, Te8; 13. Taçl, h6; 14. e3, Bf8; 15. Be5, Cg4; 16. Cxd5, cxd4; 17. Dxd4, Cxe5; 18. Cxe5, Ce5; 19. Df4, f6; 20. Cg4, Db8; 21. Df5, Rh8; 22. Cdx6 e as Pr. abandonam.

SOLUÇÕES — XXIV 31.X.85

Chave: 1. Cd5! Bloqueio
1. ..., Rf5; 2. Ce3 ++
1. ..., Rf3; 2. Cd2 ++
1. ..., ad lib., 2. De2 ++

■ A. de M.M.